



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 2 de dezembro de 2022

Número 232

ÍNDICE

PARTE A

Presidência da República

Gabinete do Presidente:

Despacho n.º 13950/2022:

Exonera, por motivos de gestão de carreira, do cargo de ajudante de campo a Tenente-Coronel de Cavalaria Elisabete Maria Rodrigues da Silva 15

Despacho n.º 13951/2022:

Nomeia para o cargo de ajudante de campo a Major de Cavalaria Fátima Elisabete Vieira da Costa 16

PARTE C

Presidência do Conselho de Ministros

Serviços Sociais da Administração Pública:

Aviso (extrato) n.º 22954/2022:

Homologa a lista de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum aberto através do Aviso (extrato) n.º 14598/2022 17

Aviso (extrato) n.º 22955/2022:

Homologa a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum aberto através do Aviso (extrato) n.º 14597/2022 18

Aviso (extrato) n.º 22956/2022:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a técnica superior Glória Mirian dos Santos Monteiro Novais e com o assistente operacional Carlos Joel Magalhães Machado da Costa, após conclusão do período experimental com sucesso 19

Aviso (extrato) n.º 22957/2022:

Abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de um técnico superior para a Divisão de Planeamento Técnico e Tecnologias de Informação 20

Aviso (extrato) n.º 22958/2022:

Abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de um técnico superior e dois assistentes para a Divisão Financeira e Patrimonial 21

Presidência do Conselho de Ministros e Defesa Nacional

Gabinetes das Ministras da Defesa Nacional e Adjunta e dos Assuntos Parlamentares:

Despacho n.º 13952/2022:

Atribuição do Prémio Anual Defesa Nacional e Igualdade — 3.ª edição 23



Negócios Estrangeiros

Secretaria-Geral:

Aviso (extrato) n.º 22959/2022:

Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de assistente técnico de Luís Manuel Marques Martins 24

Despacho (extrato) n.º 13953/2022:

Conclusão, com sucesso, do período experimental na carreira e categoria de técnico superior de David Sant'Ana Crisóstomo e Leonardo Rosa Oliveira 25

Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.:

Aviso n.º 22960/2022:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o professor José Carlos Janela Antunes 26

Defesa Nacional

Gabinete da Ministra:

Portaria n.º 863/2022:

Louva e concede a Medalha de Serviços Distintos, grau prata, ao Sargento-Mor Rui Manuel Paiva Pereira 27

Marinha:

Declaração de Retificação n.º 1006/2022:

Retifica o Despacho n.º 12540/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 27 de outubro de 2022 28

Despacho n.º 13954/2022:

Promoção ao posto imediato de vários oficiais. 29

Despacho n.º 13955/2022:

Promoção à categoria imediata de vários militarizados do quadro do Pessoal Militarizado da Marinha. 31

Despacho n.º 13956/2022:

Promoção por escolha ao posto de Sargento-Ajudante, do 9317602 Primeiro-Sargento R, Renato Filipe Lemos Marques Sousa 33

Despacho n.º 13957/2022:

Graduação no posto de Segundo-Sargento da classe de músicos de diversos militares. 34

Justiça

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça:

Portaria n.º 864/2022:

Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça a proceder à reprogramação dos encargos decorrentes do contrato de empreitada de adaptação do edifício da Caixa Geral de Depósitos, em Torres Vedras, para instalação dos Juízos do Trabalho e Local Cível da Comarca de Lisboa Norte 35

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça:

Portaria n.º 865/2022:

Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça a proceder à assunção do encargo decorrente do contrato a celebrar para aquisição de equipamentos informáticos, no ano civil de 2023 37



Direção-Geral da Administração da Justiça:

Despacho n.º 13958/2022:

Delibera que o trabalhador João José de Moura Batista seja notificado de decisão do Conselho dos Oficiais de Justiça 39

Polícia Judiciária:

Despacho (extrato) n.º 13959/2022:

Concessão de prorrogação de licença sem remuneração ao especialista de polícia científica Valter Miguel Ventura António 40

Educação

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares:

Aviso n.º 22961/2022:

Lista nominativa do pessoal docente que ingressou em quadro de zona pedagógica — ano letivo 2022-2023 41

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.:

Aviso n.º 22962/2022:

Cessação do contrato de trabalho em funções públicas do trabalhador Miguel Jorge Serrano Barradas 42

Despacho n.º 13960/2022:

Designação, em regime de substituição, da licenciada Sónia Cristina Revez Trindade para exercer o cargo de diretora do Departamento de Qualificação de Adultos da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. 43

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Gabinete da Ministra:

Despacho n.º 13961/2022:

Delegação de competências na Secretária-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social 45

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.:

Aviso (extrato) n.º 22963/2022:

Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de técnico superior do trabalhador Hugo Alberto Macedo Guimarães 46

Saúde

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.:

Deliberação (extrato) n.º 1317/2022:

Nomeação da presidente do conselho clínico e de saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral 47

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.:

Aviso (extrato) n.º 22964/2022:

Homologação da lista unitária de ordenação final referente ao procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior para o Departamento de Instalações e Equipamentos . . . 49

Aviso (extrato) n.º 22965/2022:

Homologada a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para preenchimento de 16 postos de trabalho na carreira de assistente operacional para diversos agrupamentos de saúde 50



Aviso (extrato) n.º 22966/2022:

Lista de ordenação final dos candidatos do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior para o Departamento de Gestão e Administração Geral . . . 51

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa:

Aviso (extrato) n.º 22967/2022:

Homologação de lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho da categoria de assistente graduado sénior de psiquiatria 52

Aviso (extrato) n.º 22968/2022:

Abertura de procedimento concursal para preenchimento de postos de trabalho na categoria de assistente técnico 53

INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.:

Aviso n.º 22969/2022:

Lista nominativa de transição dos profissionais da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica 54

Inspeção-Geral das Atividades em Saúde:

Aviso (extrato) n.º 22970/2022:

Homologação da lista unitária de ordenação final na categoria e carreira geral de assistente operacional 55

Despacho n.º 13962/2022:

Designação da mestre Ana Cristina de Olival Salgueiro Rodrigues para o cargo de chefe de Divisão do Conhecimento, Comunicação e Cooperação . . . 56

Ambiente e Ação Climática

Gabinete do Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas:

Despacho n.º 13963/2022:

Subdelegação de competências no conselho diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. 57

Direção-Geral de Energia e Geologia:

Édito n.º 657/2022:

Linha mista de MT a 30 kV (ST 30-53-07), EPU/16238, PC4502330278 . . . 59

PARTE D

Tribunal Constitucional

Acórdão n.º 698/2022:

Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 551.º, n.º 4, do Código do Trabalho, na redação dada pela Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto, na parte em que prevê que o contratante é solidariamente responsável pelo cumprimento das disposições legais e por eventuais violações cometidas pelo subcontratante que executa todo ou parte do contrato nas instalações daquele ou sob responsabilidade do mesmo, assim como pelo pagamento das respetivas coimas 60

Acórdão (extrato) n.º 701/2022:

Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, na redação introduzida pela Lei n.º 59/98, de 25 de agosto, na interpretação segundo a qual a decisão de provocar a intervenção do tribunal singular ali prevista, uma vez exercida pelo Ministério Público, não pode ser revertida pelo assistente, em requerimento de abertura de instrução 61



Acórdão (extrato) n.º 703/2022:

Não julga inconstitucional a norma contida nos artigos 113.º, n.ºs 1, alínea c), e 10.º, do Código de Processo Penal, conjugadas com o artigo 196.º, n.º 3, alínea b), 214.º, n.º 1, alínea e), 2.ª parte, e 495.º, n.º 2, do mesmo diploma, na redação introduzida pela Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, interpretados no sentido da admissibilidade da notificação por via postal simples da decisão de revogação da suspensão da pena de prisão ao arguido que tenha prestado termo de identidade e residência em momento anterior à entrada em vigor da Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, sem constar do mesmo a advertência de que só se extingue com a extinção da pena

62

Acórdão (extrato) n.º 704/2022:

Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 218.º, n.º 2, alínea c), do Código Penal, interpretado no sentido segundo o qual pode dar-se como verificada a circunstância qualificativa de «especial vulnerabilidade da vítima, em razão de idade, deficiência ou doença», sem que a mesma resulte demonstrada no processo através de prova pericial

63

Ministério Público

Procuradoria-Geral da República:

Despacho (extrato) n.º 13964/2022:

Desligamento do serviço por motivo de aposentação/jubilção da procuradora-geral-adjunta Maria Basílio Luís.

64

PARTE F

Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional da Saúde e Desporto:

Aviso n.º 86/2022/A:

Abertura de procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho da profissão de terapeuta da fala

65

Aviso n.º 87/2022/A:

Abertura de procedimento concursal para preenchimento de duas vagas da carreira técnica superior das áreas de diagnóstico e terapêutica — profissão de fisioterapeuta

70

PARTE G

Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 22971/2022:

Concurso para reserva de recrutamento de enfermeiros em regime de contrato individual de trabalho sem termo

75

Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E. P. E.

Aviso n.º 22972/2022:

Cessação de funções de trabalhadores do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, E. P. E.

76

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 1318/2022:

Divulga a lista de ordenação final do procedimento concursal comum para cinco postos de trabalho na categoria de enfermeiro especialista em enfermagem de reabilitação

77



Hospital Distrital da Figueira da Foz, E. P. E.

Despacho n.º 13965/2022:

Homologação da lista de classificação final dos candidatos ao procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho (referência A) para a categoria de enfermeiro/a gestor/a

78

Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E. P. E.

Deliberação n.º 1319/2022:

Delegação de competências nos vogais executivos Dr.ª Lucília Maria Salgado, Dr. Pedro Reis, enfermeiro Sérgio Gomes e Dr.ª Sofia Mariz para a prática de atos

79

Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E. P. E.

Aviso n.º 22973/2022:

Procedimento concursal deserto por inexistência de candidatos aberto pelo Aviso n.º 20337/2022, de 25 de outubro.

80

Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E.

Aviso n.º 22974/2022:

Procedimento concursal comum conducente ao recrutamento de pessoal de enfermagem para a categoria de enfermeiro gestor, das carreiras de enfermagem e especial de enfermagem

81

Aviso (extrato) n.º 22975/2022:

Processo de reserva de recrutamento de técnico superior, área de psicologia, para exercício de funções na Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E.

85

Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 22976/2022:

Abertura de procedimento concursal interno de acesso limitado destinado ao preenchimento de um posto de trabalho na carreira técnica superior de saúde, para a categoria de assessor superior de nutrição.

86

Aviso n.º 22977/2022:

Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de enfermeiro especialista em saúde comunitária.

87

Aviso n.º 22978/2022:

Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de enfermeiro especialista em saúde mental e psiquiátrica

88

Aviso n.º 22979/2022:

Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de assistente de medicina interna

89

PARTE H

Município de Alcácer do Sal

Aviso n.º 22980/2022:

Lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior (área de engenharia agroflorestal)

90



Aviso n.º 22981/2022:

Lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior (engenharia civil). 91

Município de Alcanena

Aviso n.º 22982/2022:

Início de contrato em funções públicas, em várias modalidades, com vários trabalhadores 92

Município de Alcochete

Aviso n.º 22983/2022:

Procedimento de formação de contrato para planeamento para elaboração do Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva 93

Aviso (extrato) n.º 22984/2022:

Homologação da lista unitária de ordenação final de um assistente operacional na área de serralheiro 95

Município de Alvito

Aviso n.º 22985/2022:

Consolidação da mobilidade interna na carreira e categoria de assistente técnico de Ana Maria Basílio Bento 96

Aviso n.º 22986/2022:

Consolidação da mobilidade interna na categoria de técnico superior da colaboradora Maria Luísa Warden de Almeida Goes Valério 97

Aviso n.º 22987/2022:

Conclusão com sucesso do período experimental da técnica superior — biblioteca Célia Cristina Mestre Valério 98

Município de Boticas

Aviso n.º 22988/2022:

Consolidação da mobilidade interna intercarreiras de técnicos superiores 99

Aviso n.º 22989/2022:

Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de técnico superior e assistente técnico de diversos trabalhadores 100

Município de Coruche

Aviso (extrato) n.º 22990/2022:

Celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com diversos trabalhadores 101

Município de Évora

Aviso n.º 22991/2022:

Conclusão do período experimental, com sucesso, dos trabalhadores Francisco Manuel Escoval Raposo e Carolina de Jesus Tonaco de Sousa Ribeiro 102

Aviso n.º 22992/2022:

Conclusão do período experimental, sem sucesso, da trabalhadora Rosa Cristina Pedro de Nóbrega 103



Município de Fafe

Declaração de Retificação n.º 1007/2022:

Retificação do Aviso n.º 21368/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 10 de novembro de 2022 104

Município de Gondomar

Aviso n.º 22993/2022:

Concessão de licença sem remuneração à trabalhadora Diana Maria Marques Gomes da Silva 105

Aviso n.º 22994/2022:

Cessação da relação jurídica de emprego público de alguns trabalhadores por motivo de aposentação e consolidação da mobilidade em outra entidade . . . 106

Aviso n.º 22995/2022:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de assistente operacional 107

Aviso n.º 22996/2022:

Designação, em regime de substituição, da técnica superior Liliana Carla Neves Martins 108

Município de Loures

Aviso n.º 22997/2022:

Abertura do procedimento de classificação do antigo Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição como monumento de interesse municipal (MIM) 109

Aviso n.º 22998/2022:

Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento para a carreira de assistente técnico 110

Aviso n.º 22999/2022:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com assistente operacional para o Departamento de Educação . . . 111

Município da Lourinhã

Aviso (extrato) n.º 23000/2022:

Lista de ordenação final de candidatos para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior (economia) — homologação 112

Município de Matosinhos

Aviso (extrato) n.º 23001/2022:

Abertura de procedimentos concursais para contratação por tempo indeterminado para as carreiras e categorias de técnico superior (área de arquitetura) e assistente operacional 113

Aviso (extrato) n.º 23002/2022:

Abertura de procedimentos concursais para contratação de técnicos/as a termo resolutivo para o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular no ano letivo de 2022-2023 115

Município de Melgaço

Aviso (extrato) n.º 23003/2022:

Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional 116



Município de Mogadouro

Aviso n.º 23004/2022:

Consulta pública — projeto do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Urbanas 117

Município de Montemor-o-Novo

Aviso n.º 23005/2022:

Consolidação da mobilidade interna intercategorias de Manuel João Campino Azinheirinha 118

Município de Montemor-o-Velho

Aviso n.º 23006/2022:

Conclusão do período experimental dos assistentes operacionais contratados no âmbito do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 12975/2020, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 172, de 3 de setembro de 2020 119

Aviso n.º 23007/2022:

Conclusão do período experimental das assistentes técnicas contratadas no âmbito do procedimento concursal aberto pelo Aviso (extrato) n.º 9643/2020, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 26 de junho de 2020 120

Município do Montijo

Aviso n.º 23008/2022:

Lista unitária de ordenação final — assistentes operacionais pedreiros e serralheiros 121

Aviso (extrato) n.º 23009/2022:

Nomeação para membro do Gabinete de Apoio à Vereação 122

Município de Nisa

Aviso n.º 23010/2022:

Designação para o cargo de coordenador municipal de proteção civil 123

Município de Odemira

Aviso n.º 23011/2022:

Revogação do Plano de Pormenor de Reversão Urbanística da Zona de Construção Clandestina do Cabecinho-Almogrove 124

Município de Oeiras

Aviso n.º 23012/2022:

Elaboração do Plano de Pormenor Ocidental de Porto Salvo — Fase II — prorrogação do período do processo de elaboração 125

Aviso n.º 23013/2022:

Revogação do Plano de Pormenor do Espargal/Oficinas da Câmara Municipal de Oeiras — período de participação pública 126

Aviso n.º 23014/2022:

Delimitação da Unidade de Execução do Espargal — período de discussão pública. 127



Aviso n.º 23015/2022:

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de Ana Cristina Jorge Azevedo 128

Aviso n.º 23016/2022:

Conclusão com sucesso do período experimental de Ana Cristina Henriques Santos Neves 129

Aviso n.º 23017/2022:

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de Letícia Oliveira Alvim Santos 130

Aviso n.º 23018/2022:

Conclusão com sucesso do período experimental de Sandro Miguel Rodrigues Garrido 131

Aviso n.º 23019/2022:

Conclusão com sucesso de períodos experimentais de Crislane do Carmo Brandão e Eugénia Francisca Mascarenhas Alves Mimoso Encarnação ... 132

Município de Palmela

Aviso n.º 23020/2022:

Lista unitária de ordenação final de candidatas/os do procedimento concursal de assistente operacional (canalizador/a) 133

Aviso n.º 23021/2022:

Divulgação da lista unitária de ordenação final de candidatas/os do procedimento concursal de assistente operacional (cabouqueira/o) 134

Aviso n.º 23022/2022:

Consolidação definitiva de mobilidade na categoria de Paula Cristina Amaro de Oliveira 135

Município de Porto de Mós

Aviso n.º 23023/2022:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com técnico superior 136

Aviso n.º 23024/2022:

Abertura de procedimento concursal para recrutamento de dois assistentes operacionais (condutor de pesados e condutor de máquinas pesadas e veículos especiais) 137

Aviso n.º 23025/2022:

Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal para recrutamento de um assistente operacional (instalações desportivas) 139

Município da Ribeira Grande

Aviso (extrato) n.º 23026/2022:

Homologação da lista unitária de ordenação final para um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, qualidade 140

Município de Santiago do Cacém

Aviso (extrato) n.º 23027/2022:

Cessação da relação jurídica de emprego público por motivo de denúncia de contrato — Ruben Filipe Sousa da Costa 141



Aviso (extrato) n.º 23028/2022:

Cessação da relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação de vários trabalhadores 142

Aviso (extrato) n.º 23029/2022:

Cessação da relação jurídica de emprego público por motivo de exoneração — Hélder António Pereira Nunes 143

Município de Setúbal

Aviso n.º 23030/2022:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com assistente operacional (limpeza de espaços públicos) 144

Município de Silves

Aviso n.º 23031/2022:

Elaboração do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia 145

Aviso n.º 23032/2022:

Arquivamento do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia 146

Município de Sintra

Anúncio n.º 268/2022:

Alteração ao alvará de licença de loteamento n.º 2/1994 147

Aviso n.º 23033/2022:

Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/92 148

Município de Sobral de Monte Agraço

Aviso n.º 23034/2022:

Divulga a lista unitária de ordenação final para recrutamento de um técnico superior de gestão 149

Município de Terras de Bouro

Aviso n.º 23035/2022:

Renovação da comissão de serviço dos dirigentes intermédios de 2.º grau da Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento e da Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto 150

Município de Torres Novas

Aviso n.º 23036/2022:

Conclusão do período experimental do assistente operacional (asfaltador) . . . 151

Município de Vagos

Aviso n.º 23037/2022:

Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Ludovina Marques, Filipe Guerra, Bárbara Biu, Renato Silva e Artur Rosa 152



União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto

Aviso n.º 23038/2022:

Conclusão do período experimental de trabalhador da carreira e categoria de assistente operacional 154

União das Freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana)

Aviso n.º 23039/2022:

Consolidação definitiva após período experimental, na carreira/categoria de assistente operacional, do trabalhador João Miguel Neves Lopes, com a respetiva avaliação do júri 155

Freguesia de Arroios

Aviso n.º 23040/2022:

Projeto do Regulamento da Academia da Interculturalidade da Freguesia de Arroios (Lisboa) 156

Freguesia de Buarcos e São Julião

Aviso (extrato) n.º 23041/2022:

Homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um postos de trabalho, carreira e categoria de técnico superior de Serviço Social 157

União das Freguesias de Campanhó e Paradança

Aviso n.º 23042/2022:

Lista final para a categoria de assistente técnico 158

União das Freguesias de Campo e Sobrado

Aviso (extrato) n.º 23043/2022:

Abertura de procedimento concursal para contratação de quatro assistentes operacionais por tempo indeterminado 159

União das Freguesias de Carcavelos e Parede

Aviso (extrato) n.º 23044/2022:

Procedimento concursal comum de recrutamento para quatro assistentes técnicos e cinco técnicos superiores 161

Aviso (extrato) n.º 23045/2022:

Procedimento concursal comum de recrutamento para três técnicos superiores em contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto 164

União das Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande

Aviso (extrato) n.º 23046/2022:

Conclusão do período experimental de trabalhadores da carreira e categoria de assistente operacional 166

Freguesia de Encarnação

Regulamento n.º 1154/2022:

Aprova o Regulamento de Cedência e Utilização de Viaturas 167



Freguesia de Louriçal do Campo

Aviso n.º 23047/2022:

Homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para assistente técnico 174

Freguesia de Marinhais

Aviso n.º 23048/2022:

Procedimento concursal para recrutamento de dois assistentes operacionais, um na área funcional de cantoneiro de limpeza e um na área de funcional de coveiro 175

Aviso n.º 23049/2022:

Comunica a lista de candidatos aprovados para o preenchimento de dois postos de trabalho, um na área funcional de cantoneiro de limpeza e um na área de coveiro 176

Freguesia de Monsaraz

Aviso (extrato) n.º 23050/2022:

Procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional 177

União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa

Aviso n.º 23051/2022:

Consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras da trabalhadora Cátia Sofia Castanheira Simões 179

União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra

Aviso n.º 23052/2022:

Homologa a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum a termo certo para ocupação de um posto de trabalho para a carreira e categoria de assistente operacional 180

Freguesia de São Domingos de Ana Loura

Aviso (extrato) n.º 23053/2022:

Procedimento concursal comum para contratação por tempo determinado de um assistente operacional (auxiliar de serviços gerais) 181

Freguesia de São Martinho

Regulamento n.º 1155/2022:

Alteração ao Regulamento do Parque de Estacionamento da Junta de Freguesia de São Martinho 182

Freguesia de Vila Nova de Milfontes

Aviso n.º 23054/2022:

Homologação das listas unitárias de ordenação final de procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional 192



Serviços Municipalizados de Castelo Branco

Aviso n.º 23055/2022:

Conclusão com sucesso do período experimental de Nuno Pimenta Oliveira 193

Aviso n.º 23056/2022:

Designação de oficial público dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco 194

Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo

Aviso n.º 23057/2022:

Denúncia de contrato do trabalhador João Tiago Pires Costa Cavalheiro . . . 195

Aviso n.º 23058/2022:

Lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum para ocupação de cinco postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional (cantoneiro de limpeza) 196

Aviso n.º 23059/2022:

Celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado na categoria de assistente operacional 197

Associação de Informática da Região Centro (AIRC)

Aviso n.º 23060/2022:

Celebração de contratos por tempo indeterminado na carreira (não revista) de especialista de informática com Rosélia Ramalho Lopes Baptista, Pedro Miguel Ribeiro Cruz e Serge Ramos Nunes 198

PARTE I

IATV — Instituto do Ambiente, Tecnologia e Vida

Editais n.º 1825/2022:

Procedimento concursal, com a referência IATV/20/D02R, para contratação de doutorado(a), em regime de contrato individual de trabalho a termo incerto, para a área científica de Engenharia Mecânica e dos Materiais 199

PARTE J1

Município de Évora

Aviso (extrato) n.º 23061/2022:

Abertura de procedimento concursal para provimento, em comissão de serviço, do cargo dirigente de coordenador da Unidade de Higiene e Limpeza Pública 204





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Despacho n.º 13950/2022

Sumário: Exonera, por motivos de gestão de carreira, do cargo de ajudante de campo a Tenente-Coronel de Cavalaria Elisabete Maria Rodrigues da Silva.

Nos termos dos artigos 6.º, n.º 1, e 16.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de abril, exonero, por motivos de gestão de carreira, do cargo de ajudante de campo a Tenente-Coronel de Cavalaria Elisabete Maria Rodrigues da Silva, com efeitos a 30 de novembro de 2022.

21 de novembro de 2022. — O Presidente da República, *Marcelo Rebelo de Sousa*.

315915231



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Despacho n.º 13951/2022

Sumário: Nomeia para o cargo de ajudante de campo a Major de Cavalaria Fátima Elisabete Vieira da Costa.

Nos termos dos artigos 6.º, n.º 1, e 16.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de abril, nomeio para o cargo de ajudante de campo a Major de Cavalaria Fátima Elisabete Vieira da Costa, em regime de comissão normal, com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2022.

21 de novembro de 2022. — O Presidente da República, *Marcelo Rebelo de Sousa*.

315915256

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS****Serviços Sociais da Administração Pública****Aviso (extrato) n.º 22954/2022**

Sumário: Homologa a lista de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum aberto através do Aviso (extrato) n.º 14598/2022.

**Lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum
aberto através do Aviso (extrato) n.º 14598/2022
(publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 25 de julho)**

Nos termos do artigo 10.º e do n.º 2 do artigo 28.º, ambos da Portaria n.º 125-A/2009, de 30 de abril, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, notificam-se os candidatos da lista unitária de ordenação final homologada por meu despacho de 23/11/2022:

Lista unitária de ordenação final

	Nome do candidato	Resultado final
1.º	Graça Cristina Silva Fernandes Henriques.	16,35 valores

Nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, da homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso para Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Administração Pública, no prazo de 30 dias — artigo 193.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação.

24 de novembro de 2022. — O Presidente, *Humberto Meirinhos*.

315915353

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS****Serviços Sociais da Administração Pública****Aviso (extrato) n.º 22955/2022**

Sumário: Homologa a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum aberto através do Aviso (extrato) n.º 14597/2022.

**Lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum aberto
através do Aviso (extrato) n.º 14597/2022
(publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 25 de julho)**

Nos termos do artigo 10.º e do n.º 2 do artigo 28.º, ambos da Portaria n.º 125-A/2009, de 30 de abril, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, notificam-se os candidatos da lista unitária de ordenação final homologada por meu despacho de 23/11/2022:

Lista unitária de ordenação final

	Nome do candidato	Resultado final
1.º	Graça Cristina Silva Fernandes Henriques	16 Valores.
2.º	Patrícia Alexandra Ferreira Varela Pinto	13,76 Valores.
	Bruno Miguel de Oliveira Faro	Excluído por falta de comparência na prova de conhecimentos.
	João Miguel de Jesus Semedo Salgueiro	Excluído por falta de comparência na prova de conhecimentos.

Nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, da homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso para Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Administração Pública, no prazo de 30 dias — artigo 193.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação.

24 de novembro de 2022. — O Presidente, *Humberto Meirinhos*.

315915378



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Serviços Sociais da Administração Pública

Aviso (extrato) n.º 22956/2022

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a técnica superior Glória Mirian dos Santos Monteiro Novais e com o assistente operacional Carlos Joel Magalhães Machado da Costa, após conclusão do período experimental com sucesso.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência de procedimento concursal comum para ocupação de postos de trabalho do mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Administração Pública, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os trabalhadores abaixo identificados, tendo os mesmos concluído o período experimental com sucesso:

Nome	Cargo/carreira	Nível remuneratório	Data de efeito
Carlos Joel Magalhães Machado da Costa	Assistente Operacional.	4	01-04-2022
Glória Mirian dos Santos Monteiro Novais	Técnica Superior	16	01-04-2022

24 de novembro de 2022. — O Presidente, *Humberto Meirinhos*.

315916422



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Serviços Sociais da Administração Pública

Aviso (extrato) n.º 22957/2022

Sumário: Abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de um técnico superior para a Divisão de Planeamento Técnico e Tecnologias de Informação.

Procedimento concursal comum para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de técnico superior para a Divisão de Planeamento Técnico e Tecnologias de Informação (DPTTI).

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 37.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, doravante referenciada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, e do disposto no artigo 7.º, da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, torna-se público que, por meu despacho de 23/11/2022, os Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP) vão proceder à abertura, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia da publicação do presente aviso no *Diário da República*, de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a constituir por contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, previsto e não ocupado no mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Administração Pública, a afetar à Divisão de Planeamento Técnico e Tecnologias de Informação.

Habilitações académicas: Licenciatura, não se admitindo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

A caracterização do posto de trabalho a ocupar, em conformidade com o mapa de pessoal aprovado, é a seguinte: Estudar e preparar *dossiers* temáticos no âmbito da ação social complementar, de acordo com o quadro legal vigente; Elaborar e monitorizar os Planos e Relatórios de Atividades, bem como o QUAR, o Plano Estratégico e Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, entre outros, em articulação com as restantes direções de serviços dos SSAP; Analisar e propor a estratégia e metodologia de celebração de protocolos em articulação com as restantes unidades orgânicas; Estudar as questões que lhe sejam colocadas e propor as opções adequadas para a tomada de decisão; Apoiar a elaboração, aplicação, tratamento de dados e elaboração de relatórios, dos inquéritos realizados no âmbito das atividades desenvolvidas pelos SSAP, em colaboração com as respetivas unidades orgânicas; Colaborar na definição de medidas no âmbito de planos e estratégias nacionais, monitorizando a execução das medidas a cargo dos SSAP.

A publicação integral do presente aviso, será divulgada na BEP, conforme disposto no n.º 4, do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro.

24/11/2022. — O Presidente, *Humberto Meirinhos*.

315915515



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Serviços Sociais da Administração Pública

Aviso (extrato) n.º 22958/2022

Sumário: Abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de um técnico superior e dois assistentes para a Divisão Financeira e Patrimonial.

Procedimento concursal comum para as carreiras e categorias de técnico superior (um lugar) e assistente técnico (dois lugares), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão Financeira e Patrimonial

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 30.º e 33.º, ambos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, conjugado com o artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, torna-se público que, por meu despacho de 25/11/2022, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir do dia da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum, na modalidade de contrato em funções públicas, por tempo indeterminado, para preenchimento 1 (um) posto de trabalho para a carreira/categoria de técnico superior e 2 (dois) postos de trabalho para a carreira/categoria de assistente técnico:

Ref.ª A: Carreira e categoria de Técnico Superior (1 posto de trabalho) — Divisão Financeira e Patrimonial;

Ref.ª B: Carreira e categoria de Assistente Técnico (2 postos de trabalho) — Divisão Financeira e Patrimonial, Secção de Contabilidade.

Habilitações académicas:

Ref.ª A: Licenciatura em Economia, Gestão, Finanças ou Contabilidade.

Ref.ª B: 12.º ano de escolaridade.

Não é possível a substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional em nenhuma das referências.

A caracterização dos postos de trabalho a ocupar, em conformidade com o mapa de pessoal aprovado, é a seguinte:

Ref.ª A:

Apoiar na preparação e lançamento de procedimentos de aquisição de bens, de serviços, bem como proceder ao acompanhamento da execução dos contratos;

Acompanhar o registo em GEFIP dos contratos, garantias e liberações e validação dos Mapas anuais para integrar a Conta de Gerência;

Acompanhar os registos de aquisições de *stocks*, seus consumos e contagens físicas, assegurando a veracidade dos dados constantes do sistema

Acompanhar periodicamente os registos dos bens móveis (aquisições, transferências, cedência e abates);

Manter atualizado o registo dos imóveis geridos pelos SSAP na aplicação SIIE da DGTF;

Ref.ª B:

Registo em GEFIP de cabimentos, compromissos e faturas de processos de despesa;

Constituição e reconstituição dos fundos de maneo;

Emissão de pedidos de autorização de pagamentos e respetivos ficheiros de *homebanking*;

Envio de avisos de pagamento;



Emissão da faturação, liquidação e cobrança da receita e acompanhamento das contas correntes dos clientes;

Conferência dos extratos bancários;

A publicação integral do presente aviso, será divulgada na BEP, conforme disposto no n.º 4, do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro.

25 de novembro de 2022. — O Presidente, *Humberto Meirinhos*.

315919396

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E DEFESA NACIONAL

Gabinetes das Ministras da Defesa Nacional e Adjunta
e dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 13952/2022

Sumário: Atribuição do Prémio Anual Defesa Nacional e Igualdade — 3.ª edição.

O Prémio Anual Defesa Nacional e Igualdade foi criado em 2019, no quadro do Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade 2019-2021, com o objetivo de reconhecer publicamente as entidades da área da Defesa Nacional que, para além do cumprimento das disposições legais relativas à igualdade entre mulheres e homens e não discriminação, se evidenciem pela promoção da igualdade entre mulheres e homens no trabalho e na sociedade, na formação profissional e na conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, e pela adoção de princípios e medidas eficazes e positivas na prevenção e combate à discriminação.

As condições de candidatura bem como as regras relativas à atribuição do prémio, que também contempla a atribuição de menções honrosas, constam do Regulamento do Prémio Anual Defesa Nacional e Igualdade, aprovado em anexo ao Despacho n.º 7921/2019, de 9 de setembro, da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e do Ministro da Defesa Nacional.

A terceira edição decorreu no ano de 2022 e contou com um total de quatro candidaturas, tendo o júri, após apreciação das mesmas, deliberado apresentar uma proposta de atribuição de prémio e duas menções honrosas às candidaturas classificadas no primeiro, segundo e terceiro lugares respetivamente.

Assim, e em conformidade com o disposto nos artigos 7.º e 8.º do Regulamento do Prémio Anual Defesa Nacional e Igualdade, aprovado pelo Despacho n.º 7921/2019, de 9 de setembro, determina-se:

1 — É atribuído o Prémio Anual Defesa Nacional e Igualdade — 3.ª edição à candidatura «Navios Iguatários — A consolidação da igualdade de género nas unidades navais», apresentada pela Marinha, que reflete o complexo processo de integração das mulheres na Marinha, e em particular nas unidades navais. Este processo exigiu, por um lado, a adaptação da organização em termos de infraestruturas e quadro normativo, num curto espaço de tempo, e, por outro lado, a resolução dos desafios inerentes à gestão de recursos humanos, motivados pela promoção do equilíbrio entre a vida profissional e familiar.

2 — É atribuída uma menção honrosa à candidatura «Igualdade de género na Política da Defesa Nacional», apresentada pela Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, classificada no segundo lugar, pelo visível empenho no cumprimento das medidas que lhe são adstritas no Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade 2019-2021, nomeadamente no estabelecimento e reforço da Task Force para a Igualdade de Género, na criação de uma área de coordenação designada «Mulheres, Paz e Segurança», e ainda no desenvolvimento e aprovação da diretiva para a igualdade de género da DGPDN.

3 — É atribuída uma menção honrosa à candidatura «Recursos, Defesa e Sociedade — uma DGRDN a pensar nas pessoas», apresentada pela Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, classificada no terceiro lugar, pelo compromisso sustentado de integração da temática da igualdade de género e inclusão, assente em atividades e metodologias inovadoras e promotoras da cooperação e partilha de experiências dentro do universo da Defesa Nacional.

21 de novembro de 2022. — A Ministra da Defesa Nacional, *Maria Helena Chaves Carreiras*. — 23 de novembro de 2022. — A Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, *Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes*.

315915029



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso (extrato) n.º 22959/2022

Sumário: Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de assistente técnico de Luís Manuel Marques Martins.

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à referida Lei, e após homologação da avaliação final por despacho do Diretor do Departamento Geral de Administração, torna -se público que, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com este Ministério, o trabalhador Luís Manuel Marques Martins concluiu, com sucesso, o período experimental na carreira e categoria de assistente técnico, com classificação final de 18 valores.

21 de novembro de 2022. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

315906379



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 13953/2022

Sumário: Conclusão, com sucesso, do período experimental na carreira e categoria de técnico superior de David Sant'Ana Crisóstomo e Leonardo Rosa Oliveira.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sequência de procedimento concursal na modalidade de recrutamento centralizado para constituição de reservas de recrutamento em entidade centralizada, na carreira e categoria de técnico superior, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 11257-A/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 9 de julho, e após ser proferido despacho de homologação da respetiva avaliação final, torna-se público que, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com este Ministério, os trabalhadores David Sant'Ana Crisóstomo e Leonardo Rosa Oliveira, concluíram, com sucesso, o período experimental na carreira e categoria de técnico superior, com a avaliação final, respetivamente de 19 valores e de 18,42 valores.

23 de novembro de 2022. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

315912323



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.

Aviso n.º 22960/2022

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o professor José Carlos Janela Antunes.

Em cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 294.º-A da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, através de reconhecimento do interesse público excecional, devidamente fundamentado e autorizado na sequência do Despacho n.º 504/2022-SEAEP, de 24 de outubro de 2022, de Sua Excelência a Secretária de Estado do Orçamento, do despacho de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Administração Pública, datado de 7 de setembro de 2022, e do despacho de concordância de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, datado de 12 de julho de 2022, foi celebrado, entre o professor José Carlos Janela Antunes e o Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., um contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, com efeitos a 21 de novembro de 2022, com término no final do ano letivo 2022/2023, em 31 de agosto de 2023.

23 de novembro de 2022. — O Presidente do Conselho Diretivo, *João Ribeiro de Almeida*.

315915442



DEFESA NACIONAL

Gabinete da Ministra

Portaria n.º 863/2022

Sumário: Louva e concede a Medalha de Serviços Distintos, grau prata, ao Sargento-Mor Rui Manuel Paiva Pereira.

Louvo, por proposta do diretor-geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), o 162487, Sargento-Mor C Rui Manuel Paiva Pereira, pelas relevantes qualidades e virtudes pessoais exibidas no desempenho das funções que lhe foram cometidas na Divisão de Estudos e de Apoio à Gestão (DEAG) da DGPDN, ao longo dos últimos nove anos.

Enquanto chefe do Posto de Controlo, o Sargento-Mor Paiva Pereira revelou excecional dedicação e competência profissional na organização e coordenação da receção, registo, classificação, encaminhamento e arquivo do expediente bem como o acesso autorizado à informação classificada, sempre com uma postura de grande disponibilidade e espírito de sacrifício, sublinhando-se o modo eficiente como garantiu a gestão dos sistemas SEIF, MMHS e Cifra do MNE e ainda todo o acompanhamento e apoio prestados na implementação do sistema de gestão documental EDOCLINK.

Destaca-se igualmente o desempenho das funções de oficial de segurança, incumbência de elevada responsabilidade e que cumpriu com lealdade, abnegação e afinco.

Militar organizado e metódico, manifestou nas mais diversas circunstâncias capacidade de resposta e prontidão, revelando-se uma mais-valia para o serviço e para toda a DGPDN, evidenciando elevados dotes de carácter, sensatez e sã camaradagem, granjeando assim a consideração, respeito e amizade de todos os que com ele privaram.

Dotado de sólidos conhecimentos técnico-profissionais, numa área fundamental à atividade da Direção-Geral, atendeu sempre de forma célere, diligente e responsável às inúmeras e permanentes solicitações colocadas superiormente, revelando uma assinalável capacidade para resolução de problemas, sendo de sublinhar a sua participação nos Exercícios CMX e SNEX.

Pela atividade desenvolvida, extraordinário desempenho e pela afirmação constante das suas excecionais qualidades pessoais e militares, é o Sargento-Mor Rui Manuel Paiva Pereira merecedor de público reconhecimento pela ação que desenvolveu de forma altamente honrosa e brilhante, devendo os serviços por si prestados, dos quais resultou honra e lustre para a defesa nacional e para Portugal, serem considerados extraordinários, relevantes e distintos.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto nos artigos 13.º e 16.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concedo a Medalha de Serviços Distintos, grau prata, ao 162487, Sargento-Mor C Rui Manuel Paiva Pereira.

23 de novembro de 2022. — A Ministra da Defesa Nacional, *Maria Helena Chaves Carreiras*.

315913985



DEFESA NACIONAL

Marinha

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Declaração de Retificação n.º 1006/2022

Sumário: Retifica o Despacho n.º 12540/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 27 de outubro de 2022.

Por ter saído com inexatidão o Despacho n.º 12540/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 27 de outubro de 2022, a p. 33, retifica-se que onde se lê:

«[...] a contar de 14 de outubro de 2022, data a partir da qual lhes conta a respetiva antiguidade, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele Estatuto, em consequência da vacatura ocorrida, nessa data, resultante da passagem à situação de reserva do 24985, Capitão-de-Mar-e-Guerra da classe de Marinha Ricardo Freitas Braz.»

deve ler-se:

«[...] a contar de 11 de outubro de 2022, data a partir da qual lhes conta a respetiva antiguidade, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele Estatuto, em consequência da vacatura ocorrida, nessa data, resultante da promoção ao posto imediato do 26784, Capitão-de-Mar-e-Guerra da classe de Marinha Nuno Maria d'Orey Roquette Cornélio da Silva.»

23 de novembro de 2022. — O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, *Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo*, Almirante.

315917087

**DEFESA NACIONAL****Marinha**

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Despacho n.º 13954/2022*Sumário:* Promoção ao posto imediato de vários oficiais.

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 72.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, na sua redação atual, obtida a concordância da Ministra da Defesa Nacional e do Ministro das Finanças relativa às promoções constantes no Plano de Promoções nas Forças Armadas para 2022, promover ao posto imediato os seguintes oficiais:

Por escolha ao posto de Capitão-Tenente, em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 198.º do mesmo Estatuto, a seguinte Primeiro-Tenente da classe de Engenheiros Navais:

20504 Carla Alexandra Fernandes Maiorgas (no quadro)

que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente nos artigos 58.º e 207.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de outubro de 2022, data a partir da qual lhe conta a respetiva antiguidade, de acordo com o n.º 2 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele Estatuto, em consequência da vacatura ocorrida, em 1 de janeiro de 2021, resultante da promoção ao posto imediato, do 20695 Capitão-Tenente da classe de Engenheiros Navais Pedro Luís Araújo Costa. Esta oficial, uma vez promovida, deverá ser colocada na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 20004 Capitão-tenente da classe de Engenheiros Navais Tiago Pedro Giesta Martins e à direita do 24404 Capitão-tenente da classe de Engenheiros Navais Rodrigo Serrano dos Santos.

Por antiguidade ao posto de primeiro-tenente, em conformidade com o previsto na alínea d) do artigo 198.º do mesmo Estatuto, os seguintes segundos-tenentes da classe de Engenheiros-Navais:

24011 Pedro Miguel Sampaio Pereira (no quadro)

23011 Gonçalo Daniel Castanheira Rosa (adido ao quadro)

24211 Vanessa da Costa Martins (no quadro)

26610 Tiago Leonel Marques Carmona Afonso Pires (no quadro)

que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente nos artigos 58.º e 207.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de outubro de 2022, data a partir da qual lhes conta a respetiva antiguidade, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele Estatuto, em consequência das vacaturas ocorridas, nessa data, resultantes da promoção ao posto imediato, da 20504 Primeiro-tenente da classe de Engenheiros-Navais Carla Alexandra Fernandes Maiorgas, do 24404 Primeiro-Tenente da classe de Engenheiros-Navais Rodrigo Serrano dos Santos e do 25004 Primeiro-tenente da classe de Engenheiros-Navais João Filipe Duarte dos Santos. Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 26510 Primeiro-tenente da classe de Engenheiros-Navais Miguel José Costa e Nora Lopes Nunes.

As promoções obedecem ao efetivo autorizado constante no Decreto-Lei n.º 6/2022, de 7 de janeiro, sendo realizadas de acordo com o Plano de Promoções nas Forças Armadas para 2022 e destinam-se a prover necessidades imprescindíveis identificadas na estrutura orgânica ou exercer funções estatutárias de acordo com os artigos 205.º do EMFAR, atribuíveis ao posto e classe das presentes vacaturas.



As promoções produzem efeitos remuneratórios à data de assinatura do presente despacho, nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do EMFAR, ficando os militares colocados na 1.ª posição remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, na sua redação atual.

23-11-2022. — O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, *Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo*, Almirante.

315917079



DEFESA NACIONAL

Marinha

Superintendência do Pessoal

Despacho n.º 13955/2022

Sumário: Promoção à categoria imediata de vários militarizados do quadro do Pessoal Militarizado da Marinha.

Ao abrigo do ponto 38), da alínea c), do n.º 2, do Despacho n.º 6985/2022, de 25 de maio, do Superintendente do Pessoal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 106, de 1 de junho de 2022, manda o Diretor de Pessoal, após obtida a concordância da Ministra da Defesa Nacional e do Ministro das Finanças relativa às promoções constantes no Plano de Promoções nas Forças Armadas para 2022, promover à categoria imediata os seguintes militarizados:

Por concurso, à categoria de faroleiro subchefe do grupo 6 — Faroleiros (secção do Continente) do QPMM, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 282/76, de 20 de abril, o seguinte faroleiro de 1.ª classe do grupo 6 — Faroleiros:

36000196, Luís Miguel Soares Marreiros que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção previstas nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 2.º e na alínea d) do n.º 4.º do grupo 6 — Faroleiros da Portaria n.º 334/84, a contar de a contar de 27 de maio de 2022, data a partir da qual lhe conta a respetiva antiguidade, em consequência da promoção do faroleiro subchefe 36000385, António Manuel Ataíde Correia, à categoria de faroleiro chefe.

Este militarizado, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade na categoria de faroleiro subchefe do grupo 6 — Faroleiros do QPMM, à esquerda do 36001682 faroleiro subchefe Miguel Alves Calaça.

A promoção obedece ao efetivo autorizado constante na Portaria n.º 258/82, de 11 de março, na sua redação atual, é realizada de acordo com o Plano de Promoções nas Forças Armadas para 2022 e destina-se a prover necessidades imprescindíveis identificadas na estrutura orgânica da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional, a exercer funções nos termos dos n.ºs 3, 4 e 6 do artigo n.º 2.º do Decreto-Lei n.º 282/76, de 20 de abril.

A promoção produz efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação do presente despacho, ficando o militarizado colocados na 1.ª posição remuneratória da nova categoria, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, na sua redação atual.

Por antiguidade/escolha, à categoria de faroleiro de 1.ª classe do grupo 6 — Faroleiros (secção do Continente) do QPMM, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 282/76, de 20 de abril, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 376/85, de 26 de setembro, o seguinte faroleiro de 2.ª classe do grupo 6 — Faroleiros:

36000100, Domingos Jorge Batista Pinto (Escolha)

que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção previstas nas alíneas a), b), c), e d) do n.º 2.º e na alínea c) do n.º 4.º do grupo 6 — Faroleiros da Portaria n.º 334/84, de 4 de junho, a contar de a contar de 27 de maio de 2022, data a partir da qual lhe conta a respetiva antiguidade, em consequência da promoção do 36000196 faroleiro de 1.ª classe Luís Miguel Soares Marreiros, à categoria de subchefe.



Este militarizado, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade na categoria de faroleiro de 1.ª classe do grupo 6 — Faroleiros do QPMM, à esquerda do 36000513 faroleiro de 1.ª classe Paulo Sérgio da Silva Alves.

A promoção obedece ao efetivo autorizado constante na Portaria n.º 258/82, de 11 de março, na sua redação atual, é realizada de acordo com o Plano de Promoções nas Forças Armadas para 2022 e destina-se a prover necessidades imprescindíveis identificadas na estrutura orgânica da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional, a exercer funções nos termos dos n.ºs 3, 4 e 6 do artigo n.º 2.º do Decreto-Lei n.º 282/76, de 20 de abril.

A promoção produz efeitos remuneratórios à data de assinatura do presente despacho, ficando o militarizado colocados na 1.ª posição remuneratória da nova categoria, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, na sua redação atual.

21 de novembro de 2022. — O Diretor de Pessoal, *António José de Jesus Neves Correia*, Comodoro.

315918148



DEFESA NACIONAL

Marinha

Superintendência do Pessoal

Despacho n.º 13956/2022

Sumário: Promoção por escolha ao posto de Sargento-Ajudante, do 9317602 Primeiro-Sargento R, Renato Filipe Lemos Marques Sousa.

Ao abrigo do ponto xxxvii), da alínea c), do n.º 2, do Despacho n.º 6985/2022, de 25 de maio, do Superintendente do Pessoal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 106, de 1 de junho de 2022, manda o Diretor de Pessoal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 72.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, na sua redação atual, obtida a concordância da Ministra da Defesa Nacional e do Ministro das Finanças relativa às promoções constantes no Plano de Promoções nas Forças Armadas para 2022, promover por escolha ao posto de sargento-Ajudante, em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 229.º do mesmo Estatuto, o seguinte Primeiro-Sargento da classe de Radaristas:

9317602 Renato Filipe Lemos Marques Sousa (no quadro)

que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente, nos artigos 58.º e 237.º do mencionado Estatuto, a contar de 12 de outubro de 2022, data a partir da qual lhe conta a respetiva antiguidade, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 176.º, e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele Estatuto, em consequência da vacatura ocorrida, nessa data, resultante da promoção ao posto imediato do 6306292 Sargento-Ajudante R Jorge de Jesus Marques. Este sargento, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 9333694 Sargento-Ajudante R Marco Abel Pestana Pineiro.

A promoção obedece ao efetivo autorizado constante no Decreto-Lei n.º 6/2022, de 7 de janeiro, sendo realizada de acordo com o Plano de Promoções nas Forças Armadas para 2022 e destina-se a prover necessidades imprescindíveis identificadas na estrutura orgânica ou exercer funções estatutárias de acordo com o artigo 236.º do EMFAR, atribuíveis ao posto e classe da presente vacatura.

A promoção produz efeitos remuneratórios à data de assinatura do presente despacho, nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do EMFAR, ficando o militar colocado na 1.ª posição remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, na sua redação atual.

23 de novembro de 2022. — O Diretor de Pessoal, *António José de Jesus Neves Correia*, Comodoro.

315917313



DEFESA NACIONAL

Marinha

Superintendência do Pessoal

Despacho n.º 13957/2022

Sumário: Graduação no posto de Segundo-Sargento da classe de músicos de diversos militares.

Ao abrigo do ponto xxxvii), da alínea c), do n.º 2, do Despacho n.º 6985/2022, de 25 de maio, do Superintendente do Pessoal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 98, de 20 de maio de 2022, manda o Diretor de Pessoal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 72.º, do artigo 73.º e do n.º 2 do artigo 227.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, e alterado pela Lei n.º 10/2018, de 2 de março, graduar no posto de segundo-sargento, por terem iniciado o estágio Técnico-Militar de Ingresso na Categoria de Sargentos Músicos, a contar de 7 de novembro de 2022, as seguintes praças:

6300109 Armando Ricardo Alves Dias.

6300315 Lara Patrícia Guia Lopes Baptista.

6300116 Marco António Tavares Patrício.

A graduação produz efeitos remuneratórios, a contar da mesma data, ficando colocados na 1.ª posição remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

23 de novembro de 2022. — O Diretor de Pessoal, *António José de Jesus Neves Correia*, Comodoro.

315917395



JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Portaria n.º 864/2022

Sumário: Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça a proceder à reprogramação dos encargos decorrentes do contrato de empreitada de adaptação do edifício da Caixa Geral de Depósitos, em Torres Vedras, para instalação dos Juízos do Trabalho e Local Cível da Comarca de Lisboa Norte.

Nos termos da Portaria n.º 807/2021, de 17 de dezembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 249, de 27 de dezembro de 2021, o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., ficou autorizado a assumir nos anos de 2021 e 2022 os encargos orçamentais decorrentes do contrato de empreitada de adaptação do edifício da Caixa Geral de Depósitos, em Torres Vedras, para instalação dos Juízos do Trabalho e Local Cível da Comarca de Lisboa Norte, no montante máximo global de € 1 125 000, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Contudo, por vicissitudes várias decorrentes da tramitação do procedimento de contratação pública, importa proceder à alteração da programação e distribuição dos encargos constantes da aludida portaria, cujos compromissos plurianuais decorrentes se cifram agora no montante de € 980 386,58, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a repartir pelos anos de 2022 e 2023.

Considerando que não existe aumento do valor da despesa inicialmente aprovada, confirmando-se que o prazo de execução do contrato abrangido pela autorização anterior não é ultrapassado e que o alargamento temporal da despesa não ultrapassa um ano económico, a reprogramação dos encargos plurianuais autorizados ao abrigo da Portaria n.º 807/2021, de 17 de dezembro, carece apenas da autorização do membro do Governo responsável pela área setorial, nos termos do estabelecido nos n.ºs 8 e 9 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, na sua redação atual, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2022.

Assim, manda o Governo, pelo Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, ao abrigo das competências delegadas e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, o seguinte:

Artigo 1.º

Reprogramação de encargos

Fica o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., autorizado a proceder à reprogramação dos encargos decorrentes do contrato de empreitada em referência, no montante global estimado de € 980 386,58, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, não podendo em cada ano económico exceder os seguintes montantes:

Ano de 2022 — € 150 979,53 (cento e cinquenta mil, novecentos e setenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;

Ano de 2023 — € 829 407,05 (oitocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e sete euros e cinco cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 2.º

Acréscimo de saldo

O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior, podendo transitar para o ano seguinte.



Artigo 3.º

Inscrição orçamental

Os encargos financeiros resultantes da execução da presente portaria são satisfeitos por verbas inscritas ou a inscrever nos orçamentos do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., referentes aos anos indicados.

Artigo 4.º

Produção de efeitos

A presente portaria produz os seus efeitos na data da sua assinatura.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

22 de novembro de 2022. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *Jorge Albino Alves Costa*.

315916503

JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Portaria n.º 865/2022

Sumário: Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça a proceder à assunção do encargo decorrente do contrato a celebrar para aquisição de equipamentos informáticos, no ano civil de 2023.

O Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., tem por missão a gestão dos recursos financeiros do Ministério da Justiça e a gestão do património afeto à área da justiça, bem como a gestão das infraestruturas e recursos tecnológicos.

É sua atribuição assegurar nomeadamente a apresentação de propostas de conceção, execução e manutenção dos recursos tecnológicos e dos sistemas de informação desta área setorial, garantindo a sua gestão e administração.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a área da Justiça, sob a componente C-18, «Justiça económica e ambiente de negócios», prevê, entre outros projetos, a modernização dos seus sistemas de informação, o reforço das infraestruturas tecnológicas, bem como a urgente introdução nos sistemas de Justiça, de instrumentos e formas de interação que permitam responder de forma adequada às necessidades dos cidadãos e das empresas.

Neste contexto e de modo a assegurar o cumprimento dos compromissos contratuais no PRR é essencial dotar os colaboradores do Ministério da Justiça de equipamentos modernos e adaptados aos novos modelos de trabalho, que permitam também a flexibilização do posto de trabalho e a utilização de novas ferramentas de colaboração e comunicação à distância.

Assim, torna-se necessário proceder à abertura de procedimento de contratação pública, no enquadramento do programa de apetrechamento tecnológico, visando prover as necessidades dos organismos do Ministério da Justiça de acordo com as necessidades previamente identificadas.

Nestes termos, considerando que o encargo orçamental decorrente do contrato a celebrar será em 2023, torna-se necessária a autorização para a assunção de encargos plurianuais.

Assim, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Justiça, ao abrigo das competências delegadas nos termos da alínea i) do n.º 2 do Despacho n.º 7122/2022, de 30 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 108, de 3 de junho de 2022, e nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e, nos termos do disposto no n.º 1 e no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho, o seguinte:

Artigo 1.º

Assunção de encargos

Fica o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ), autorizado a proceder à assunção do encargo, no ano civil de 2023, decorrente do contrato a celebrar para aquisição de equipamentos informáticos, no montante máximo de € 4 795 515,00 (quatro milhões, setecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quinze euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 2.º

Inscrição orçamental

Os encargos financeiros resultantes da execução da presente portaria são satisfeitos por verbas inscritas ou a inscrever no âmbito do PRR no orçamento do IGFEJ referentes ao ano indicado no artigo anterior.



Artigo 3.º

Delegação de competências

Nos termos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, delego no conselho diretivo do IGFEJ, com possibilidade de subdelegação, todas as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, no âmbito do procedimento cuja despesa se autoriza, nomeadamente a aprovação e correção das peças dos procedimentos, a designação do júri, a decisão de adjudicação, a aprovação da minuta dos contratos a celebrar, a representação da entidade adjudicante na respetiva assinatura e as competências para a prática de todos os atos necessários à execução do contrato que vier a ser celebrado.

Artigo 4.º

Produção de efeitos

A presente portaria produz os seus efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

23 de novembro de 2022. — O Secretário de Estado da Justiça, *Pedro Luís Ferrão Tavares*.

315915183



JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho n.º 13958/2022

Sumário: Delibera que o trabalhador João José de Moura Batista seja notificado de decisão do Conselho dos Oficiais de Justiça.

João José de Moura Batista, Escrivão de Direito no núcleo de Vila Viçosa, com última residência conhecida na Rua José Félix Ribeiro, n.º 21, 1.º direito, 7100-125 Estremoz, fica notificado que, por deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça datada de 27 de outubro de 2022, proferida no processo disciplinar n.º 514DIS21, contra si instaurado, foi-lhe aplicada a sanção disciplinar de Demissão, que produzirá os seus efeitos, nos termos do artigo 223.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Mais fica notificado que tem o prazo de vinte dias úteis para interpor recurso, querendo, para o Conselho Superior competente, tudo conforme o disposto no artigo 118.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 96/2002, de 12 de abril.

22 de novembro de 2022. — A Presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça, *Isabel Matos Namora*.

315912089



JUSTIÇA

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 13959/2022

Sumário: Concessão de prorrogação de licença sem remuneração ao especialista de polícia científica Valter Miguel Ventura António.

Por despacho de 17.10.2022, do Diretor Nacional Adjunto, Dr. Veríssimo Milhazes, foi autorizada a prorrogação de licença sem remuneração pelo período de 60 dias, com efeitos a 05.11.2022, ao Especialista de Polícia Científica da Polícia Judiciária, Valter Miguel Ventura António, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 280.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de outubro de 2022. — A Diretora de Serviços de Gestão e Administração de Pessoal,
Eugénia Simões Silva.

315809227



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas da Maia

Aviso n.º 22961/2022

Sumário: Lista nominativa do pessoal docente que ingressou em quadro de zona pedagógica — ano letivo 2022-2023.

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho — Lei dos Trabalhadores em Funções Públicas (LTFP), e em conformidade com o Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15 de março, torna-se pública a lista nominativa do pessoal docente que ingressou na carreira em Quadro de Zona Pedagógica, no ano letivo 2022/2023, com efeitos a 1 de setembro de 2022:

Nome	Grupo de recrutamento de Provisão	Código e designação do QZP de Provisão	Índice remuneratório
Maria Laurinda Gonçalves Lopes Silva	600 — Artes Visuais	01 — QZP 1	167
Sofia Inês Fernandes Gomes.	500 — Matemática	07 — QZP 7	167

24 de novembro de 2022. — O Diretor, *Rui Manuel Oliveira Duarte*.

315915394



EDUCAÇÃO E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.

Aviso n.º 22962/2022

Sumário: Cessação do contrato de trabalho em funções públicas do trabalhador Miguel Jorge Serrano Barradas.

Ao abrigo do n.º 4 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), na sua redação atual, torna-se público que Miguel Jorge Serrano Barradas, pertencente à carreira e categoria de Técnico Superior, denunciou o seu contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado que detinha com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P., nos termos do disposto no artigo 47.º da LTFP, com efeitos a 30 de novembro de 2022.

23 de novembro de 2022. — A Presidente do Conselho Diretivo da ANQEP, I. P., *Filipa Henriques de Jesus*.

315914162



EDUCAÇÃO E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.

Despacho n.º 13960/2022

Sumário: Designação, em regime de substituição, da licenciada Sónia Cristina Revez Trindade para exercer o cargo de diretora do Departamento de Qualificação de Adultos da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.

O Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de fevereiro, definiu a natureza, a missão, as atribuições e o modelo organizacional da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P., abreviadamente designada por ANQEP, I. P..

No contexto das atuais medidas de política para as áreas da educação e do trabalho, solidariedade e segurança social assumidas como prioritárias pelo Governo, foi publicada a Portaria n.º 168/2019, de 30 de maio, que aprovou os novos estatutos da ANQEP, I. P., fixando a estrutura nuclear e respetivas competências.

De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º dos estatutos da ANQEP, I. P., o Departamento de Qualificação de Adultos constitui uma das unidades orgânicas nucleares desta Agência, encontrando-se as suas competências definidas no artigo 4.º dos referidos estatutos.

Considerando, pois, a necessidade de assegurar a direção do Departamento de Qualificação de Adultos na sua área de atuação, tal como definida nos termos do artigo 4.º dos estatutos da ANQEP, I. P.;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e Lei n.º 128/2015, de 03 de setembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, prevê no seu artigo 20.º que o recrutamento dos titulares de cargos de direção intermédia, designadamente de 1.º grau, é efetuado de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, que possuam competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 2.º dos estatutos da ANQEP, I. P., aprovados em anexo à Portaria n.º 168/2019, de 30 de maio, os departamentos são dirigidos por diretores de departamento, cargos de direção intermédia de 1.º grau;

Considerando que a licenciada Sónia Cristina Revez Trindade é possuidora de um relevante currículo profissional, revelador de que a mesma detém características adequadas ao exercício do cargo de diretora do Departamento de Qualificação de Adultos da ANQEP, I. P.;

Torna-se público que, por deliberação de 21 de novembro de 2022 e ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, o Conselho Diretivo da ANQEP, I. P., procedeu à designação, em regime de substituição, da licenciada Sónia Cristina Revez Trindade, para exercer o cargo de diretora do Departamento de Qualificação de Adultos da ANQEP, I. P., com efeitos a 01 de dezembro de 2022.

Como parte integrante da referida deliberação consta a nota curricular da designada, a qual, para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, é publicada em anexo ao presente despacho.

23 de novembro de 2022. — A Presidente da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P., *Filipa Henriques de Jesus*.

ANEXO

Nota curricular

Dados de identificação:

Nome: Sónia Cristina Revez Trindade.

Data de nascimento: 20 de maio de 1979.

Nacionalidade: Portuguesa.

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa (2001).

Pós-graduada em Política Social pelo ISEG da Universidade Técnica de Lisboa (2005).

Pós-graduada em Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Recursos Humanos pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (2012).

Experiência profissional:

Março de 2022 a novembro de 2022 — Exerceu funções de técnica especialista no Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho no XXIII Governo Constitucional;

Dezembro de 2019 a março de 2022 — Exerceu funções de técnica especialista no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional no XXII Governo Constitucional;

Desde outubro de 2018 — Técnica superior na Unidade de Avaliação e Monitorização Estratégica, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., responsável pelo acompanhamento das avaliações integradas no Plano Global de Avaliação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no domínio do capital humano;

Novembro de 2004 a julho de 2016 — Consultora coordenadora na Quaternaire Portugal — Consultoria para o Desenvolvimento, S. A., responsável por projetos na unidade de «Emprego, Competências e Formação Profissional», nomeadamente no domínio das políticas públicas e programas de emprego e formação profissional;

Novembro de 2001 a novembro de 2004 — Técnica no Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos (CIDECE), responsável pela colaboração em projetos no Departamento de Estudos e Investigação Aplicada;

Janeiro de 2000 a maio de 2001 — Investigadora júnior no Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa (CISEP), unidade de estudos do ISEG.

315914721



TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 13961/2022

Sumário: Delegação de competências na Secretária-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e ainda do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, delego, com faculdade de subdelegação, na Secretária-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria João Paula Lourenço, a competência para a tramitação do procedimento n.º 32/SGMTSSS/POISE/2022 para a formação do contrato de «aquisição de serviços de desenvolvimento, implementação e manutenção evolutiva e suporte aplicacional dos Sistemas de Informação da Autoridade de Gestão», sua outorga e todas as formalidades inerentes à sua execução.

O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

18 de novembro de 2022. — A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho*.

315911992

**TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.

Aviso (extrato) n.º 22963/2022

Sumário: Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de técnico superior do trabalhador Hugo Alberto Macedo Guimarães.

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º e no disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 46.º, ambos da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho da Presidente do Conselho Diretivo do IGFSS, I. P., de 17 de novembro de 2022, o trabalhador abaixo mencionado concluiu, com sucesso, o período experimental de vínculo na carreira e categoria de técnico superior, na sequência de procedimento concursal na modalidade de recrutamento centralizado para constituição de reservas de recrutamento em entidade centralizada, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 14752-A/2020, de 25 de setembro.

Nome	Data de integração no mapa de postos de trabalho	Classificação
Hugo Alberto Macedo Guimarães	14/03/2022	16,63 valores

18 de novembro de 2022. — A Diretora da Direção de Recursos Humanos, *Cidália Pereira*.

315904126

SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 1317/2022

Sumário: Nomeação da presidente do conselho clínico e de saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral.

Para os efeitos da alínea c) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., de 17 de novembro do corrente ano e nos termos dos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2015, de 14 de outubro, ainda em vigor por força do disposto no n.º 2 do artigo 106.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, foi designada, com efeitos imediatos, Presidente do Conselho Clínico e de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral, a licenciada Ana Francisca Santos Costa, Assistente de Medicina Geral e Familiar, cuja nota curricular se anexa.

17 de novembro de 2022. — O Conselho Diretivo: *Dr.ª Rosa Reis Marques*, presidente — *Dr. Mário Ruivo*, vogal — *Dr. Fernando Cravo*, vogal.

Nota curricular

Ana Francisca Santos Costa, filha de Francisco Manuel Simões da Costa e de Maria Arminda Magalhães dos Santos.

Nascida em 09 de junho de 1988, natural de Vila Nova de Famalicão, com nacionalidade portuguesa, solteira.

Percurso Académico:

Ingressou no Ensino Superior no ano letivo 2006/2007, no Mestrado Integrado em Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, o qual concluiu em julho de 2012 com a classificação final de catorze valores.

Percurso Profissional:

Está inscrita na Ordem dos Médicos com a cédula profissional n.º 55416 e nome clínico Ana Francisca Costa.

Ingressou no Internato Médico no concurso 2013-A, a 01 de janeiro de 2013, tendo realizado o Ano Comum no Hospital Santa Maria Maior, E. P. E. Barcelos e na Unidade de Saúde Familiar Santo António — CS Barcelos/Barcelinhos, tendo concluído o mesmo, a 31 de dezembro de 2013, com a classificação final de Apto.

Em janeiro de 2014 ingressou no Internato de Formação Específica de Medicina Geral e Familiar na USF Salvador Lordelo, ACES Tâmega II — Vale do Sousa Sul, da ARS Norte, o qual concluiu na época de fevereiro/abril de 2018 com a classificação final de dezoito vírgula um valores, o que lhe conferiu o Grau de Especialista na área de Medicina Geral e Familiar.

Exerceu, de abril a agosto de 2018, funções médicas na UCSP Tâmega e Douro e SASU Paredes, ACES Tâmega II — Vale do Sousa Sul.

Em setembro de 2018 iniciou funções como Assistente de Medicina Geral e Familiar na UCSP Flor do Liz, ACES Pinhal Litoral, da ARS Centro. Exerceu as funções de elemento médico do Conselho Técnico entre outubro de 2019 e setembro de 2020. Assumiu a coordenação da unidade desde outubro de 2019 até julho 2021.

Desde julho de 2021 integra, como Médica de Família, a equipa da UCSP Lapedo, ACES Pinhal Litoral, tendo exercido as funções de coordenadora desta unidade desde o seu início de atividade até janeiro de 2022.



Exerce funções de Presidente do Conselho Clínico e de Saúde do ACES Pinhal Litoral desde 20 de janeiro 2022, tendo exercido funções de Diretora Executiva em regime de suplência no período entre março e 26 de outubro de 2022.

Foi palestrante e membro da Comissão Científica e Organizadora de vários cursos e jornadas.

Integra a rede nacional de Médicos Sentinela, desde fevereiro 2021.

Membro do Colégio de Especialidade de Medicina Geral e Familiar, desde junho 2021.

315910144



SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 22964/2022

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final referente ao procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior para o Departamento de Instalações e Equipamentos.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021 de 11 de janeiro, torna-se público que, por meu despacho de 10 de novembro de 2022, foi homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos, referente ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho, na carreira de técnico superior, da categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da ARSLVT I. P./Serviços Centrais — Departamento de Instalações e Equipamentos, Referência D — Engenheiro Mecânico, na modalidade de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo incerto, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 4263/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 28 de fevereiro.

A lista unitária de ordenação final pode ser consultada em local visível e público das instalações da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., sita na Avenida Estados Unidos da América, n.º 75, em Lisboa, na respetiva página eletrónica em www.arslvt.min-saude.pt.

De acordo com o disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 161-A/2021, de 26 de julho, todas as notificações resultantes do presente procedimento concursal comum, são efetuadas obrigatoriamente através da plataforma BEP — Ofertas PRR, onde a candidatura foi apresentada.

10 de novembro de 2022. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Nuno Venade*.

315884988



SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 22965/2022

Sumário: Homologada a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para preenchimento de 16 postos de trabalho na carreira de assistente operacional para diversos agrupamentos de saúde.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021 de 11 de janeiro, torna-se público que, por meu despacho de 16 de novembro de 2022, foi homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos, referente ao procedimento concursal comum para o preenchimento de 16 (dezasseis) postos de trabalho, na carreira de assistente operacional, da categoria de assistente operacional, do mapa de pessoal da ARSLVT I. P./ Agrupamentos de Centros de Saúde de Almada Seixal, Lisboa Central, Lisboa Norte, Lisboa Ocidental Oeiras, Loures Odivelas, aberto pelo Aviso n.º 13984-B/2021, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1741, de 22 de julho de 2021.

A lista unitária de ordenação final pode ser consultada em local visível e público das instalações da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., sitas na Avenida Estados Unidos da América, n.º 75, em Lisboa, na respetiva página eletrónica em www.arslvt.min-saude.pt.

16 de novembro de 2022. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Nuno Venade*.

315908688



SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 22966/2022

Sumário: Lista de ordenação final dos candidatos do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior para o Departamento de Gestão e Administração Geral.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021 de 11 de janeiro, torna-se público que, por meu despacho de 17 de novembro de 2022, foi homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos, referente ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho, na carreira de técnico superior, da categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da ARSLVT I. P./Serviços Centrais — Departamento de Gestão e Administração Geral, Referência B — Economia/Gestão de Empresas, na modalidade de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo incerto, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 3855/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 23 de fevereiro.

A lista unitária de ordenação final pode ser consultada em local visível e público das instalações da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., sitas na Avenida Estados Unidos da América, n.º 75, em Lisboa, na respetiva página eletrónica em www.arslvt.min-saude.pt.

De acordo com o disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 161-A/2021, de 26 de julho, todas as notificações resultantes do presente procedimento concursal comum, são efetuadas obrigatoriamente através da plataforma BEP — Ofertas PRR, onde a candidatura foi apresentada.

17 de novembro de 2022. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Nuno Venade*.

315908663



SAÚDE

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

Aviso (extrato) n.º 22967/2022

Sumário: Homologação de lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho da categoria de assistente graduado sénior de psiquiatria.

Em cumprimento do disposto no artigo 24.º, n.º 6, da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, faz-se público que, por deliberação do Conselho de Diretivo de 16 de novembro de 2022, foi homologada a lista unitária de ordenação final, dos candidatos, do procedimento concursal comum com vista ao recrutamento e seleção para o preenchimento de 1 posto de trabalho da categoria de Assistente Graduado Sénior de Psiquiatria, da carreira especial médica do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, cuja abertura foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo deste Centro Hospitalar, datada de 6 de novembro de 2019, proferida da sequência do Despacho n.º 5943/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, de 28 de junho, e do Despacho n.º 9253/2019, publicado no *Diário da República* n.º 197, 2.ª série, de 14 de outubro, alterado, este último, pelo Despacho n.º 9880/2019, publicado no *Diário da República* n.º 209, 2.ª série, de 30 de outubro.

Lista de ordenação final dos candidatos

Ordenação	Nome dos candidatos	Classificação final (valores)
1	Maria Leonor Gomes de Araújo Queiróz	16,235
2	Francisco Ferreira Moniz Pereira	10,077

23 de novembro de 2022. — O Diretor do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *João Carlos Pereira Rebelo do Carmo Parreira*.

315911035

SAÚDE

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

Aviso (extrato) n.º 22968/2022

Sumário: Abertura de procedimento concursal para preenchimento de postos de trabalho na categoria de assistente técnico.

1 — Em cumprimento do disposto nos artigos 30.º e artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, em conjugação com o disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, faz-se público que por deliberação do Conselho Diretivo do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, datada de 6 de outubro de 2022, foi autorizada a abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, da carreira e categoria de assistente técnico na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Entidade que realiza o procedimento concursal: Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa.

3 — Número de postos de trabalho a ocupar: 2 (dois) postos de trabalho.

4 — Carreira e categoria dos postos de trabalho a ocupar: Carreira e categoria de assistente técnico.

5 — Caracterização dos postos de trabalho a ocupar: Os postos de trabalho caracterizam-se pelo exercício de funções inerentes à carreira e categoria geral de assistente técnico, com grau de complexidade 2, de acordo com o constante no anexo a que se refere o artigo 88.º da LTFP, na unidade orgânica do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa com competência no, designadamente: (i) Manter atualizada aplicação informática do património, efetuando todos os registos de novas aquisições, abates e transferências; (ii) Conferência por serviço de bens existentes à sua responsabilidade; e (iii) Manter todos os bens inventariados com a colocação da respetiva identificação, criação mensal de ficheiro de amortizações para integração na aplicação de contabilidade.

6 — Habilitações académicas: 12.º ano de escolaridade ou de curso que lhe seja equiparado, nos termos do artigo 86.º, n.º 1, alínea b), da LTFP.

7 — Prazo de apresentação da candidatura: 10 (dez) dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso (extrato) na BEP — Bolsa de Emprego Público, acessível em www.bep.gov.pt.

8 — Local onde se encontra a publicação integral: A publicação integral do presente procedimento concursal comum encontra-se disponível na BEP — Bolsa de Emprego Público, acessível em www.bep.gov.pt, e na página eletrónica do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, acessível em www.chpl.min-saude.pt, na área Recrutamento.

23 de novembro de 2022. — O Diretor do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *João Carlos Pereira Rebelo do Carmo Parreira*.

315912348



SAÚDE

INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

Aviso n.º 22969/2022

Sumário: Lista nominativa de transição dos profissionais da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica.

**Lista nominativa de transição dos profissionais da carreira
de Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica**

Nos termos de disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 34/2021, de 8 de junho, torna-se público, conforme anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante, a lista nominativa de transição dos profissionais da carreira da carreira de Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica (TSDT), homologada por deliberação do Conselho Diretivo de 17 de fevereiro de 2022.

21 de novembro de 2022. — A Diretora dos Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais,
Ana Rita Lopes Mendes Aleluia.

ANEXO

Nome	Carreira e categoria antes da transição	Carreira e categoria após transição	Tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 564/99		Tabela anexa à Lei n.º 34/2021	
			Escalão remuneratório antes transição	Índice remuneratório antes transição	Posição remuneratória após transição	Nível remuneratório após transição
Luís Manuel Machado Ventura	TDT Técnico especialista	TSDT TSDT especialista . . .	1.º	175	2.ª	36.º
Maria Dulce Benavente Bernardino	TDT Técnico especialista	TSDT TSDT especialista . . .	1.º	175	2.ª	36.º

315906265



SAÚDE

Inspeção-Geral das Atividades em Saúde

Aviso (extrato) n.º 22970/2022

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final na categoria e carreira geral de assistente operacional.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5, do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, torna-se público, que foi homologada, nos termos do n.º 2 do artigo citado, por meu despacho de vinte de novembro de dois mil e vinte e dois, a lista unitária de ordenação final dos candidatos, relativa ao procedimento concursal comum, para preenchimento de um posto de trabalho na categoria e carreira geral de assistente operacional a que se refere o Aviso n.º 16953/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31 de agosto. Nos termos do n.º 4, do artigo 28.º, da mesma portaria foram notificados os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, do ato de homologação da lista de ordenação final, acima referida.

A lista unitária de ordenação final encontra-se disponível na página eletrónica da IGAS e afixada em local visível e público das suas instalações.

22 de novembro de 2022. — O Inspetor-Geral, *António Carlos Caeiro Carapeto*.

315911984

SAÚDE**Inspeção-Geral das Atividades em Saúde****Despacho n.º 13962/2022**

Sumário: Designação da mestre Ana Cristina de Olival Salgueiro Rodrigues para o cargo de chefe de Divisão do Conhecimento, Comunicação e Cooperação.

Na sequência de procedimento concursal de seleção para o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau, correspondente à Divisão do Conhecimento, Comunicação e Cooperação, da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS), aberto pelo Aviso n.º 8139/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 20 de abril de 2022, e publicitado na Bolsa de Emprego Público com o código da oferta 202204/0642, designo, nos termos dos n.ºs 9 e 10, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a Mestre Ana Cristina de Olival Salgueiro Rodrigues, no cargo de Chefe de Divisão do Conhecimento, Comunicação e Cooperação, desta IGAS.

A ora designada possui a experiência profissional geral e específica, o perfil, a competência técnica e a aptidão mais adequadas ao exercício das respetivas funções, destacando-se o elevado nível na qualidade da experiência profissional, da análise e sentido crítico, planeamento, organização, orientação para resultados, com rigor e autonomia e na tolerância à pressão e contrariedades, evidenciado na nota biográfica, em anexo ao presente despacho, da qual faz parte integrante.

A presente designação produz efeitos a partir de 1 de novembro de 2022.

ANEXO**Nota Biográfica**

Ana Cristina de Olival Salgueiro Rodrigues

Data de Nascimento — 29 de julho de 1978

Natural de Lisboa

Habilitações e Atividade Académica: Mestrado em Marketing Estratégico, 2015, no Instituto Superior de Comunicação Empresarial (ISCEM); Curso de Estudos Avançados em Gestão e Administração Pública (CEAGP), 2013-2014, no Instituto Nacional de Administração (INA); Pós-Graduação em Comunicação Publicitária, 2002, na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL); Licenciatura em Ciências da Comunicação, 1996-2000, com especialização em Publicidade e Marketing na Universidade Autónoma de Lisboa.

Percurso Profissional: Exerceu funções de técnica superior na Divisão de Informação, Comunicação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde desde 2015; Exerceu funções de Técnica Superior, na Direção de Serviços Concursos e Informática da Direção-Geral de Administração Escolar (DGAE), 2014; Exerceu funções de Coordenação de Formação, nas modalidades de e-Learning, b-Learning e presencial na Nova Etapa, 2009-2012; Exerceu funções de Coordenação da Área de Comunicação e Marketing na Universidade Autónoma de Lisboa, 2000-2005.

Outros: Apoio, no âmbito da comunicação, relações públicas e protocolo de Estado, a reuniões, assinaturas de protocolos, eventos nacionais ou internacionais, na área da saúde, providos pelos Gabinetes dos membros do Governo desde 2015; Apoio técnico a Grupos de trabalho e Comissões nomeados pelos Gabinetes Ministeriais do Ministério da Saúde: Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental (2022), Conselho Nacional de Saúde Mental (2020), Coordenação do Plano Nacional da Saúde para as Demências, Comissão de Gestão do Plano de Contingência para as Comemorações do Centenário de Fátima (2019), Comissão de Fiscalização Externa dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (2016).

7 de novembro de 2022. — O Inspetor-Geral, *Carlos Caeiro Carapeto*.

315912048

AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**Gabinete do Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas****Despacho n.º 13963/2022**

Sumário: Subdelegação de competências no conselho diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 32/2022, de 9 de maio, que aprova o regime de organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional, nos artigos 44.º e 46.º a 48.º do Código do Procedimento Administrativo, e ao abrigo das competências que me foram delegadas, de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 4 do Despacho n.º 9520/2022, de 3 de agosto, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, subdelego no conselho diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), constituído pelo presidente, o mestre Nuno Miguel Soares Banza, pelo vice-presidente, o licenciado Paulo Jorge de Melo Chaves e Mendes Salsa, e pelos vogais, o licenciado Nuno Miguel Figueiredo e Silva de Sousa Sequeira Gama, a mestre Sandra Albertina da Silva Nogueira Rodrigues Vinhais Sarmento, a mestre Maria de Fátima Ferreira Araújo Afonso Reis, o licenciado Rui Manuel Felizardo Pombo, a mestre Olga Cristina Carrasco Martins e o licenciado Joaquim Jorge Castelhão Rodrigues, designados pelo Despacho n.º 5068-A/2019, de 20 de maio, e pelo Despacho n.º 8305/2020, de 27 de agosto, a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Em matéria de caça, das atividades cinegéticas e das condições do seu exercício, as competências previstas no n.º 1 do artigo 16.º da Lei de Bases Gerais da Caça, aprovada pela Lei n.º 173/99, de 21 de setembro, na sua redação atual, bem como as estabelecidas no artigo 18.º, no n.º 2 do artigo 22.º, nos n.ºs 1 e 3 do artigo 24.º, no n.º 1 do artigo 26.º, no n.º 7 do artigo 29.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º, no artigo 40.º, no n.º 5 do artigo 45.º, no artigo 46.º, no n.º 8 do artigo 48.º, no n.º 1, alíneas a) e c), e no n.º 2 do artigo 50.º, nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 51.º, na alínea e) do n.º 1 e na alínea b) do n.º 2 do artigo 52.º, nos n.ºs 1 e 6 do artigo 54.º, no artigo 60.º, no n.º 4 do artigo 106.º, no n.º 1 do artigo 118.º, no n.º 3 do artigo 120.º e no n.º 3 do artigo 157.º, todos do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, na sua redação atual;

b) Em matéria de atividades piscícolas nas águas interiores e das condições do seu exercício, as competências para a criação e a extinção de zonas de proteção (ZP), de zonas de pesca lúdica (ZPL) e de zonas de pesca profissional (ZPP) a que se referem o artigo 18.º, o n.º 1 do artigo 34.º, o n.º 2 do artigo 44.º e o n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 112/2017, de 6 de setembro, na sua redação atual;

c) Proceder à criação e reconhecimento de equipas de sapadores florestais nos termos dos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, que estabelece o regime jurídico aplicável à criação e funcionamento das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade;

d) Autorizar, nos termos do respetivo artigo 14.º, a comercialização de materiais florestais de reprodução (MFR) que satisfaçam requisitos menos rigorosos do que os estabelecidos no Decreto-Lei n.º 205/2003, de 12 de setembro, na sua redação atual, quando se verificarem dificuldades temporárias de abastecimento do mercado nacional em MFR de uma ou mais espécies ou híbridos artificiais que não possam ser superadas adequadamente dentro da União Europeia, e autorizar a importação de MFR de países terceiros, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do referido diploma legal;

e) Autorizar a assunção de compromissos plurianuais, até ao montante de 1 500 000 euros, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas;

f) Em matéria disciplinar, relativamente aos processos por mim determinados ou instaurados, as competências previstas no n.º 1 do artigo 205.º, no n.º 1 do artigo 211.º, no n.º 2 do artigo 219.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 220.º e no n.º 2 do artigo 222.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual e, no mesmo âmbito, nomear instrutores quando não sejam por mim designados no despacho que ordenar os respetivos processos;

g) Autorizar a acumulação e o exercício de funções públicas e privadas pelo pessoal dirigente, dentro dos condicionalismos legais;

h) Autorizar, para os trabalhadores com vínculo de emprego público, que a prestação de trabalho suplementar ultrapasse os limites legalmente estabelecidos em circunstâncias excecionais e delimitadas no tempo, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 120.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;

i) Conceder a equiparação a bolseiro no País, nos termos do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de agosto, que disciplina o regime que possibilita aos funcionários e agentes da Administração Pública que requeiram a equiparação a bolseiro para a frequência de curso e estágios;

j) Autorizar deslocações ao estrangeiro, dentro dos condicionalismos legais;

k) Autorizar, em matéria de deslocações em serviço público, as despesas relativas às situações previstas no n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, e no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de julho, conjugado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2006, de 5 de maio, todos na sua redação atual;

l) Autorizar a utilização de avião no continente, ao abrigo do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, na sua redação atual, que estabelece normas relativas ao abono de ajudas de custo e de transporte pelas deslocações em serviço público.

2 — Autorizo, no mesmo âmbito e ao abrigo das competências que me foram delegadas, o conselho diretivo do ICNF, I. P., a subdelegar, no todo ou em parte e dentro dos condicionalismos legais, as competências que por este meu despacho lhe são subdelegadas.

3 — O presente despacho produz efeitos a 30 de março de 2022, ficando expressamente ratificados todos os atos praticados pelo conselho diretivo do ICNF, I. P., através dos seus referidos membros, no âmbito dos poderes ora subdelegados.

3 de novembro de 2022. — O Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas,
João Paulo Marçal Lopes Catarino.

315912518



AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

Direção-Geral de Energia e Geologia

Édito n.º 657/2022

Sumário: Linha mista de MT a 30 kV (ST 30-53-07), EPU/16238, PC4502330278.

Processo EPU n.º 16238

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Santiago do Cacém e na Área Sul-Alentejo desta Direção-Geral, sita em Praceta das Empresas 3, n.º 18; 7005-639 Évora, com o telefone 266750450, *e-mail* energia.alentejo@dgeg.gov.pt, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no *Diário da República*, o projeto apresentado pela E-Redes — Distribuição de Eletricidade, S. A. — Direção Serviço aos Ativos MT e BT — Sul — Área de Ativos Alentejo e Algarve, para estabelecimento de linha mista de MT a 30 kV (ST 30-53-07) p/ Centrais Fotovoltaicas Ermidas Sado Nascente, com 1904,18 metros, com origem no apoio n.º 7 da linha de MT a 30 kV Lousal-Alvalade (ST 30-53-07) e término no PS-STC-611-CB, sendo alvo de licenciamento o troço compreendido entre o P6 e o PS, com 1160,48 metros; Posto de Seccionamento a 30 kV, Freguesia de Ermidas do Sado, concelho Santiago do Cacém, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes na Área Sul-Alentejo desta Direção-Geral ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

08-11-2022. — A Subdiretora-Geral, *Maria José Espírito Santo*.

315916869

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão n.º 698/2022

Sumário: Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 551.º, n.º 4, do Código do Trabalho, na redação dada pela Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto, na parte em que prevê que o contratante é solidariamente responsável pelo cumprimento das disposições legais e por eventuais violações cometidas pelo subcontratante que executa todo ou parte do contrato nas instalações daquele ou sob responsabilidade do mesmo, assim como pelo pagamento das respetivas coimas.

Processo n.º 1114/20

III — Decisão

Nestes termos, decide-se:

a) Não julgar inconstitucional a norma contida no artigo 551.º, n.º 4, do Código do Trabalho, na redação dada pela Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto, na parte em que prevê que o contratante é solidariamente responsável pelo cumprimento das disposições legais e por eventuais violações cometidas pelo subcontratante que executa todo ou parte do contrato nas instalações daquele ou sob responsabilidade do mesmo, assim como pelo pagamento das respetivas coimas; e, em consequência,

b) Conceder provimento ao recurso e determinar a reforma da decisão recorrida em conformidade com o precedente juízo de não inconstitucionalidade.

Sem custas, por não serem legalmente devidas.

O relator atesta o voto de conformidade da Senhora Conselheira *Maria Benedita Urbano*, que participou por meios telemáticos. *Pedro Machete*

Lisboa, 2 de novembro de 2022. — *Pedro Machete* — *José João Abrantes* — *José Teles Pereira* — *João Pedro Caupers*.

Texto integral do Acórdão disponível no sítio eletrónico do Tribunal Constitucional:

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20220698.html>

315917792



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão (extrato) n.º 701/2022

Sumário: Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, na redação introduzida pela Lei n.º 59/98, de 25 de agosto, na interpretação segundo a qual a decisão de provocar a intervenção do tribunal singular ali prevista, uma vez exercida pelo Ministério Público, não pode ser revertida pelo assistente, em requerimento de abertura de instrução.

Processo n.º 1275/21

III — Decisão

3 — Em face do exposto, decide-se:

a) Não julgar inconstitucional a norma contida no artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, na redação introduzida pela Lei n.º 59/98, de 25 de agosto, na interpretação segundo a qual a decisão de provocar a intervenção do tribunal singular ali prevista, uma vez exercida pelo Ministério Público, não pode ser revertida pelo assistente, em requerimento de abertura de instrução; e, consequentemente,

b) Julgar improcedente o presente recurso.

3.1 — Custas pela recorrente, fixando-se a taxa de justiça em 25 unidades de conta, ponderados os critérios estabelecidos no artigo 9.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 303/98, de 7 de outubro (cf. o artigo 6.º, n.º 1, do mesmo diploma).

O relator atesta o voto de conformidade da Conselheira *Benedita Urbano*, que participou por meios telemáticos. — *José Teles Pereira*

Lisboa, 2 de novembro de 2022. — *José Teles Pereira* — *Pedro Machete* — *José João Abrantes* — *João Pedro Caupers*.

Texto integral do Acórdão disponível no sítio eletrónico do Tribunal Constitucional:

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20220701.html>

315917857

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão (extrato) n.º 703/2022

Sumário: Não julga inconstitucional a norma contida nos artigos 113.º, n.ºs 1, alínea c), e 10.º, do Código de Processo Penal, conjugadas com o artigo 196.º, n.º 3, alínea b), 214.º, n.º 1, alínea e), 2.ª parte, e 495.º, n.º 2, do mesmo diploma, na redação introduzida pela Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, interpretados no sentido da admissibilidade da notificação por via postal simples da decisão de revogação da suspensão da pena de prisão ao arguido que tenha prestado termo de identidade e residência em momento anterior à entrada em vigor da Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, sem constar do mesmo a advertência de que só se extingue com a extinção da pena.

Processo n.º 60/22

III — Decisão

3 — Em face do exposto, decide-se:

a) Não julgar inconstitucional a norma contida nos artigos 113.º, n.ºs 1, alínea c), e 10.º, do Código de Processo Penal, conjugadas com o artigo 196.º, n.º 3, alínea b), 214.º, n.º 1, alínea e), 2.ª parte, e 495.º, n.º 2, do mesmo diploma, na redação introduzida pela Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, interpretados no sentido da admissibilidade da notificação por via postal simples da decisão de revogação da suspensão da pena de prisão ao arguido que tenha prestado termo de identidade e residência em momento anterior à entrada em vigor da Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, sem constar do mesmo a advertência de que só se extingue com a extinção da pena; e, consequentemente,

b) Julgar improcedente o presente recurso.

3.1 — Custas pelo recorrente, fixando-se a taxa de justiça em 25 unidades de conta, ponderados os critérios estabelecidos no artigo 9.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 303/98, de 7 de outubro (cf. o artigo 6.º, n.º 1, do mesmo diploma).

O relator atesta o voto de conformidade da Conselheira *Benedita Urbano*, que participou por meios telemáticos. *José Teles Pereira*

Lisboa, 2 de novembro de 2022. — *José Teles Pereira* — *Pedro Machete* — *José João Abrantes* — *João Pedro Caupers*.

Texto integral do Acórdão disponível no sítio eletrónico do Tribunal Constitucional:

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20220703.html>

315917881



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão (extrato) n.º 704/2022

Sumário: Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 218.º, n.º 2, alínea c), do Código Penal, interpretado no sentido segundo o qual pode dar-se como verificada a circunstância qualificativa de «especial vulnerabilidade da vítima, em razão de idade, deficiência ou doença», sem que a mesma resulte demonstrada no processo através de prova pericial.

Processo n.º 148/22

III — Decisão

3 — Em face do exposto, decide-se:

- a) Não julgar inconstitucional a norma contida no artigo 218.º, n.º 2, alínea c), do Código Penal, interpretado no sentido segundo o qual pode dar-se como verificada a circunstância qualificativa de «*especial vulnerabilidade da vítima, em razão de idade, deficiência ou doença*», sem que a mesma resulte demonstrada no processo através de prova pericial; e, consequentemente,
- b) Julgar improcedente o presente recurso.

3.1 — Custas pelo recorrente, fixando-se a taxa de justiça em 25 unidades de conta, ponderados os critérios estabelecidos no artigo 9.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 303/98, de 7 de outubro (cf. o artigo 6.º, n.º 1, do mesmo diploma).

O relator atesta o voto de conformidade da Conselheira *Benedita Urbano*, que participou por meios telemáticos. — *José Teles Pereira*

Lisboa, 2 de novembro de 2022. — *José Teles Pereira* — *Pedro Machete* — *José João Abrantes* — *João Pedro Caupers*

Texto integral do Acórdão disponível no sítio eletrónico do Tribunal Constitucional:

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20220704.html>

315917921



MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Despacho (extrato) n.º 13964/2022

Sumário: Desligamento do serviço por motivo de aposentação/jubilização da procuradora-geral-adjunta Maria Basílio Luís.

Licenciada Maria Manuela Basílio Luís, Procuradora-Geral-Adjunta no Tribunal de Contas, cessa funções por efeito de aposentação/jubilização.

17 de novembro de 2022. — A Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República, *Cristina Vicente*.

315900254



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Saúde e Desporto

Direção Regional da Saúde

Unidade de Saúde da Ilha das Flores

Aviso n.º 86/2022/A

Sumário: Abertura de procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho da profissão de terapeuta da fala.

Procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho da profissão de terapeuta da fala, categoria de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do quadro regional de Ilha das Flores, a afetar à Unidade de Saúde da Ilha das Flores.

Nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 30.º e do artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em conjugação com o disposto no Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto, e no âmbito da autorização concedida pelo Despacho n.º 1165/2022, de 14 de junho, alterado pelo Despacho n.º 1186-A/022, de 17 de junho, do Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, que aprova o Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos para 2022, torna-se público que, por despacho do Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto de 20 de junho de 2022, e por deliberação do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha das Flores de 9 de novembro de 2022, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação de extrato do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, procedimento concursal para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, da profissão de terapeuta da fala, categoria de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do quadro regional de ilha das Flores, a afetar à Unidade de Saúde da Ilha das Flores

1 — Legislação aplicável:

O procedimento concursal aberto pelo presente aviso reger-se-á pelo disposto no Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto e na Portaria n.º 154/2020, de 23 de junho.

2 — Validade do procedimento concursal:

O procedimento concursal é válido para a ocupação do posto de trabalho em referência, caducando com o seu preenchimento.

3 — Âmbito de recrutamento:

Ao abrigo do Despacho n.º 1165/2022, de 14 de junho, alterado pelo Despacho n.º 1186-A/022, de 17 de junho, do Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, foi concedida autorização para o recrutamento no âmbito do disposto no n.º 4 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, pelo que poderão candidatar-se ao presente procedimento:

a) trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado;

b) trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público.

4 — Local de trabalho:

Unidade de Saúde de Ilha das Flores, Rua do Hospital S/n.º 9970-303 Santa Cruz das Flores e toda a área geográfica da Unidade de Saúde da Ilha das Flores.

5 — Caracterização do posto de trabalho:

O posto de trabalho a ocupar caracteriza-se pelo exercício de funções da profissão de terapeuta da fala, elencada no artigo 2.º e nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de agosto, tais como são descritas no Decreto-Lei n.º 261/93, de 24 de julho (Desenvolvimento de atividades no âmbito da prevenção, avaliação e tratamento das perturbações da comunicação humana, englobando não só todas as funções associadas à compreensão e expressão da linguagem oral e escrita, mas também outras formas de comunicação não verbal) em conjugação com o disposto nos artigos 5.º, 6.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto.

6 — Posicionamento remuneratório:

A posição remuneratória de referência é a 1.ª posição da categoria de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, nível 15 da tabela remuneratória única (TRU), que corresponde ao montante de € 1 215,93 (mil, duzentos e quinze euros e noventa e três cêntimos).

7 — Requisitos de admissão:

Podem candidatar-se ao presente procedimento concursal os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas, reúnam, para além de outros que a lei preveja, os seguintes requisitos gerais e especiais cumulativos:

7.1 — Requisitos Gerais:

Os requisitos gerais previstos no n.º 1 do artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais:

- a) Licenciatura na área a que se candidata;
- b) Cédula profissional vigente na respetiva profissão a concurso.

8 — Impedimento de admissão:

Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e ocupem postos de trabalho afetos à Unidade de Saúde da Ilha das Flores idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

9 — Formalização de candidaturas

9.1 — Através do preenchimento do formulário tipo de candidatura disponível em https://bep.azores.gov.pt/Diplomas_Orientacoes/Formulario_Candidatura.pdf, o qual deverá ser dirigido à Presidente do Júri do procedimento concursal e remetido em formato digital (pdf), por correio eletrónico, para o endereço: sres-usiflores@azores.gov.pt, entregue pessoalmente na Secção de Pessoal desta Instituição ou remetido pelo correio, sob registo e aviso de receção, para a Unidade de Saúde da Ilha das Flores, Rua do Hospital S/n.º 9970-303 Santa Cruz das Flores.

9.2 — O formulário de candidatura é obrigatório e deve ser devidamente preenchido, datado e assinado, pelo que o seu não preenchimento determina a exclusão do candidato do procedimento concursal.

9.3 — A validação eletrónica da candidatura é feita pelo recibo de entrega do correio eletrónico, contendo o formulário de candidatura acompanhado do respetivo currículo e restantes documentos solicitados no presente aviso, devendo o candidato guardar o comprovativo.

10 — Documentos:**10.1 — Documentos que devem acompanhar o requerimento modelo tipo de candidaturas:**

- a) Currículo profissional elaborado em modelo europeu, que proceda a uma descrição das atividades desenvolvidas;

b) Fotocópia legível do certificado de habilitações académicas ou de outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito, designadamente no caso de grau académico obtido em país estrangeiro.

c) Fotocópia de documento comprovativo da posse de cédula profissional válida na profissão a que respeita o posto de trabalho concursado;

d) Fotocópia de documentos comprovativos de factos referidos pelos candidatos no respetivo currículo profissional que possam relevar para a apreciação do seu mérito, designadamente, das ações de formação frequentadas e experiência profissional;

e) Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada, da qual conste a modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, carreira e categoria em que se encontra integrado, e a descrição das atividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa, no caso de trabalhadores com vínculo de emprego público.

10.2 — A não apresentação dos documentos a que se referem as alíneas a), b), c), e e) do n.º 10.1 determina a exclusão do procedimento.

10.3 — A não apresentação dos documentos a que se refere a alínea d) determina a sua não consideração para efeitos de avaliação curricular.

10.4 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

11 — Método de seleção:

Será aplicado unicamente o método de seleção de avaliação curricular, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 154/2020, de 23 de junho.

A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, ponderando os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da soma das classificações dos elementos a avaliar de acordo com as alíneas a) a f) do n.º 2 do artigo 7.º, da Portaria n.º 154/2020:

a) A habilitação académica e profissional — entre 10 e 12 valores, correspondendo 10 (dez) a quem tenha o curso superior necessário para obtenção da correspondente cédula profissional e, respetivamente, 11 (onze) e 12 (doze) valores para quem detenha mestrado ou doutoramento em área conexas com a formação de primeiro nível;

b) A classificação final obtida no curso superior necessário exigido para obtenção da respetiva cédula profissional — entre 0 e 3 valores, correspondendo 0 (zero) a quem tenha obtido 10 valores e 3 (três) a quem tenha obtido 20 valores na avaliação final do respetivo curso, aplicando-se nas restantes situações uma regra de proporcionalidade direta, aproximada às centésimas;

c) Tempo de exercício de funções na respetiva profissão — 0,10 valores por cada mês completo de serviço, até ao máximo de 1,5 valores;

d) Experiência profissional com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas — 0,10 valores por cada mês completo de serviço, até ao máximo de 0,5 valores;

e) Atividades de formação frequentadas, desde que de duração igual ou superior a seis horas:

i) 0,04 valores por cada ação até ao máximo de 0,6 valores, quando estejam em causa ações de formação com interesse para a respetiva área de exercício profissional e sujeitas a avaliação;

ii) 0,02 valores por cada ação até ao máximo de 0,3 valores, quando estejam em causa ações de formação com interesse para a respetiva área de exercício profissional, mas sem avaliação;

iii) 0,01 valores por cada ação até ao máximo de 0,2 valores, quando estejam em causa ações de formação de âmbito geral e sujeitas a avaliação;

iv) 0,005 valores por cada ação até ao máximo de 0,1 valores, quando estejam em causa ações de formação de âmbito geral, mas sem avaliação;

v) Outros fatores de valorização profissional, neste caso independentemente da carga horária, nomeadamente participação em jornadas, congressos, seminários e outros eventos da mesma natureza, de carácter profissional, com valorização de 0,02 valores por intervenção, até ao máximo de 0,3 valores;

vi) 0,5 valores a quem detiver pós-graduação em contexto académico, com avaliação, em área conexas com a formação de primeiro nível;

f) Atividades docentes, de formação ou de investigação relacionadas com a respetiva área, bem como outros fatores que constem da ata n.º 1 do respetivo procedimento, designadamente a participação em grupos de trabalho de natureza profissional, até ao máximo de, no total, 1 valor.

12 — Publicitação de listas:

As listas contendo a relação dos candidatos admitidos e excluídos, e os resultados obtidos no método de seleção de Avaliação Curricular serão ordenadas alfabeticamente, e publicitadas mediante afixação em local visível e público das instalações da Unidade de Saúde da Ilha das Flores e disponibilização na BEP-Açores.

Após homologação, a lista unitária de ordenação final será afixada em local visível e público das instalações da Unidade de Saúde das Flores e disponibilizada na BEP-Açores, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República* com informação sobre a sua publicitação.

13 — Forma e comunicação das notificações:

Todas as notificações de candidatos, incluindo as necessárias para efeitos de audiência prévia, serão efetuadas por mensagem de correio eletrónico e publicação na BEP-Açores.

14 — Candidatos com necessidades especiais:

Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de fevereiro, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de março, os candidatos com deficiência têm preferência sempre que se verifique igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos com deficiência devem declarar, no formulário tipo de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

15 — Critérios de ordenação preferencial:

Salvo o disposto no ponto anterior, em situações de igualdade de classificação, aplica-se o disposto no artigo 28.º da portaria n.º 154/2020, de 23 de junho.

16 — Igualdade de oportunidades:

É dado cumprimento à alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, na qual se refere que a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17 — Tratamento de dados pessoais:

Os dados enviados pelos candidatos para efeitos do presente procedimento concursal serão tratados de acordo com o princípio da licitude, no âmbito de uma relação pré-contratual. O tratamento é limitado à finalidade para a qual os dados foram recolhidos, nomeadamente a validação e avaliação dos candidatos. Os dados pessoais enviados serão conservados pelo tempo exclusivamente necessário à conclusão do procedimento concursal, sendo destruída a documentação apresentada pelos candidatos quando a sua restituição não seja solicitada no prazo máximo de um ano após a conclusão do procedimento concursal, exceto quando necessária para o cumprimento de obrigação legal.

18 — Júri:

Presidente — Marília Maria Vieira Silva, profissão de terapeuta da fala, categoria de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista, da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, do quadro regional de ilha de São Miguel, afeta ao Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E. P. E.R.



1.º vogal efetivo — Ana Isabel Goulart Alves, profissão de terapeuta da fala, categoria de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, do quadro regional de ilha do Faial, afeta ao Hospital da Horta, E. P. E.R., que substituirá a senhora presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efetivo — Joana Patrícia da Silva Rodrigues, profissão de terapeuta da fala, categoria de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, do quadro regional de ilha do Pico, afeta à Unidade de Saúde da Ilha do Pico.

1.º vogal suplente — Pedro Rodrigo Palma Morais Teixeira, profissão de terapeuta da fala, categoria de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, do quadro regional de ilha das Flores, afeto à Escola Básica e Secundária das Flores.

2.º vogal suplente — Gui Alexandre Mendonça Ribeiro, profissão de cardiopneumologista, categoria de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, do quadro regional de ilha das Flores, afeto à Unidade de Saúde de Ilha das Flores.

23 de novembro de 2022. — A Presidente do Júri, *Marília Maria Vieira Silva*.

315910971



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Saúde e Desporto

Direção Regional da Saúde

Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge

Aviso n.º 87/2022/A

Sumário: Abertura de procedimento concursal para preenchimento de duas vagas da carreira técnica superior das áreas de diagnóstico e terapêutica — profissão de fisioterapeuta.

Procedimento concursal para ocupação de dois postos de trabalho da profissão de Fisioterapeuta, carreira e categoria de Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Quadro Regional de Ilha de São Jorge, a afetar à Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge.

1 — Nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 30.º e dos artigos 33.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em conjugação com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto, e no artigo 12.º da Portaria n.º 154/2020, de 23 de junho, por deliberação do Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge de 24 de novembro de 2022, considerando o mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados para os serviços e organismos da administração regional para o ano de 2022, constante do mapa anexo ao Despacho n.º 1165/2022, de 14 de junho, alterado pelo Despacho n.º 1186-A/022, de 17 de junho, do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, e mediante despacho do Secretário Regional da Saúde e Desporto, de 20 de junho de 2022, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* e na Bolsa de Emprego Público-Açores (BEP-A), procedimento concursal para preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, profissão de Fisioterapeuta, carreira e categoria de Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica, do Quadro Regional de Ilha de São Jorge, a afetar à Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge.

2 — De acordo com o Despacho SRAS/SRAP/2000/1, de 19 de dezembro, faz-se constar a seguinte menção: em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.

3 — Legislação aplicável: o procedimento concursal aberto pelo presente aviso rege-se pelo disposto na Portaria n.º 154/2020, de 23 de junho, no Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro e pela Lei n.º 34/2021, de 8 de junho, na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, e nas disposições do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

4 — Local de trabalho: Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge, que integra o Centro de Saúde da Calheta, sito em Relvinha, 9850-076 Calheta e o Centro de Saúde de Velas, sito na Rua do Corpo Santo, 9800-541 Velas.

5 — Caracterização do posto de trabalho: o posto de trabalho a ocupar caracteriza-se pelo exercício de conteúdo funcional com grau de complexidade três, correspondente à categoria de Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica enunciado no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto, tendo em conta a profissão de Fisioterapeuta elencada no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de agosto, e conforme atividades constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 261/93, de 24 de julho.

6 — Posicionamento remuneratório: o posicionamento remuneratório dos trabalhadores recrutados terá em conta o preceituado no artigo 38.º da LTFP, após o termo do procedimento concursal, tendo como referência a 1.ª posição remuneratória da categoria de Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica prevista na tabela constante no anexo I do Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 34/2021, de 8 de junho.

7 — Âmbito de recrutamento: nos termos do Despacho n.º 1165/2022, de 14 de junho, alterado pelo Despacho n.º 1186-A/022, de 17 de junho, do Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, a este procedimento concursal podem ser opositores, para além dos trabalhadores detentores de uma relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo constituída com a USISJ, quaisquer outros trabalhadores, com e sem vínculo de emprego público previamente constituído, que reúnam os requisitos gerais e especiais exigidos para a integração na correspondente carreira.

8 — Requisitos de admissão: podem ser admitidos ao presente concurso os candidatos que satisfaçam, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, cumulativamente, os requisitos gerais enunciados no artigo 17.º da LTFP, bem como os requisitos especiais estabelecidos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto.

8.1 — Requisitos gerais:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

8.2 — Requisitos especiais: ter inscrição e possuir título profissional válido emitido pela Ordem dos Fisioterapeutas.

9 — Nível habilitacional exigido e área de formação académica ou profissional: possuir habilitação de grau académico superior — área de fisioterapia.

10 — Impedimento de admissão: não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e ocupem postos de trabalho afetos à Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

11 — Formalização de candidaturas:

11.1 — Deve ser efetuada em impresso próprio, disponível na Secção de Pessoal da Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge (disponível mediante pedido para sras-usisj@azores.gov.pt) ao qual deverão anexar, sob pena de exclusão, os seguintes documentos:

- a) Documentos comprovativos da habilitação académica, ou de outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito, designadamente no caso de grau académico obtido em país estrangeiro, com a respetiva classificação final;
- b) Documento comprovativo de cédula profissional válida na profissão a que respeita o posto de trabalho concursado;
- c) *Curriculum vitae* que, embora elaborado em modelo europeu, proceda à indicação das habilitações literárias, às funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades desenvolvidas relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação das ações de formação finalizadas (cursos, estágios, encontros, simpósios, especializações e seminários, indicando a respetiva duração e datas de realização);
- d) Documentos comprovativos das ações de formação frequentadas, relacionadas com a área funcional do posto de trabalho a que se candidata;
- e) Documentos comprovativos da experiência profissional;
- f) Documentos comprovativos do tempo de exercício de funções correspondentes à do posto a ocupar;



g) Quaisquer outros documentos que os candidatos entendam dever apresentar por considerarem relevantes para apreciação do seu mérito;

h) Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada, da qual conste a identificação do vínculo de emprego público detido, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da posição remuneratória que detém nessa data, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções;

i) Documento comprovativo do preenchimento dos requisitos necessários para o vínculo de emprego público.

11.2 — As falsas declarações ou apresentação de documento falso por parte dos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

11.3 — A não entrega dos documentos comprovativos da experiência profissional, tempo de exercício de funções e da formação profissional realizada tem como consequência a sua não valoração em termos curriculares.

11.4 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

11.5 — Só é admissível a apresentação de candidatura em suporte de papel.

11.6 — A candidatura pode ser entregue pessoalmente, durante as horas normais de funcionamento, na Secção de Pessoal da Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge, sita em Relvinha, s/n, 9850-076 Calheta, ou remetida por carta registada, com aviso de receção, para a mesma morada, endereçada ao Presidente do Júri do presente procedimento, considerando-se entregues dentro do prazo os documentos expedidos por via postal até ao limite do prazo fixado.

12 — Tratamento de dados pessoais: os dados enviados pelos candidatos para efeitos do presente procedimento concursal serão tratados de acordo com o princípio da licitude, no âmbito de uma relação pré-contratual. O tratamento é limitado à finalidade para a qual os dados foram recolhidos, nomeadamente a validação e avaliação dos candidatos. Os dados pessoais enviados serão conservados pelo tempo exclusivamente necessário à conclusão do procedimento concursal, sendo destruída a documentação apresentada pelos candidatos quando a sua restituição não seja solicitada no prazo máximo de um ano após a conclusão do procedimento concursal, exceto quando necessária para o cumprimento de obrigação legal.

13 — Método de seleção:

13.1 — Avaliação Curricular (AC), nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 154/2020, de 23 de junho, sendo os candidatos ponderados de acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 154/2020, de 23 de junho, nomeadamente:

a) Habilitação Académica e Profissional — entre 10 e 12 valores, correspondendo 10 (dez) a quem tenha o curso superior necessário para obtenção da correspondente cédula profissional e, respetivamente, 11 (onze) e 12 (doze) valores para quem detenha mestrado ou doutoramento em área conexas com a formação de primeiro nível;

b) Classificação Final obtida no curso superior necessário exigido para obtenção da respetiva cédula profissional — entre 0 e 3 valores, correspondendo 0 (zero) a quem tenha obtido 10 valores e 3 (três) a quem tenha obtido 20 valores na avaliação final do respetivo curso, aplicando-se nas restantes situações uma regra de proporcionalidade direta, aproximada às centésimas;

c) Tempo de Exercício de Funções na respetiva profissão — 0,10 valores por cada mês completo de serviço, até ao máximo de 1,5 valores;

d) Experiência Profissional com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas — 0,10 valores por cada mês completo de serviço, até ao máximo de 0,5 valores;

e) Atividades de Formação Frequentadas, desde que de duração igual ou superior a seis horas:

i) 0,04 valores por cada ação até ao máximo de 0,6 valores, quando estejam em causa ações de formação com interesse para a respetiva área de exercício profissional e sujeitas a avaliação;

ii) 0,02 valores por cada ação até ao máximo de 0,3 valores, quando estejam em causa ações de formação com interesse para a respetiva área de exercício profissional, mas sem avaliação;

iii) 0,01 valores por cada ação até ao máximo de 0,2 valores, quando estejam em causa ações de formação de âmbito geral e sujeitas a avaliação;

iv) 0,005 valores por cada ação até ao máximo de 0,1 valores, quando estejam em causa ações de formação de âmbito geral, mas sem avaliação;

v) Outros fatores de valorização profissional, neste caso independentemente da carga horária, nomeadamente participação em jornadas, congressos, seminários e outros eventos da mesma natureza, de carácter profissional, com valorização de 0,02 valores por intervenção, até ao máximo de 0,3 valores;

vi) 0,5 valores a quem detiver pós-graduação em contexto académico, com avaliação, em área conexa com a formação de primeiro nível;

f) Atividades docentes, de formação, de investigação, participação em grupos de trabalho de natureza profissional e publicações científicas relacionadas com a respetiva área, até ao máximo de, no total, 1 valor, valorizadas da seguinte forma:

i) 0,2 valores por cada atividade de investigação relacionada com a respetiva área profissional, até ao máximo de 0,4 valores

ii) 0,05 valores por cada atividade de formação e apresentação de comunicações orais ou digitais/poster, até ao máximo de 0,2 valores;

iii) 0,05 valores por cada publicação científica, até ao máximo de 0,1 valores;

iv) 0,1 valores por cada participação em grupos de trabalho de natureza profissional, até ao máximo de 0,3 valores.

13.2 — A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a avaliar, tendo-se por não aprovados, os candidatos que obtiverem classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento, a classificação superior ou igual a 9,5 valores.

14 — Atas: as atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação, a grelha classificativa e o sistema de valorização final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas via correio eletrónico.

15 — Candidatos com necessidades especiais: nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001 de fevereiro, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A de 01 de março, os candidatos com deficiência têm preferência sempre que se verifique igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos com deficiência devem declarar, no formulário tipo de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

16 — Critérios de ordenação preferencial: salvo o disposto no ponto anterior, em situações de igualdade de classificação, aplica-se o disposto no artigo 28.º da Portaria n.º 154/2020 de 23 de junho.

17 — Publicitação de listas: A relação de candidatos admitidos e excluídos e a lista de ordenação final homologada pelo Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge serão afixadas na sede em local visível e público e disponibilizada na BEP-Açores.

18 — Júri: o júri tem a seguinte constituição:

Presidente — Fernando Simão Martins Amorim, Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica — profissão de Fisioterapeuta, do Quadro Regional da Ilha de São Jorge, afeto à Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge;

1.º vogal efetivo — Luciana Libânio da Silva, Técnica Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica — profissão de Fisioterapeuta, do Quadro Regional da Ilha de São Jorge, afeta à Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efetivo — Marta de Oliveira Cabeceiras, Técnica Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica — profissão de Fisioterapeuta, do Quadro Regional da Ilha de São Jorge, afeta à Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge;



1.º vogal suplente — Maria Henriqueta Simas Bettencourt de Melo e Silva, Técnica Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica — profissão de Fisioterapeuta, do Quadro Regional da Ilha do Pico, afeta à Unidade de Saúde da Ilha do Pico;

2.º vogal suplente — Hélio Manuel Machado de Borba, Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica — profissão de Fisioterapeuta, do Quadro Regional da Ilha de São Jorge, afeto à Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge;

24 de novembro de 2022. — O Presidente do Júri, *Fernando Simão Martins Amorim*.

315916163



CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO COVA DA BEIRA, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 22971/2022

Sumário: Concurso para reserva de recrutamento de enfermeiros em regime de contrato individual de trabalho sem termo.

Concurso para Reserva de Recrutamento de Enfermeiros em Regime de Contrato de Trabalho sem Termo

Torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 12 de outubro de 2022, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicitação do presente extracto, o procedimento concursal com vista à constituição de reserva de recrutamento de enfermeiros, para celebração de contratos de trabalho sem termo.

Os requisitos, gerais e especiais, o perfil de competências exigido, a composição do júri, os métodos e critérios de seleção e outras informações de interesse para a apresentação das candidaturas e para o desenvolvimento do procedimento concursal em apreço, constam da publicação integral do aviso de abertura, inserto na página electrónica do Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E. P. E., in www.chcbeira.min-saude.pt.

21 de novembro de 2022. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. João José Casteleiro Alves*.

315914243



CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DE LISBOA NORTE, E. P. E.

Aviso n.º 22972/2022

Sumário: Cessação de funções de trabalhadores do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, E. P. E.

Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se público que, os trabalhadores, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, E. P. E., cessaram:

Por denúncia do contrato de trabalho em Funções Públicas, com efeitos a 06/12/2022

Cláudio Virgílio Antunes David, Assistente Graduado da Especialidade de Cardiologia.

Por falecimento, com efeitos a 05/04/2022

João Carlos dos Santos Malhão, Assistente Operacional.

11 de outubro de 2022. — A Diretora do Serviço de Recursos Humanos, *Dr.ª Ana Cristina Fernandes*.

315769538

**CENTRO HOSPITALAR DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, E. P. E.****Deliberação (extrato) n.º 1318/2022**

Sumário: Divulga a lista de ordenação final do procedimento concursal comum para cinco postos de trabalho na categoria de enfermeiro especialista em enfermagem de reabilitação.

Lista de ordenação final do procedimento concursal na categoria de Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Reabilitação

Devidamente homologada por Deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E., em 17 de novembro de 2022, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para preenchimento de 05 (cinco) postos de trabalho na categoria superior de Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Reabilitação, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 11847/2022, *Diário da República* n.º 112, 2.ª série, de 09 de junho de 2022.

- 1.º Marta Alexandra Nascimento Paulo — 17,10 valores
- 2.º Andreia Catarina Dias Rodrigues — 16,70 valores
- 3.º Maria Isabel Rebelo Lopes de Moura — 16,20 valores
- 4.º Ana Isabel Boal Gonçalves Alves dos Santos — 15,10 valores
- 5.º Sandrina Santos Carvalho — 14,15 valores
- 6.º Sara Raquel Gregório Pedreiro — 13,85 valores
- 7.º Bruno Dinis Morais Valdegas — 13,75 valores
- 8.º Márcia Alexandra de Carvalho Gaspar — 12,75 valores
- 9.º Ana Sofia Barbosa Vilela — 12,25 valores
- 10.º Maria da Graça Medeiros das Eiras — 12,05 valores
- 11.º Susana Maria Garcia Ribeiro dos Santos — 12,00 valores
- 12.º António Manuel Gradíssimo Costa — 11,75 valores
- 13.º Ana Sofia Fernandes Loureiro — 11,05 valores
- 14.º Ana Isabel Alves Soares — 10,75 valores
- 15.º Luís Gonçalo Alves Amorim Mota — 10,35 valores

A lista unitária de ordenação final dos candidatos é notificada aos candidatos por correio eletrónico e encontra-se afixada em local visível e público no Serviço de Recursos Humanos do CHTMAD, E. P. E.

Da homologação da referida lista pode ser interposto recurso administrativo.

22 de novembro de 2022. — O Diretor de Serviço dos Recursos Humanos, *Dr. Miguel Taveira Maravilha*.

315906573

**HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ, E. P. E.****Despacho n.º 13965/2022**

Sumário: Homologação da lista de classificação final dos candidatos ao procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho (referência A) para a categoria de enfermeiro/a gestor/a.

Após homologação por Despacho do Senhor Secretário de Estado da Saúde, datado de 25 de outubro de 2022, nos termos conjugados do n.º 3 do artigo 30.º com o n.º 2 do artigo 15.º ambos da Portaria n.º 153/2020, de 23 de junho, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal para preenchimento de um (1) posto de trabalho (Ref.ª A) para a categoria de Enfermeiro/a Gestor/a, das carreiras especial de enfermagem e de enfermagem aberto pelo Aviso (extrato) n.º 11961/2022, DR., n.º 114, 2.ª série, para exercer funções no Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE

Lista de classificação final

Nome de Candidato	Classificação Final
Rui Miguel Dias Cruz	17,20 Valores
Sónia Catarina Cabete Freitas	15,60 Valores
Joana Catarina Domingues Andrade Oliveira Almeida	14,50 Valores
Tânia Sofia Reis Mendes	13,10 Valores

Candidatos/as excluídos/as

Alexandre David Rosa Frutuoso — excluído por não comparecer à prova pública de discussão curricular.

22 de novembro de 2022. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Ana Raquel Santos*.

315914949

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE LISBOA FRANCISCO GENTIL, E. P. E.**Deliberação n.º 1319/2022**

Sumário: Delegação de competências nos vogais executivos Dr.ª Lucília Maria Salgado, Dr. Pedro Reis, enfermeiro Sérgio Gomes e Dr.ª Sofia Mariz para a prática de atos.

Delegação de Poderes

O Conselho de Administração do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE, nomeado pelo Despacho n.º 8905/2022 proferido pelos Gabinetes da Ministra da Saúde e do Secretário de Estado do Tesouro, publicado no *Diário da República*, n.º 140, de 21 de julho, nos termos dos artigos 44.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo e dos Estatutos dos hospitais, centros hospitalares, institutos portugueses de oncologia e unidades locais de saúde, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, delibera delegar nos vogais executivos Lucília Maria Salgado, Pedro Reis, Sérgio Gomes e Sofia Mariz a competência para a prática dos seguintes atos:

1 — Autorizar a inscrição e participação do pessoal afeto às áreas sob a sua responsabilidade em estágios, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes, desde que dos mesmos não resultem encargos superiores a 2.000 € (dois mil euros), excluindo IVA;

2 — Autorizar as despesas inerentes a procedimentos de aquisição de bens de consumo (medicamentos, material clínico, reagentes, material hoteleiro, material administrativo e material de manutenção, reparação e conservação) até ao valor de 2.000 € (dois mil euros), excluindo IVA;

3 — Autorizar a despesa/ assunção de compromissos até ao valor de 2.000 € (dois mil euros), excluindo IVA.

A presente deliberação de delegação de competências produz efeitos desde 22 de julho de 2022, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados, no âmbito das competências agora delegadas.

27 de julho de 2022. — A Presidente do Conselho de Administração, *Eva Sofia Moço Falcão*.

315913539



INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DO PORTO FRANCISCO GENTIL, E. P. E.

Aviso n.º 22973/2022

Sumário: Procedimento concursal deserto por inexistência de candidatos aberto pelo Aviso n.º 20337/2022, de 25 de outubro.

Torna-se público que o procedimento concursal (comum) para recrutamento de 2 (dois) profissional para a categoria de Assistente Hospitalar de radioncologia da carreira médica — contrato individual de trabalho a termo resolutivo incerto a tempo parcial, aberto pelo Aviso n.º 20337/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206, de 25 de outubro, ficou deserto por inexistência de candidatos.

22 de novembro de 2022. — A Diretora Clínica, *Prof.ª Doutora Ana Espírito Santo*.

315914138



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.

Aviso n.º 22974/2022

Sumário: Procedimento concursal comum conducente ao recrutamento de pessoal de enfermagem para a categoria de enfermeiro gestor, das carreiras de enfermagem e especial de enfermagem.

Faz-se público que, nos termos do Despacho n.º 11398-C/2021, de 18 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 224, proferido por Suas Excelências o Ministro de Estado e das Finanças, o Secretário de Estado da Administração Pública e o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, e nos termos do Despacho n.º 4046/2022, de 7 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, proferido por S. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, retificado pela Declaração de Retificação n.º 341/2022, de 22 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, e por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E., 19 de outubro de 2022, se encontra aberto, procedimento concursal comum conducente ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na categoria de enfermeiro gestor, das carreiras de enfermagem e especial de enfermagem, para Serviço da área Materno infantil do Departamento de Saúde da Criança e da Mulher, do mapa de pessoal da Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E.

1 — Tipo de Concurso — Procedimento concursal comum, aberto a todos os/as enfermeiros/as detentores/as dos requisitos de admissão, gerais e especiais e, vinculados/as a Instituições do Serviço Nacional de Saúde através de uma relação jurídica de emprego sem termo, independentemente da sua tipologia pública ou privada, sendo de ressaltar que, face ao cariz residual do mapa de pessoal da Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E., no caso de o/a profissional selecionado/a ser detentor/a de uma relação jurídica de emprego público com outra Instituição, o contrato a celebrar na nova categoria deverá obedecer às regras da legislação laboral privada, previstas no Código do Trabalho.

2 — Legislação aplicável — O procedimento concursal comum aberto pelo presente aviso rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/2009 e no Decreto-Lei n.º 248/2009, ambos de 22 de setembro, alterados pelo Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, e Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, nos Acordos Coletivos (AC) celebrados entre os Sindicatos representativos do setor e pelas entidades públicas empresariais nele identificadas, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE), n.º 11, de 22 de março de 2018, e pelo disposto na Portaria n.º 153/2020, de 23 de junho.

3 — Caracterização do posto de trabalho — ao posto de trabalho cuja ocupação aqui se pretende corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 10.º-B dos Decretos-Leis n.º 247 e 248/2009, ambos de 22 de setembro.

4 — Posição remuneratória — O estatuto remuneratório do/a profissional a contratar corresponderá à primeira posição remuneratória da categoria de enfermeiro gestor, prevista no anexo I a que se refere o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, exceto se este/a for profissional da Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E., e já auferir remuneração igual ou superior, situação na qual a remuneração se manterá inalterada.

5 — Local de trabalho — Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E.

6 — Horário de trabalho — O período normal de trabalho é 35 (trinta e cinco) horas semanais.

7 — Requisitos de admissão — Podem ser admitidos ao procedimento concursal comum os/as candidatos/as que, até ao termo do prazo da candidatura detenham os seguintes requisitos:

a) Os requisitos gerais para constituição de relação jurídica de emprego na Administração Pública, previstos nos artigos 17.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

b) Titulares da categoria de enfermeiro especialista, detentores de 3 (três) anos de exercício de funções com a especialidade em enfermagem de saúde infantil e pediátrica, preferencialmente habilitados com formação em gestão de serviços de saúde, conforme previsto, no n.º 4 do artigo 11.º

do Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro e no n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, ambos na redação atual;

c) Podem ainda ser opositores ao procedimento concursal os enfermeiros/as que à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, se encontrassem nomeados em regime de comissão de serviço ou detivessem um contrato em comissão de serviço para o exercício de funções de direção ou chefia e, ainda, os enfermeiros nomeados no cargo de enfermeiro diretor, independentemente da categoria detida;

d) Posse de cédula profissional definitiva e válida;

e) Posse de relação jurídica de emprego titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ou por contrato individual de trabalho sem termo, ao abrigo do Código do Trabalho, com Instituição do Serviço Nacional de Saúde.

8 — Não podem ser admitidos enfermeiros/as que cumulativamente, se encontrem integrados/as na carreira, sejam titulares da categoria a concurso e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita no presente procedimento.

9 — Prazo de apresentação de candidaturas — 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso.

10 — Prazo de validade — O procedimento concursal aberto pelo presente aviso é válido para a ocupação do posto de trabalho enunciado, terminando com o seu preenchimento.

11 — Formalização das candidaturas — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, (disponível na página eletrónica da Unidade Local de Saúde da Guarda — www.ulsguarda.min-saude.pt), devidamente assinado, mencionando o aviso de abertura a que se candidatam, dirigido ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E., e ser efetuadas, exclusivamente, em suporte eletrónico para o seguinte endereço enf.ges.mi.2022@ulsguarda.min-saude.pt

12 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do/a candidato/a (nome completo, data de nascimento, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, número de identificação fiscal, endereço postal, endereço eletrónico e contacto telefónico);

b) Pedido para ser admitido/a ao procedimento concursal;

c) Identificação do procedimento concursal a que se candidata, mediante referência ao *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;

d) Identificação dos documentos que acompanham o requerimento, bem como a sua sumária caracterização.

13 — As candidaturas deverão ser acompanhadas dos seguintes elementos, sob pena de exclusão:

a) Requerimento e formulário de candidatura (disponíveis, na página eletrónica da Unidade Local de Saúde da Guarda, em www.ulsguarda.min-saude.pt);

b) Certificado de habilitações académicas (licenciatura, mestrado ou doutoramento), do qual, conste a nota final obtida;

c) Documento comprovativo do curso de especialização em enfermagem, do qual, conste a nota final obtida;

d) Documento comprovativo da situação/vínculo profissional, onde conste obrigatoriamente a carreira/categoria que integra, o respetivo posicionamento remuneratório e o tempo de serviço prestado na categoria detida;

e) Fotocópia de cédula profissional definitiva e válida, com averbamento do título de especialista para o exercício de funções a que se candidata, emitida pela Ordem dos Enfermeiros;

f) Comprovativo da nota quantitativa obtida na avaliação do desempenho do biénio 2019-2020;

g) *Curriculum vitae*, elaborado em modelo europeu, redigido conforme o novo acordo ortográfico, até ao máximo de 10 páginas sem contar os anexos. O conteúdo deve ser organizado conforme

a sequência prevista no ponto 2, do artigo 7.º, da Portaria n.º 153/2020, de 23 de junho, contendo em anexo, documentos comprovativos de todos os aspetos curriculares mencionados;

h) Projeto de gestão e administração do serviço de enfermagem, ao qual se candidata.

14 — Aceitação expressa de que as comunicações ao abrigo do presente procedimento sejam realizadas para o endereço eletrónico a indicar, conforme previsto na alínea a) do ponto 12 deste aviso.

15 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Portaria n.º 153/2020, de 23 de junho, o júri poderá ainda exigir dos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito e, bem assim, a indicação de elementos complementares dos respetivos curricula relacionados com os fatores e critérios de apreciação em função dos quais promoverá a classificação e ordenação daqueles.

16 — A apresentação de documento falso determina a participação à entidade competente para efeitos de procedimento disciplinar e ou penal, conforme disposto no n.º 8 do artigo 22.º da Portaria n.º 153/2020, de 23 de junho.

17 — Métodos de seleção — De acordo com artigo 6.º da Portaria n.º 153/2020, de 23 de junho, os métodos de seleção são constituídos por avaliação curricular e prova pública de discussão curricular, com apreciação e discussão de um projeto de gestão e administração dos serviços de enfermagem. Os parâmetros obrigatórios da avaliação curricular e os valores atribuídos a cada um dos elementos a avaliar encontram-se definidos no artigo 7.º da Portaria n.º 153/2020, de 23 de junho. Os critérios para a prova pública de discussão curricular encontram-se definidos no n.º 5 do artigo 8.º da referida Portaria.

17.1 — A valoração final dos candidatos resulta da aplicação da seguinte fórmula ponderada:

$$CF = (AC \times 0,4) + (PPDC \times 0,6)$$

em que:

CF = Classificação final;

AC = Avaliação curricular;

PPDC = Prova pública de discussão curricular.

17.2 — Apresentação do Projeto de Gestão:

O projeto deverá comportar, no máximo, 10 (dez) páginas, das quais se exclui a contabilização da capa, do sumário, da decodificação de siglas e abreviaturas e dos anexos;

Redação com letra “Trebuchet MS 11”, com texto justificado e, espaçamento de 1,5.

17.3 — Critérios de ordenação preferencial: Em situações de igualdade de valoração aplicar-se-ão os critérios de ordenação preferencial estabelecidos nos números 1 e 2 do artigo 29.º da Portaria n.º 153/2020, de 23 de junho. Subsistindo a situação de igualdade de valoração, após a aplicação dos referidos critérios, aplicar-se-á o previsto no n.º 3 do mesmo artigo, pela seguinte ordem:

a) Maior pontuação na Prova Pública de Discussão Curricular;

b) Dispor de maior tempo de exercício profissional efetivo como enfermeiro/a na Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E.

18 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, serão publicitadas no site da Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E. e afixadas em local visível e público do seu edifício sede.

19 — A lista de candidatos/as admitidos/as e excluídos/as, será afixada em local visível e público do edifício sede da Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E., e disponibilizada na sua página eletrónica (www.ulsguarda.min-saude.pt).

20 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada no edifício sede da Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E., disponibilizada na sua página eletrónica e notificada aos candidatos através de correio eletrónico.

21 — Tratamento de dados pessoais: Os dados enviados pelos candidatos para efeitos do presente procedimento concursal serão tratados de acordo com o princípio da licitude, no âmbito de uma relação pré-contratual. O tratamento é limitado à finalidade para a qual os dados foram recolhidos, nomeadamente a validação e avaliação dos candidatos. Os dados pessoais enviados serão conservados pelo tempo exclusivamente necessário à conclusão do procedimento concursal, sendo destruída a documentação apresentada pelos candidatos quando a sua restituição não seja solicitada no prazo máximo de um ano após a conclusão do procedimento concursal, exceto quando necessária para o cumprimento de obrigação legal.

22 — Composição e identificação do Júri:

Presidente — Áurea da Cruz Flamino Andrade, Enfermeira Diretora do mapa de pessoal do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.;

1.º Vogal efetivo — Maria Eugénia Fernandes Morais Jerónimo, Enfermeira Gestora com funções de Direção do mapa de pessoal do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.;

2.º Vogal efetivo — Jorge Paulo Oliveira Leitão, Enfermeiro Gestor do mapa de pessoal do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.;

1.º Vogal suplente — José Carlos Galvão Batista Nelas, Enfermeiro Gestor do mapa de pessoal do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.;

2.º Vogal suplente — Eduarda Maria Sá Silva Couto, Enfermeira Gestora do mapa de pessoal do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.

A Presidente do Júri será substituída, nas suas faltas e impedimentos legais pelo 1.º vogal Efetivo.

22 de novembro de 2022. — A Diretora do Serviço de Recursos Humanos, *Dr.ª Isabel Lobão*.

315908225



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 22975/2022

Sumário: Processo de reserva de recrutamento de técnico superior, área de psicologia, para exercício de funções na Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E.

Para os devidos efeitos e em cumprimento do estabelecido no n.º 1, do artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, torna-se público que se encontra aberto pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do 1.º dia útil após publicação do presente extrato no *Diário da República*, o Processo de reserva de recrutamento de técnico superior, área de psicologia, com vista à celebração de contrato individual de trabalho, para exercício de funções na Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E.

A indicação dos requisitos formais de provimento, perfil exigido, métodos de seleção e composição do Júri, constará da publicitação do aviso integral na Bolsa de Emprego Público (BEP), que pode ser acedido em www.bep.gov.pt e na página eletrónica da Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E., em www.ulsguarda.min-saude.pt, no 1.º dia útil seguinte à publicação do presente aviso.

24 de novembro de 2022. — A Diretora do Serviço de Recursos Humanos, *Dr.ª Isabel Lobão*.

315916203



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 22976/2022

Sumário: Abertura de procedimento concursal interno de acesso limitado destinado ao preenchimento de um posto de trabalho na carreira técnica superior de saúde, para a categoria de assessor superior de nutrição.

Torna-se pública a abertura de procedimento concursal interno de acesso limitado destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira Técnica Superior de Saúde, para a categoria de Assessor Superior de Nutrição, do mapa de pessoal da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E.

23 de novembro de 2022. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Gestão Documental, *Manuel Alexandre Costa*.

315916844



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, E. P. E.

Aviso n.º 22977/2022

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de enfermeiro especialista em saúde comunitária.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5 do art. 30.º da Portaria n.º 153/2020, de 23 de junho, torna-se público que foi homologada, nos termos do artigo acima referido, por deliberação do Conselho de Administração de 24 de novembro de 2022, a Lista Unitária de Ordenação Final dos/as Candidatos/as, relativa ao procedimento concursal comum conducente ao recrutamento de pessoal de enfermagem para a categoria de enfermeiro especialista — Saúde Comunitária, a que se refere o Aviso (extrato) n.º 12850/2022 (Referência C), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 28 de junho. A lista unitária de ordenação final encontra-se disponível na página eletrónica da ULSM e afixada em local visível e público das instalações do Hospital Pedro Hispano, sito na Rua Dr. Eduardo Torres, S/n, 4464-513 Senhora da Hora.

24 de novembro de 2022. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Gestão Documental, *Manuel Alexandre Costa*.

315916925



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, E. P. E.

Aviso n.º 22978/2022

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de enfermeiro especialista em saúde mental e psiquiátrica.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5 do art. 30.º da Portaria n.º 153/2020, de 23 de junho, torna-se público que foi homologada, nos termos do artigo acima referido, por deliberação do Conselho de Administração de 24 de novembro de 2022, a Lista Unitária de Ordenação Final dos/as Candidatos/as, relativa ao procedimento concursal comum conducente ao recrutamento de pessoal de enfermagem para a categoria de enfermeiro especialista — Saúde Mental e Psiquiátrica, a que se refere o Aviso (extrato) n.º 12850/2022 (Referência B), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 28 de junho. A lista unitária de ordenação final encontra-se disponível na página eletrónica da ULSM e afixada em local visível e público das instalações do Hospital Pedro Hispano, sito na Rua Dr. Eduardo Torres, S/n, 4464-513 Senhora da Hora.

24 de novembro de 2022. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Gestão Documental, *Manuel Alexandre Costa*.

315916917



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, E. P. E.

Aviso n.º 22979/2022

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de assistente de medicina interna.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5 da cláusula 26.ª do acordo coletivo de trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 48, de 29 de dezembro de 2011, celebrado entre o Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E., e outros e a Federação Nacional dos Médicos e outro — Tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho da carreira médica, torna-se público que foi homologada, nos termos do n.º 2 da cláusula acima referida, por deliberação do Conselho de Administração de 24 de novembro de 2022, a Lista Unitária de Ordenação Final dos/as Candidatos/as, relativa ao procedimento concursal comum conducente ao recrutamento de pessoal médico para a categoria de Assistente de Medicina Interna (exercício de atividade no serviço de medicina intensiva) a que se refere o Aviso n.º 17294-A/2022 (Referência D), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 2 de setembro. A lista unitária de ordenação final encontra-se disponível na página eletrónica da ULSM e afixada em local visível e público das instalações do Hospital Pedro Hispano, sito na Rua Dr. Eduardo Torres, S/n, 4464-513 Senhora da Hora.

24 de novembro de 2022. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Gestão Documental, *Manuel Alexandre Costa*.

315916933



MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

Aviso n.º 22980/2022

Sumário: Lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior (área de engenharia agroflorestal).

Publicação da lista unitária de ordenação final

No uso das competências que me foram delegadas pelo Despacho n.º 012/GAP/2021, e nos termos do n.º 5, do artigo 28.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na redação da Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, torna-se público que foi homologada a 21 de novembro de 2022, a lista unitária de ordenação final dos candidatos, relativa ao procedimento concursal comum na modalidade de regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior (área de engenharia agroflorestal), para desempenho de funções no Gabinete Técnico Florestal, do Serviço Municipal de Proteção Civil, aberto pelo Aviso n.º 3594/2022, referência 2, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 21 de fevereiro de 2022.

A lista unitária de ordenação final encontra-se publicada no *site* e no *placard* do Município de Alcácer do Sal, em www.cm-alcacerdosal.pt, e afixada em local visível e publico do Edifício dos Paços do Concelho.

24 de novembro de 2022. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Manuel Vítor Nunes de Jesus*.

315913855



MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

Aviso n.º 22981/2022

Sumário: Lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior (engenharia civil).

Publicação da lista unitária de ordenação final

No uso das competências que me foram delegadas pelo Despacho n.º 012/GAP/2021, e nos termos do n.º 5, do artigo 28.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na redação da Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, torna-se público que foi homologada a 22 de novembro de 2022, a lista unitária de ordenação final dos candidatos, relativa ao procedimento concursal comum na modalidade de regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior (área de engenharia civil), para desempenho de funções no Setor de Empreitadas e Contratação Pública, da Divisão de Obras Municipais e Mobilidade, aberto pelo Aviso n.º 8182/2022, referência 2, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 21 de abril de 2022.

A lista unitária de ordenação final encontra-se publicada no *site* e no *placard* do Município de Alcácer do Sal, em www.cm-alcacerdosal.pt, e afixada em local visível e publico do Edifício dos Paços do Concelho.

24 de novembro de 2022. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Manuel Vítor Nunes de Jesus*.

315916585



MUNICÍPIO DE ALCANENA

Aviso n.º 22982/2022

Sumário: Início de contrato em funções públicas, em várias modalidades, com vários trabalhadores.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de vários procedimentos concursais, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas, nas seguintes modalidades, com os seguintes trabalhadores:

Jéssica Micaela Antunes, técnica superior — área social, com a 2.ª posição remuneratória, nível 16, a que corresponde a remuneração mensal de 1.268,04 €, contratada por tempo indeterminado, com início de funções a 09-11-2022;

Andreia Sofia Proença Nascimento Lopes, assistente operacional — área de ação educativa, manutenção e limpeza de espaços educativos, com a 4.ª posição remuneratória, nível 4, a que corresponde a remuneração mensal de 705,00 €, contratada a termo incerto, com início de funções a 08-11-2022.

Na data de início dos respetivos contratos, os trabalhadores iniciaram também o período experimental, de acordo com o previsto na LGTFP publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação. O júri dos procedimentos concursais referenciados, é igualmente responsável pela avaliação do período experimental.

16 de novembro de 2022. — O Vereador do Pelouro de Recursos Humanos, *Alexandre Hilário Afonso Gameiro Pires*.

315890398

**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE****Aviso n.º 22983/2022**

Sumário: Procedimento de formação de contrato para planeamento para elaboração do Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva.

Procedimento de Formação de Contrato para Planeamento Para Elaboração do Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva**Período de participação pública**

Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Alcochete, torna público, nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 81.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal deliberou, na sua reunião pública de 14 de setembro de 2022, aprovar a proposta e a minuta de Contrato para Planeamento para elaboração Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva (PPBA), e a abertura do período de discussão pública.

Mediante a contratualização urbanística, a Administração municipal pode promover transformações territoriais e potenciar resultados numa ótica de interesse público e no quadro de execução da política de ordenamento de território e urbanismo e das restantes políticas urbanas, obtendo a colaboração de outras entidades na execução de objetivos significativos da sua política de ordenamento do território e de urbanismo ou de política urbana mais geral.

De acordo com os documentos estratégicos bem como os estudos em curso para a revisão do PDM de Alcochete, a Câmara Municipal de Alcochete pretende manter a possibilidade de execução do Núcleo de Desenvolvimento Turístico, sob a forma de conjunto turístico, na zona da Barroca D'Alva. Considerando o interesse manifestado pelos proprietários da área integrada no perímetro já anteriormente definido, de retomarem e implementarem o processo de elaboração do Plano de Pormenor, a Câmara Municipal entende ser oportuno voltar a deliberar a elaboração do Plano, atendendo, também, à sua importância para o desenvolvimento do concelho, para a sua valorização turística e para a retoma da atividade económica.

A elaboração do Plano de Pormenor tem como propósito estruturar e assegurar a gestão sustentável dos recursos existentes e a minimização dos impactos da atividade turística sobre os mesmos. Com a implementação do Plano de Pormenor pretende-se contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do concelho em paralelo com a conservação da natureza na área do projeto e na sua envolvente bem como com a valorização e preservação da paisagem e património cultural identitário da região

A câmara municipal, através de contrato para planeamento, pode propor à assembleia municipal, em acordo com um ou mais interessados, a aprovação, a alteração ou a revisão de um plano de urbanização ou de um plano de pormenor, devendo os procedimentos de formação ter a adequada publicitação e a realização de discussão pública, conforme os n.ºs 2 e 3 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT).

Assim, a Câmara Municipal de Alcochete deliberou estabelecer um período de participação pública de 20 (vinte) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, para a formulação de observações e sugestões de todos os interessados, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito da minuta de Contrato para Planeamento do Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva (PPBA), nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT).

A participação deverá ser formalizada por escrito e de forma fundamentada, dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcochete, entregue diretamente no Gabinete da Presidência, ou enviada para o endereço postal Largo de S. João, n.º 5, 2890-027 Alcochete ou através do endereço de correio eletrónico geral@cm-alcochete.pt.



Os interessados poderão consultar os elementos disponíveis na página da internet da Câmara Municipal de Alcochete (www.cm-alcochete.pt).

Para os devidos e legais efeitos, o presente Aviso e outros de igual teor serão publicados no *Diário da República*, afixados nos locais de estilo e publicitados na comunicação social, na página da internet da Câmara Municipal de Alcochete.

14 de setembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal de Alcochete, *Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto*.

Proposta de Deliberação

A Câmara Municipal de Alcochete, na reunião ordinária realizada no dia catorze de setembro de dois mil e vinte e dois, apresentou, para deliberação, a minuta de Contrato para Planeamento para elaboração do Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva (PPBA) e sua submissão a audiência prévia dos interessados.

Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de Contrato para Planeamento para elaboração do Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva (PPBA) e sua submissão a audiência prévia dos interessados, de acordo com o proposto na informação técnica, por um período de 20 (vinte) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

14 de setembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal de Alcochete, *Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto*.

315911627



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

Aviso (extrato) n.º 22984/2022

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final de um assistente operacional na área de serralheiro.

Homologação da lista unitária de ordenação final de um assistente operacional na área de serralheiro

Para os devidos efeitos e nos termos do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019 de 30 de abril, ainda em vigência, por aplicação do regime transitória previsto no n.º 1, do artigo 43.º da Portaria 233/2022, de 09 de setembro, se torna público que a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal a seguir identificado, se encontra afixada no placard da Divisão de Administração e Gestão de Recursos, no Edifício dos Paços do Concelho, Largo de São João, 2894-001 Alcochete, e disponível para consulta na página eletrónica do Município, na área de recrutamento.

Procedimento concursal comum, para recrutamento de um posto de trabalho, com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 20 de junho de 2022

1 Assistente Operacional na área de Apoio de Serralheiro, cuja lista de ordenação final foi homologada pela Vereadora do Pelouro, Dra. Ana Maduro, por Despacho n.º 72/2022 de 18/11/2022.

Mais se torna público, que nos termos do n.º 4 do citado artigo 28.º, todos os candidatos, do referido procedimento concursal, ficam desde já notificados, relativamente ao ato de homologação da correspondente lista unitária de ordenação final.

22 de novembro de 2022. — A Vereadora do Pelouro, *Ana Maduro*, Dr.ª

315909254



MUNICÍPIO DE ALVITO

Aviso n.º 22985/2022

Sumário: Consolidação da mobilidade interna na carreira e categoria de assistente técnico de Ana Maria Basílio Bento.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na sequência da autorização do Município de Viana do Alentejo, torna-se público que se procedeu à consolidação da mobilidade interna na carreira e categoria de Assistente Técnico, da trabalhadora Ana Maria Basílio Bento com início a 01 de outubro de 2022.

3 de outubro de 2022. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Carvalho Penedo Martins Efigénio*.

315837001



MUNICÍPIO DE ALVITO

Aviso n.º 22986/2022

Sumário: Consolidação da mobilidade interna na categoria de técnico superior da colaboradora Maria Luísa Warden de Almeida Goes Valério.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na sequência do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Alvito datado de 19 de agosto, torna-se público que a Direção-Geral do Ensino Superior procedeu à consolidação da mobilidade interna na carreira e categoria de Técnico Superior, da trabalhadora Maria Luísa Warden de Almeida Goes Valério com início a 29 de agosto de 2022.

3 de outubro de 2022. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Carvalho Penedo Martins Efigénio*.

315837204



MUNICÍPIO DE ALVITO

Aviso n.º 22987/2022

Sumário: Conclusão com sucesso do período experimental da técnica superior — biblioteca Célia Cristina Mestre Valério.

Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que Célia Cristina Mestre Valério concluiu com sucesso o seu período experimental de vínculo na carreira e categoria de Técnico Superior — Biblioteca, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com esta Câmara Municipal, tendo obtido uma avaliação final de 18,44 valores.

31 de outubro de 2022. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Carvalho Penedo Martins Efigénio*.

315837578



MUNICÍPIO DE BOTICAS

Aviso n.º 22988/2022

Sumário: Consolidação da mobilidade interna intercarreiras de técnicos superiores.

Consolidação da mobilidade interna intercarreiras de técnicos superiores

Em cumprimento do disposto na alínea *b*), do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que através da deliberação de 20 de outubro de 2022, foram autorizadas as consolidações definitivas das mobilidades intercarreiras, na categoria/carreira de técnico superior, nos termos previstos no artigo 99.º-A, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos seguintes trabalhadores e com efeitos a 1 de novembro de 2022 aos trabalhadores abaixo indicados:

Luís Miguel Medeiros Eiras, José Aníbal Dias Fernandes e Luísa Catarina Negrões Aleixo, na carreira e categoria de técnicos superiores, ficando posicionados na 2.ª posição, nível 16, da tabela remuneratória única.

22 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara, *Fernando Queiroga*.

315914819



MUNICÍPIO DE BOTICAS

Aviso n.º 22989/2022

Sumário: Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de técnico superior e assistente técnico de diversos trabalhadores.

Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de Técnico Superior e Assistente Técnico de diversos trabalhadores

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da parte preambular da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho que aprovou em anexo a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (abreviadamente designada LTFP) e artigos 45.º e seguintes da LTFP, torna-se público que foram homologadas as avaliações finais dos períodos experimentais dos trabalhadores com contrato em funções públicas por tempo indeterminado, a seguir indicados:

Despachos de 16 de setembro de 2022:

Ana Carina Feijó Ferreira, Técnico Superior — área de Desporto
Ana Filipa Soares Freitas, Técnico Superior — área de Biologia
Isabel Pereira, Técnico Superior — área de Ensino do 2.º e 3.º Ciclo — Física e Química
Joana Patrícia Gomes da Costa, Técnico Superior — área de Engenharia Biológica
Márcia Gonçalves Moreira, Técnico Superior — área de Assistente Social
Vânia Pires Baía — Técnico Superior — área de Assistente Social

Despacho de 27 de setembro de 2022:

Andreia Liliana Nogueira Pinto — Técnico Superior — área de Terapia da Fala
Sílvia da Conceição Rodrigues Silva — Assistente Técnica.

Despachos de 14 de outubro de 2022:

Ana Isabel Eiras Rei, Técnico Superior — área de Engenharia Civil
Francisco Chaves Vidal Martins Delgado, Técnico Superior — área de Direito

Despacho de 23 de novembro de 2022:

Maria de Fátima Santos Borges, Técnico Superior — área de Assistente Social.

De acordo com os respetivos processos de avaliação, elaborados nos termos previstos no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP, os trabalhadores concluíram com sucesso o período experimental.

23 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara, *Fernando Queiroga*.

315914738



MUNICÍPIO DE CORUCHE

Aviso (extrato) n.º 22990/2022

Sumário: Celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com diversos trabalhadores.

Francisco Silvestre de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Coruche, no uso das suas competências, em conformidade com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna público que foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com:

André Serra Bento, em 8 de novembro de 2022, na categoria e carreira de Assistente Operacional, na 4.ª posição remuneratória e nível 4 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração base de 705,00€, com início em 15 de novembro de 2022, na sequência do procedimento concursal, cujo aviso de abertura foi publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 49, de 10 de março de 2022 (posto de trabalho, DOE-25);

Tiago Miguel Ferreira da Silva, em 10 de novembro de 2022, na categoria e carreira de Assistente Operacional, na 4.ª posição remuneratória e nível 4 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração base de 705,00€, com início em 15 de novembro de 2022, na sequência do procedimento concursal, cujo aviso de abertura foi publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 111, de 8 de junho de 2022 (posto de trabalho, B-1);

Susana Isabel Oliveira Barbosa, em 11 de novembro de 2022, na categoria e carreira de Assistente Operacional, na 4.ª posição remuneratória e nível 4 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração base de 705,00€, com início em 15 de novembro de 2022, na sequência do procedimento concursal, cujo aviso de abertura foi publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 49, de 10 de março de 2022 (posto de trabalho, DASCD-13)

15 de novembro de 2022. — O Presidente, *Francisco Silvestre de Oliveira*.

315891823



MUNICÍPIO DE ÉVORA

Aviso n.º 22991/2022

Sumário: Conclusão do período experimental, com sucesso, dos trabalhadores Francisco Manuel Escoval Raposo e Carolina de Jesus Tonaco de Sousa Ribeiro.

Para os devidos efeitos, torna-se público que nos termos do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06, foram concluídos com sucesso os períodos experimentais dos seguintes trabalhadores, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas.

Homologado por meu despacho datado de 08/11/2022:

Francisco Manuel Escoval Raposo, para a Carreira de Assistente Operacional, Categoria de Assistente Operacional, Posto de Trabalho de Serviços Gerais, tendo-lhe sido atribuída a classificação final de 14,57 valores.

Carolina de Jesus Tonaco de Sousa Ribeiro, para a Carreira de Assistente Operacional, Categoria de Assistente Operacional, Posto de Trabalho de Jardineiro, tendo-lhe sido atribuída a classificação final de 13,88 valores.

11 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara, *Carlos Pinto de Sá*.

315899446



MUNICÍPIO DE ÉVORA

Aviso n.º 22992/2022

Sumário: Conclusão do período experimental, sem sucesso, da trabalhadora Rosa Cristina Pedro de Nóbrega.

Para os devidos efeitos, torna-se público que nos termos dos artigos 45.º e 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06, foi concluído sem sucesso o período experimental do seguinte trabalhador, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo determinado, tendo o mesmo sido homologado por meu despacho datado de 08/11/2022:

Rosa Cristina Pedro de Nóbrega, para a Carreira de Assistente Operacional, categoria de Assistente Operacional, Posto de Trabalho de Jardineiro, tendo-lhe sido atribuída uma classificação de 10,94 valores.

A conclusão sem sucesso do período experimental determina a cessação da relação jurídica de emprego público.

11 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara, *Carlos Pinto de Sá*.

315900595



MUNICÍPIO DE FAFE

Declaração de Retificação n.º 1007/2022

Sumário: Retificação do Aviso n.º 21368/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 10 de novembro de 2022.

Por ter saído com inexatidão, retifica-se o aviso publicado no suplemento do D.R. 2.ª série, n.º 217, de 2022-11-10, página n.º 283, relativo ao aviso n.º 21368/2022, onde se lê no sumário: «Renova a nomeação em comissão de serviço a Gilberto Manuel Salgado Baptista Gonçalves no cargo de coordenador municipal de Polícia Municipal,» deve ler-se «Renova a nomeação em comissão de serviço a Gilberto Manuel Salgado Baptista Gonçalves no cargo de coordenador municipal de Proteção Civil».

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

2022-11-10. — O Presidente, *Antero Barbosa*, Dr.

315895566



MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Aviso n.º 22993/2022

Sumário: Concessão de licença sem remuneração à trabalhadora Diana Maria Marques Gomes da Silva.

Para os devidos efeitos, se faz público que foi concedida licença sem remuneração pelo período não superior a um ano, nos termos do artigo 280.º e 281.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, (LTFP) na sua atual redação, à trabalhadora Diana Maria Marques Gomes da Silva, com a categoria de Técnica Superior, com efeitos a 14 de novembro de 2022.

15 de novembro de 2022. — A Vereadora dos Recursos Humanos, *Dr.ª Ana Luísa Machado Gomes*.

315908963



MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Aviso n.º 22994/2022

Sumário: Cessação da relação jurídica de emprego público de alguns trabalhadores por motivo de aposentação e consolidação da mobilidade em outra entidade.

Cessação da relação jurídica de emprego público

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* e *d)* do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público a cessação da relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Município, pelos motivos citados, dos seguintes trabalhadores, a saber:

Por motivo de Aposentação/pensionista:

Rosa Maria Teixeira Dias Cunha Silva, Assistente Operacional, posição remuneratória 4 e nível remuneratório 4, com efeitos a partir de 01/11/2022;

Aníbal Soares, Assistente Operacional, posição remuneratória 5 e nível remuneratório 5, com efeitos a partir de 01/11/2022;

Maria Fernanda Mendes Coelho, Assistente Operacional, posição remuneratória 4 e nível remuneratório 4, com efeitos a partir de 01/11/2022;

Jorge Aires Ribeiro Vasconcelos, Assistente Operacional, posição remuneratória 4 e nível remuneratório 4, com efeitos a partir de 01/11/2022;

Rosa Maria Ferreira Nogueira Pontes Pereira, Assistente Operacional, posição remuneratória 7 e nível remuneratório 7, com efeitos a partir de 01/11/2022;

Adão Hernâni Santos Pinto, Encarregado Operacional, posição remuneratória 6 e nível remuneratório 13, com efeitos a partir de 01/11/2022;

Eduardo Rocha Ferreira, Assistente Operacional, posição remuneratória entre a 6.ª e a 7.ª e nível remuneratório entre 6 e 7, com efeitos a partir de 01/11/2022;

Joaquim Cruz Rodrigues, Assistente Operacional, posição remuneratória 5 e nível remuneratório 5, com efeitos a partir de 01/11/2022.

Por consolidação da mobilidade noutra entidade:

Isabel Maria Gomes Oliveira, Assistente Operacional, Assistente Operacional, posição remuneratória 4 e nível remuneratório 4, com efeitos a partir de 01/11/2022.

15 de novembro de 2022. — A Vereadora dos Recursos Humanos, *Dr.ª Ana Luísa Machado Gomes*.

315910485



MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Aviso n.º 22995/2022

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de assistente operacional.

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de Assistente Operacional

Para os efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 (LTFP), de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se publico que na sequência da aprovação no procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de quarenta e cinco postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (área funcional de Auxiliar de Ação Educativa), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3 de 06/01/2021, sob o n.º 221/2021, e na Bolsa de Emprego Público com o Código de Oferta n.º OE202101/0055, e com recurso à reserva de recrutamento constituída no referido procedimento concursal, e atendendo às desistências, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os candidatos aprovados constantes na lista unitária de ordenação final do procedimento concursal, a saber:

Maria Elisabete Sousa Alves, com efeitos a 14/11/2022;
Ana Cláudia Carvalho Presas, com efeitos a 14/11/2022;

As trabalhadoras supracitadas ficam posicionadas na 4.ª posição remuneratória e 4.º nível remuneratório, a que corresponde a remuneração mensal de 705,00€.

O período experimental inicia-se com a celebração do respetivo contrato, e tem a duração de 90 dias, conforme o disposto no artigo 45.º e na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06.

Durante o período experimental a trabalhadora será acompanhada por um júri, especialmente constituído para o efeito, a saber:

Presidente: Carlota Ferreira Brás César Teixeira, Chefe de Divisão de Recursos Humanos;
Vogais Efetivos: Lúcia Maria da Silva Nora, Chefe de Divisão de Prospetiva Educativa, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos, e José Ferreira Dias, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Ambiental;

Vogais Suplentes: Rita Sandra Barros Ribeiro Lourenço, Chefe de Divisão Jurídica e António Albertino Martins Ferreira Chefe de Divisão de Contabilidade.

15 de novembro de 2022. — A Vereadora dos Recursos Humanos, *Dr.ª Ana Luísa Machado Gomes*.

315908922

**MUNICÍPIO DE GONDOMAR****Aviso n.º 22996/2022**

Sumário: Designação, em regime de substituição, da técnica superior Liliana Carla Neves Martins.

Para os devidos efeitos torna-se público que, nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente, e por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 09 de novembro de 2022, foi designada, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Habitação Pública, a Técnica Superior, Liliana Carla Neves Martins, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2022, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua atual redação, aplicada à Administração Local por força da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, na sua atual redação, anexando-se para o efeito a nota curricular.

16 de novembro de 2022. — A Vereadora dos Recursos Humanos, *Dr.ª Ana Luísa Machado Gomes*.

Nota Curricular

Nome: Liliana Carla Neves Martins
Habilitações Académicas

Licenciatura em Psicologia — Instituto Superior da Maia (ISMAI)
Pós-Graduação em Inteligência Emocional e Saúde Mental: Aplicações práticas na família, na educação, nas organizações e na saúde.

Formação Profissional:

Frequência de ações/cursos de formação profissional, seminários, colóquios, convenções nacionais e internacionais, etc., formação diversificada nas áreas em causa, nomeadamente, formação nos Módulos de Metodologias e Organização da Consulta Psicológica e Métodos e Técnicas de Diagnóstico, no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Consulta Psicológica e Psicoterapia;

Formação Profissional — Curso Avançado de Psicologia de Emergência; Formação em Empreendedorismo Social; Curso de Gestão e Avaliação de Projetos, ministrado pela Fundação para os Estudos e Formação Autárquica; Curso de Formação Avançada em Promoção e Proteção de Crianças e Jovens

No âmbito das funções exercidas ao nível profissional e da formação adquirida ao longo dos anos obteve a Atribuição pela Ordem dos Psicólogos Portugueses dos títulos de: Especialista em Psicologia Clínica e da Saúde; Especialista em Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações; Assim como lhe foram atribuídas pela mesma Ordem a Especialidade Avançada em Psicologia da Justiça, a Especialidade Avançada em Psicologia Comunitária e a Especialidade Avançada em Intervenção Precoce.

Percurso Profissional/Cargos:

De fevereiro de 2005 a novembro de 2014, exerceu as funções de Técnica Superior no Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Gondomar;

De dezembro de 2014 a maio de 2019, exerceu funções na Divisão de Desenvolvimento Social-Departamento Coesão Social, da Câmara Municipal de Gondomar;

Presidente da CPCJ de Gondomar

Psicóloga Clínica

315908841

MUNICÍPIO DE LOURES

Aviso n.º 22997/2022

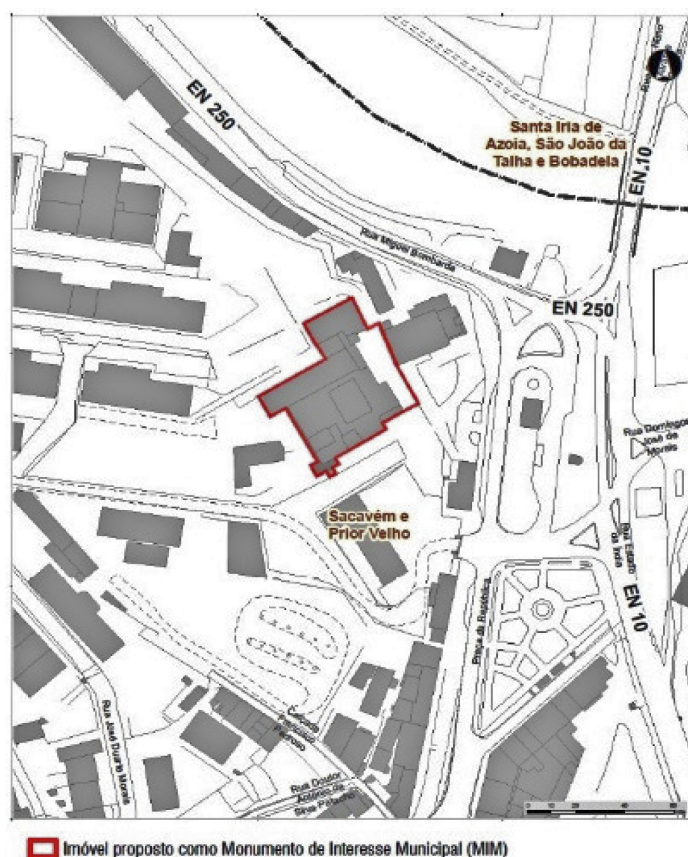
Sumário: Abertura do procedimento de classificação do antigo Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição como monumento de interesse municipal (MIM).

Abertura do Procedimento de Classificação do antigo Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição, em Sacavém, como Monumento de Interesse Municipal (MIM)

Nuno Ricardo da Conceição Dias, Vereador da Câmara Municipal de Loures, no âmbito das competências que lhe foram delegadas por Despacho n.º 551, de 20/10/2021, torna público, nos termos do ponto 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro, na redação atual, que a Câmara Municipal de Loures, reunida em 26/10/2022, deliberou a abertura do procedimento de classificação do antigo Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição, em Sacavém, conforme delimitação na planta anexa, como Monumento de Interesse Municipal (MIM), ao abrigo do ponto 1. do artigo 57.º do referido decreto-lei.

O antigo convento de freiras clarissas foi fundado em finais do século XVI. A sua construção decorreu nas duas últimas décadas do séc. XVI e no primeiro quartel do século XVII. Destaca-se no conjunto, o claustro maneirista, de dois pisos e arcaria assente em colunas toscanas. Destacam-se também a escadaria interior, a portaria e respetivas abobadas, bem como os vestígios de azulejos seiscentistas.

O monumento será considerado “em vias de classificação” a partir da notificação da decisão de abertura do procedimento e fica abrangido pelas disposições legais em vigor, designadamente as constantes dos artigos 40.º a 54.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.



8 de novembro de 2022. — O Vereador, *Nuno Ricardo Conceição Dias*.

315878029



MUNICÍPIO DE LOURES

Aviso n.º 22998/2022

Sumário: Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento para a carreira de assistente técnico.

Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento para a Carreira de Assistente Técnico

Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado

Para os devidos efeitos, torna-se pública a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 02 de novembro de 2022, com Abilene Lopes Morais, Dilma Zuleica Borges da Veiga, Sebastiana Maria Torrão Graça de Oliveira e Susana Cristina Gonçalves Campos de Sousa, a partir de 08 de novembro de 2022, com Célia Albino Jorge e a partir de 15 de novembro de 2022, com Ana Filipa da Silva Pereira, na categoria de Assistente Técnico da carreira geral de Assistente Técnico, na 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 6 da Tabela Remuneratória Única, no seguimento do Aviso n.º 18675/2020, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 224, de 17 de novembro.

15 de novembro de 2022. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Carlos Moreira*.

315889029



MUNICÍPIO DE LOURES

Aviso n.º 22999/2022

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com assistente operacional para o Departamento de Educação.

Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento para assistente operacional do Departamento de Educação

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Para os devidos efeitos, torna-se pública a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 17 de novembro de 2022, com Eunice Amaro Rodrigues, na categoria de Assistente Operacional da carreira geral de Assistente Operacional, na 4.ª posição remuneratória e nível remuneratório 4 da Tabela Remuneratória Única, no seguimento do Aviso n.º 13879/2021, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 21 de julho de 2021.

17 de novembro de 2022. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Carlos Moreira*.

315897453

**MUNICÍPIO DA LOURINHÃ****Aviso (extrato) n.º 23000/2022**

Sumário: Lista de ordenação final de candidatos para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior (economia) — homologação.

Lista de ordenação final de candidatos para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior (economia) — Homologação

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04, na redação atual, torno público que foi homologada por meu despacho da presente data, a lista de ordenação final de candidatos aprovados, bem como todas as deliberações tomadas pelo júri de seleção, no âmbito do procedimento concursal comum para constituição de vínculo por tempo indeterminado, para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior (economia) para a Divisão de Água e Ambiente, publicitado pela Oferta da Bolsa de Emprego Público com o código OE202206/0054, de 02/06/2022.

A lista encontra-se publicitada na plataforma eletrónica de Recrutamento do Município da Lourinhã (www.cm-lourinha.pt) e afixada junto à Secção do Balcão do Município, no rés-do-chão do edifício dos Paços deste Município, sito na Praça José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã.

Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do supra citado artigo 28.º, ficam, pelo presente aviso, notificados todos os candidatos relativamente ao ato de homologação e das deliberações tomadas pelo júri.

23 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara, *João Duarte Anastácio de Carvalho*, eng.º

315911246



MUNICÍPIO DE MATOSINHOS

Aviso (extrato) n.º 23001/2022

Sumário: Abertura de procedimentos concursais para contratação por tempo indeterminado para as carreiras e categorias de técnico superior (área de arquitetura) e assistente operacional.

Dr.ª Luísa Maria Neves Salgueiro, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que:

1 — Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, doravante designada LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação e atendendo à deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária de 16 de novembro de 2022, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação integral do aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimentos concursais comuns para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho para Técnico/a Superior (licenciatura em Arquitetura) para a Divisão de Edifícios Municipais, e 4 postos de trabalho para Assistente Operacional para a Unidade de Parques e Jardins ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 30.º e artigo 33.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com os artigos 7.º e 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

1.1 — Nível habilitacional exigido e área de formação académica ou profissional:

Concurso A: Por referência à Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF) — Portaria 256/2005, de 16 de março — licenciatura prevista na Portaria 256/2005, de 16 de março — 581 — Arquitetura e Concurso B: Escolaridade obrigatória — Grau de Complexidade 1.

1.2 — Requisitos legais especialmente previstos para a titularidade da categoria: apenas poderá ser candidato/a ao procedimento quem seja titular do nível habilitacional. Os/As candidatos/as possuidores/as de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, sob pena de exclusão, deverão apresentar, em simultâneo, documento comprovativo das suas habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável.

1.3 — Os/As candidatos/as devem reunir os requisitos referidos até à data limite de apresentação das respetivas candidaturas.

2 — Caracterização dos postos de trabalho, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado:

Concurso A: Gestão técnica dos edifícios municipais e demais infraestruturas edificadas. Análise e acompanhamento das patologias de construção, acompanhamento técnico das ações de manutenção preventiva e curativa (reativa e preditiva). Acompanhamento de consultorias, projetos e fiscalização externas e das prestações de serviços necessários para criação e manutenção dos planos de manutenção do edificado. Manutenção do cadastro do edificado. Gestão do edificado de acordo com as responsabilidades atribuídas à Divisão.

Concurso B: Funções a desempenhar na Unidade de Parques e Jardins, de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, informa-se que a publicitação integral dos procedimentos será também efetuada em www.bep.gov.pt e página eletrónica da Autarquia de Matosinhos, <https://www.cm-matosinhos.pt/municepe/concursos-ativos-de-pessoal/concursos-externos>.



4 — Prazo e forma de apresentação da candidatura: as candidaturas deverão se apresentadas no prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação do aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), em suporte eletrónico, através do preenchimento de formulário disponível na página eletrónica da Autarquia, <https://www.cm-matosinhos.pt/municipe/concursos-ativos-de-pessoal/concursos-externos>. Não serão aceites candidaturas entregues em suporte de papel.

21 de novembro de 2022. — A Presidente da Câmara, *Dr.ª Luísa Salgueiro*.

315900838

**MUNICÍPIO DE MATOSINHOS****Aviso (extrato) n.º 23002/2022**

Sumário: Abertura de procedimentos concursais para contratação de técnicos/as a termo resolutivo para o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular no ano letivo de 2022-2023.

Dr.ª Luísa Maria Neves Salgueiro, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que foi autorizado por deliberação de Câmara, em sessão ordinária de 16 novembro de 2022, abrir procedimento concursal comum para a constituição de reserva de recrutamento para contratação a termo resolutivo de Técnicos/as para o desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), projetos no âmbito do currículo local e atividades técnico-especializadas a alunos/as enquadrados/as nas medidas seletivas e/ou adicionais de suporte à aprendizagem, para o presente ano letivo/ano escolar (2022/2023), com vista ao preenchimento até ao limite máximo de 160 postos de trabalho. Este preenchimento, quer quanto ao número dos postos de trabalho, quer quanto às áreas colocadas a concurso, será efetuado conforme as necessidades inerentes ao ano letivo e de acordo com o vertido na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, em estabelecimentos de educação e ensino do concelho, em horários a definir pelos Agrupamentos de Escolas e pela Divisão de Inovação Educativa e Pedagógica, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, e o estipulado nos artigos 30.º e 33.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LGTFP), para as seguintes áreas: A) Oficinas de Música; B) Oficinas de Teatro e Cinema e C) Oficina de Xadrez.

Os/as candidatos/as poderão consultar o aviso na íntegra na página da Internet <https://www.cm-matosinhos.pt/municipio/concursos-ativos-de-pessoal/concursos-externos> e terão até ao 3.º dia útil após a data da publicação deste aviso na 2.ª série do *Diário da República* para se candidatarem.

21 de novembro de 2022. — A Presidente da Câmara, *Luísa Salgueiro*, Dr.ª

315901331

MUNICÍPIO DE MELGAÇO

Aviso (extrato) n.º 23003/2022

Sumário: Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional.

Manoel Batista Calçada Pombal, Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, em cumprimento do disposto da subalínea *iii)* da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, torna público a abertura de procedimento concursal comum de recrutamento, para constituição de relação jurídica de emprego, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, do mapa de pessoal 2022 para exercer funções no Serviço de Instalações Elétricas e Mecânicas da Divisão de Obras e Serviços Urbanos.

Caracterização do posto de trabalho:

As tarefas principais a desenvolver no âmbito do posto de trabalho, e que estão descritas no mapa de pessoal e de recrutamento aprovado para o ano 2022 são as a seguir mencionadas:

Funções de natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de: manutenção preventiva e corretiva a equipamentos de AVAC; Diagnóstico de avarias; Instalação e reparação de equipamentos de AVAC; montagem, reparação e manutenção de equipamentos de ar condicionado; Montagem de componentes de mecânica, de ventilação e isolamentos; Eletrificação e refrigeração; Calibração de equipamentos; exercer funções operacionais relacionadas com manutenção dos equipamentos de AVAC, mecânicos e eletromecânicos; assegurar o cumprimento do PM (plano de manutenção) realizando a sua boa execução; manter atualizado o livro de registo de ocorrências; cumprir a Política de Qualidade; melhorar continuamente a eficácia do Sistema da Qualidade.

Nível habilitacional exigido:

Nível habilitacional e Formação Profissional:

a) A Habilitação Obrigatória exigida é a constante na alínea *a)*, do n.º 1, artigo 86.º da LTFP, a que corresponde a escolaridade mínima obrigatória, que em sintonia com:

i) O n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 538/79, de 31/12, será 4 anos de escolaridade, para os nascidos até 31/12/1966;

ii) N.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 535/79, de 31/12, serão 6 anos de escolaridade, para os nascidos a partir de 01/01/1967 até 31/12/1980;

iii) N.º 1 do artigo 63.º, artigo 66.º e n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 46/86 de 14/10, será o 9.º ano de escolaridade, para os candidatos nascidos entre 01/01/1981 e 31/12/2002;

iv) N.º 1 e 4 do artigo 2.º da Lei n.º 85/2009, de 27/08, será o 12.º ano de escolaridade;

b) Os candidatos deverão ainda ser detentores de formação profissional adequada ao exercício da função de Técnico de Frio, nomeadamente curso de técnico de refrigeração e climatização ou formação de gases florados, ou em sua substituição, deverá fazer prova de experiência profissional de pelo menos dois anos nas funções de técnico de frio;

c) Não é permitida a substituição da habilitação exigida por formação ou experiência profissional.

Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar da data de publicação integral do Aviso de Abertura na Bolsa de Emprego Público, em www.bep.gov.pt.

Para mais informações consultar <http://www.cm-melgaco.pt> em VIVER — Serviços Municipais — Divisão de Gestão Municipal — Recursos Humanos.

Quaisquer esclarecimentos relativos ao presente procedimento concursal serão prestados mediante solicitação para o correio eletrónico procedimento.concursal@cm-melgaco.pt

22 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manoel Batista Calçada Pombal*.

315915523



MUNICÍPIO DE MOGADOURO

Aviso n.º 23004/2022

Sumário: Consulta pública — projeto do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Urbanas.

Consulta Pública — Projeto de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Urbanas

António Joaquim Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, torna público, nos termos da alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º, para efeitos do disposto no artigo 56.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, e dos artigos 139.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que o Órgão Executivo Municipal na sua reunião ordinária realizada em 13 de setembro de 2022, deliberou submeter a consulta pública, para recolha de sugestões, durante o prazo de 30 dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, 2.ª série, o Projeto de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Urbanas, o qual se encontra disponível no sítio do Município na Internet em: www.mogadouro.pt. Qualquer interessado poderá apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente projeto, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º, dirigidas ao Presidente da Câmara por via postal para: Largo do Convento de São Francisco, s/n, 5200-244 Mogadouro, ou via correio eletrónico: geral@mogadouro.pt.

23 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal, *António Joaquim Pimentel*.

315911765



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO

Aviso n.º 23005/2022

Sumário: Consolidação da mobilidade interna intercategorias de Manuel João Campino Azinheirinha.

Consolidação definitiva da mobilidade interna intercategorias

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho na sua atual redação, torna-se público que, nos termos do artigo 99.º-A do anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aditado pelo artigo 270.º da LOE 2017, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna intercategorias com efeitos a partir de 01 de novembro de 2022, com o trabalhador Manuel João Campino Azinheirinha da carreira e categoria de assistente operacional para a carreira de assistente operacional e categoria de encarregado operacional, com a remuneração correspondente à 1.ª (primeira) posição remuneratória da categoria de encarregado operacional, nível 8 (oito) da Tabela Remuneratória Única.

21 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara, *Olímpio Manuel Vidigal Galvão*.

315908703



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

Aviso n.º 23006/2022

Sumário: Conclusão do período experimental dos assistentes operacionais contratados no âmbito do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 12975/2020, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 172, de 3 de setembro de 2020.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*), do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi homologada, por meus despachos de 25.11.2021 e 07.11.2022, a proposta de avaliação final do período experimental, apresentada pelo respetivo júri, no âmbito do acionamento da reserva de recrutamento do procedimento concursal comum para ocupação de 7 (sete) postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, publicitado no aviso n.º 12975/2020, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 172, de 3 de setembro, aos seguintes trabalhadores:

Ana Catarina Faria Seça — Avaliação final de 16,88 valores
Ana Cláudia dos Reis Girão — Avaliação final de 17,21 valores
Ana Cristina Matos Moreira — Avaliação final de 16,41 valores
Cristina Isabel Monteiro Góis — Avaliação final de 17,91 valores
Graciete Fonseca Maia — Avaliação final de 15,4 valores
Helena Margarida Garcia Borges — Avaliação final de 17,91 valores
Jacinta Marisa Azenha Sargaço — Avaliação final de 16,08 valores
Lídia Guerra de Jesus — Avaliação final de 17,45 valores
Maria de Lurdes Varela Costa — Avaliação final de 15,8 valores
Maria Isabel Branco Teixeira — Avaliação final de 15,9 valores
Marta Sofia Camarada Dias — Avaliação final de 17,23 valores
Patrícia Ribeiro Pereira — Avaliação final de 16,65 valores
Pedro Miguel Alves Nunes Cavaleiro — Avaliação final de 16,72 valores
Tânia Raquel Ferreira Sousa — Avaliação final de 17,51 valores

Na sequência dos referidos despachos, foi naquelas datas, formalmente assinalada a conclusão com sucesso daquele período experimental através de ato escrito averbado ao respetivo contrato de trabalho, em conformidade com o disposto no n.º 5, do artigo 46.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

9 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal, *Emílio Augusto Ferreira Torrão*.

315906395



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

Aviso n.º 23007/2022

Sumário: Conclusão do período experimental das assistentes técnicas contratadas no âmbito do procedimento concursal aberto pelo Aviso (extrato) n.º 9643/2020, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 26 de junho de 2020.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*), do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi homologada, por meu despacho de 07.11.2022, a proposta de avaliação final do período experimental, apresentada pelo respetivo júri, no âmbito do acionamento da reserva de recrutamento do procedimento concursal comum para ocupação de 2 (dois) postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Técnico, publicitado no Aviso (extrato) n.º 9643/2020, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 123, de 26 de junho, às seguintes trabalhadoras:

Mónica José Leal Santa Rita — Avaliação final de 17,8 valores.

Vanessa da Silva de Oliveira Monteiro — Avaliação final de 16,81 valores.

Na sequência do referido despacho, foi naquela data, formalmente assinalada a conclusão com sucesso daquele período experimental através de ato escrito averbado ao respetivo contrato de trabalho, em conformidade com o disposto no n.º 5, do artigo 46.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

9 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal, *Emílio Augusto Ferreira Torrão*.

315906427



MUNICÍPIO DO MONTIJO

Aviso n.º 23008/2022

Sumário: Lista unitária de ordenação final — assistentes operacionais pedreiros e serralheiros.

Para os devidos efeitos e nos termos do n.º 4 e 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04, na redação atual, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados nos procedimentos concursais comuns para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado — termo resolutivo certo — abertos, respetivamente, pelo Aviso (extrato) n.º 8226/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 21 de abril de 2022 e pelo Aviso (extrato) n.º 8580/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 81, de 27 de abril de 2022:

Assistente Operacional (Pedreiro):

- 1 — António Francisco Dias Marta — 13,60 valores;
- 2 — Francisco Jorge Simões Gomes — 13,20 valores.

Assistente Operacional (Serralheiro):

- 1 — Flávio André Gafenho da Silva — 13,20 valores;
- 2 — Helder Artur Calvário Simões — 12,40 valores;
- 3 — Francisco Jorge Simões Gomes — 12,40 valores;
- 4 — Manuel António Mendes Palma — 10,00 valores.

1 de agosto de 2022. — A Vice-Presidente da Câmara Municipal, *Maria Clara Oliveira Silva*.

315847127

**MUNICÍPIO DO MONTIJO****Aviso (extrato) n.º 23009/2022**

Sumário: Nomeação para membro do Gabinete de Apoio à Vereação.

Para os devidos efeitos e no uso das competências que me são conferidas pela alínea b) do n.º 2 do artigo 42.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na versão atual, e em conformidade com o disposto no artigo 43.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na versão atual, se torna público que por meu despacho datado de 17 de outubro de 2022, determinei a nomeação para membro do gabinete de apoio à vereação, visando o desempenho de funções de secretário, o trabalhador com a categoria de assistente técnico, Joaquim Marques Tomaz, com efeitos a partir de 19 de outubro de 2022. A remuneração a atribuir é a correspondente a 60 % da remuneração base do vereador a tempo inteiro, em regime de exclusividade, da Câmara Municipal correspondente.

Nota do currículo académico e profissional

Joaquim António Marques Tomaz — 9.º ano de escolaridade

Nota do currículo profissional:

1990/02/01 — Técnico Profissional 2.ª classe.

1996/10/18 — Técnico Profissional de 1.ª classe.

2002/04/22 — Técnico Profissional Principal.

2008/03/13 — Técnico Profissional Especialista.

2009/01/01 — Assistente Técnico.

2013/10/21 a 2017/10/20 — Nomeado Secretário do Gabinete de Apoio Pessoal à Vereação, em regime de permanência a tempo inteiro.

2022/10/19 — Nomeação Secretário em regime de comissão de serviço do Gabinete de Apoio Pessoal à Vereação, em regime de permanência a tempo inteiro.

Na área da formação Profissional é de destacar:

Curso de Atendimento Público e Imagem das Autarquias — ATAM — 2013.

Curso sobre o Sistema Operativo MS-DOS — 17 a 28 outubro 1988.

18 de outubro de 2022. — O Presidente da Câmara, *Nuno Ribeiro Canta*.

315806327

MUNICÍPIO DE NISA**Aviso n.º 23010/2022**

Sumário: Designação para o cargo de coordenador municipal de proteção civil.

**Designação para o cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil,
em regime de comissão de serviço**

Para os devidos efeitos, torna-se público que foi designado por Despacho n.º 19/2022, da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Nisa, datado de 08 de novembro de 2022, para o cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a 11/11/2022, o licenciado Miguel Filipe Araújo da Mota Pais, cujo conteúdo se transcreve: Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril, foi alterada a Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal e estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina, na redação agora dada por aquele normativo, as competências do Coordenador Municipal de Proteção Civil;

Considerando que nos termos do artigo 14.º-A, da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril, é determinada a existência de um Coordenador Municipal de Proteção Civil (CMPC), anteriormente designado Comandante Operacional Municipal (COM), cuja atuação se deverá circunscrever exclusivamente à área territorial do Município, cabendo à Presidente da Câmara Municipal a sua designação em comissão de serviço, pelo período de três anos;

Considerando ainda que essa designação ocorre de entre indivíduos, com ou sem relação jurídica de emprego público, que possuam licenciatura e experiência funcional adequadas ao exercício daquelas funções;

Foi ainda designado por deliberação da Câmara Municipal de 02/11/2022, que a remuneração a atribuir seja de 1.424,38 € correspondente à 3.ª posição remuneratória e nível remuneratório 19, da carreira de Técnico Superior.

16 de novembro de 2022. — A Presidente da Câmara Municipal de Nisa, *Dr.ª Maria Idalina Alves Trindade*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Miguel Filipe Araújo da Mota Pais, licenciado em Engenharia de Proteção Civil e Mestrado em Monitorização de Riscos e Impactes Ambientais.

Desempenhou funções de Comandante dos Bombeiros Voluntários de Nisa de junho de 2013 a janeiro de 2016.

Desempenhou funções como Comandante Operacional da Câmara Municipal de Nisa, de 11/11/2013 até 10/11/16.

Foi nomeado Coordenador Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Nisa, de 11/11/2016 a 10/11/2019 e de 11/11/2019 a 10/11/2022.

Possui formação especializada teórica e prática em várias áreas da proteção civil (combate a incêndios florestais, urbanos e industriais, tripulante de ambulâncias de socorro e de transporte, condutor de embarcações de socorro, salvamento e desencarceramento, segurança pessoal no combate aos incêndios florestais, formação na área contra incêndios em estruturas, na área de sistemas de informação geográfica) e é Técnico de Gestão de Ambiente.

315895688



MUNICÍPIO DE ODEMIRA

Aviso n.º 23011/2022

Sumário: Revogação do Plano de Pormenor de Reconversão Urbanística da Zona de Construção Clandestina do Cabecinho-Almograve.

Revogação do plano de pormenor de reconversão urbanística da zona de construção clandestina do Cabecinho-Almograve

Helder António Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal, faz saber que a Assembleia Municipal de Odemira, na sua reunião realizada 15 de setembro de 2022, deliberou, por maioria, em conformidade com o disposto nos termos do n.º 1 do artigo 127.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação atual, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, proceder à Revogação do Plano de pormenor de reconversão urbanística da zona de construção clandestina do Cabecinho-Almograve.

28 de outubro de 2022. — O Presidente da Câmara, *Helder Guerreiro*, eng.º

Deliberação

A Assembleia Municipal de Odemira deliberou, na segunda reunião da sessão ordinária de setembro, realizada no dia sete de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, sob proposta da Câmara Municipal de Odemira aprovada por maioria na reunião ordinária de quinze de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, aprovar por maioria o «Plano de Pormenor de Reconversão Urbanística da Zona de Construção Clandestina do Cabecinho-Almograve: Proposta de Revogação».

28 de outubro de 2022. — A Presidente da Assembleia Municipal, *Dr.ª Ana Aleixo*.

615886575



MUNICÍPIO DE OEIRAS

Aviso n.º 23012/2022

Sumário: Elaboração do Plano de Pormenor Ocidental de Porto Salvo — Fase II — prorrogação do período do processo de elaboração.

Elaboração do Plano de Pormenor Ocidental de Porto Salvo — Fase II

Prorrogação do Período do Processo de Elaboração

Isaltino Morais, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, torna público que a Câmara Municipal de Oeiras, na sua reunião de 26 de outubro de 2022, deliberou aprovar a prorrogação do prazo para conclusão da elaboração do Plano de Pormenor Ocidental de Porto Salvo — Fase II (PPOPS-II), por mais 18 (dezoito) meses, com efeitos a partir do dia 19 de novembro de 2022, de harmonia com o disposto no n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT, nos termos e com os objetivos publicitados pelo Aviso n.º 9525/2021, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 19 de maio.

E, para que conste, mandei publicar este Aviso no *Diário da República* e outros de igual teor, que serão afixados nos locais de estilo e publicitados no Boletim Municipal, na comunicação social, na página da Internet da Câmara Municipal de Oeiras e na Plataforma da DGT (www.dgterritorio.pt).

3 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, *Isaltino Morais*.

Deliberação

Através da Proposta n.º 980/2022, a Câmara Municipal de Oeiras deliberou, por maioria, na reunião de Câmara de 26 de outubro:

Aprovar a prorrogação do prazo para conclusão da elaboração do Plano de Pormenor Ocidental de Porto Salvo — Fase II (PPOPS-II), por mais 18 (dezoito) meses, com efeitos a partir do dia 19 de outubro de 2022, de harmonia com o disposto no n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT, nos termos e com os objetivos publicitados pelo Aviso n.º 9525/2021, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 19 de maio.

3 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, *Isaltino Morais*.

615846496



MUNICÍPIO DE OEIRAS

Aviso n.º 23013/2022

Sumário: Revogação do Plano de Pormenor do Espargal/Oficinas da Câmara Municipal de Oeiras — período de participação pública.

Revogação do Plano de Pormenor do Espargal/Oficinas da Câmara Municipal de Oeiras

Período de Participação Pública

Isaltino Morais, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, torna público, nos termos do n.º 3 do Artigo 127.º e Artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial — RJIGT), que a Câmara Municipal de Oeiras, na sua reunião de 9 de novembro de 2022, deliberou dar início ao procedimento de participação pública de 20 dias úteis para formulação de observações e sugestões por escrito de todos os interessados sobre a Revogação do Pormenor do Espargal/Oficinas da Câmara Municipal de Oeiras.

Durante este prazo os interessados poderão participar por escrito, através do correio eletrónico revog.ppespargal@oeiras.pt, por via postal ou por entrega pessoal (nos balcões de atendimento da CMO, sito no Largo do Marquês de Pombal, Oeiras), dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Largo Marquês de Pombal, 2784-501 Oeiras (sob a referência em epígrafe). Os interessados poderão consultar os elementos disponíveis na página da internet da CMO (www.oeiras.pt), bem como solicitar esclarecimentos na Divisão de Ordenamento do Território, sita no Palácio do Marquês de Pombal no Largo do Marquês de Pombal, em Oeiras, mediante marcação prévia a efetuar pelo contacto 214408570 ou 214408451, todos os dias úteis, entre as 10h00 e as 12h00 e entre as 14h00 e as 16h00 ou pelo correio eletrónico revog.ppespargal@oeiras.pt.

E, para que conste, mandei publicar este Aviso no *Diário da República* e outros de igual teor, que serão afixados nos locais de estilo e publicitados na comunicação social, na página da internet da Câmara Municipal de Oeiras e na Plataforma da DGT (www.dgterritorio.pt).

14 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, *Isaltino Morais*.

Deliberação

Através da Proposta n.º 978/2022, a Câmara Municipal de Oeiras deliberou, por maioria, na reunião de Câmara de 9 de novembro:

Dar início ao procedimento de participação pública de 20 dias úteis para formulação de observações e sugestões por escrito de todos os interessados sobre a Revogação do Pormenor do Espargal/Oficinas da Câmara Municipal de Oeiras, de harmonia com o disposto no n.º 3 do artigo 127.º e artigo 89.º do RJIGT.

14 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, *Isaltino Morais*.

315896724

MUNICÍPIO DE OEIRAS**Aviso n.º 23014/2022**

Sumário: Delimitação da Unidade de Execução do Espargal — período de discussão pública.

Delimitação da Unidade de Execução do Espargal**Período de discussão pública**

Isaltino Morais, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, torna público que a Câmara Municipal de Oeiras, na sua reunião de 9 de novembro de 2022, deliberou aprovar a proposta de delimitação e modelo urbano da Unidade de Execução do Espargal ao abrigo das disposições do n.º 2 do artigo 147.º e do artigo 148.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e do n.º 3 do artigo 71.º do Regulamento do PDM publicado no DRE 2.ª série, n.º 19629, de 13/10/2022.

A CMO deliberou ainda estabelecer um período de discussão pública, de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do quinto dia útil seguinte à data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, para a formulação de observações e sugestões por escrito de todos os interessados, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de Delimitação da Unidade de Execução do Espargal, nos termos do disposto no artigo 148.º, n.º 4 do RJIGT e em conformidade com o n.º 2 do artigo 89.º do mesmo diploma.

Durante este prazo os interessados poderão participar por escrito, através do correio eletrónico ue.espargal@oeiras.pt, por via postal ou por entrega pessoal (nos balcões de atendimento da CMO, sito no Largo do Marquês de Pombal, Oeiras), dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Largo Marquês de Pombal, 2784-501 Oeiras (sob a referência em epígrafe). Os interessados poderão consultar os elementos disponíveis na página da Internet da CMO (www.oeiras.pt), bem como solicitar esclarecimentos na Divisão de Ordenamento do Território, sita no Palácio do Marquês de Pombal no Largo do Marquês de Pombal, em Oeiras, mediante marcação prévia a efetuar pelo contacto 214408570 ou 214408451, todos os dias úteis, entre as 10h00 e as 12h00 e entre as 14h00 e as 16h00 ou pelo correio eletrónico ue.espargal@oeiras.pt.

E, para que conste, mandei publicar este Aviso no *Diário da República* e outros de igual teor, que serão afixados nos locais de estilo e publicitados na comunicação social, na página da Internet da Câmara Municipal de Oeiras.

14 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, *Isaltino Morais*.

Deliberação

Através da Proposta n.º 979/2022, a Câmara Municipal de Oeiras deliberou, na reunião de Câmara de 9 de novembro:

Aprovar a proposta de delimitação e modelo urbano da Unidade de Execução do Espargal, ao abrigo das disposições do n.º 2 do artigo 147.º e do artigo 148.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e do n.º 3 do artigo 71.º do Regulamento do PDM publicado no DRE 2.ª série, n.º 19629, de 13/10/2022.

Estabelecer um prazo de 20 dias úteis para a formulação de observações e sugestões por escrito sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de proposta de delimitação e solução urbanística da Unidade de Execução do Espargal, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 148.º do RJIGT e em conformidade com o n.º 2 do artigo 89.º do mesmo diploma.

14 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, *Isaltino Morais*.

315900384



MUNICÍPIO DE OEIRAS

Aviso n.º 23015/2022

Sumário: Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de Ana Cristina Jorge Azevedo.

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em conformidade com o disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, em cumprimento do despacho proferido pelo Senhor Vereador, Armando Agria Cardoso Soares, em 16 de novembro de 2022, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a trabalhadora infra identificada, com recurso à reserva de recrutamento constituída, na sequência do procedimento concursal aberto pelo aviso/extrato n.º 6429/2022, de 29 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, para a carreira e categoria de Técnico Superior, na área de Higiene e Segurança no Trabalho, integrada na 2.ª posição remuneratória, nível 16 da tabela remuneratória única a que corresponde a remuneração mensal de (euros) 1.268,04€ (mil duzentos e sessenta e oito euros e quatro centimos):

Ana Cristina Jorge Azevedo, com efeitos a 21 de novembro de 2022

O período experimental inicia-se com a celebração do respetivo contrato e tem a duração de 180 dias, aplicável nos termos e condições previstos no artigo 9.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na Cláusula 20.ª dos Acordos Coletivos de Trabalho em vigor no Município.

21 de novembro de 2022. — A Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas, *Maria Margarida Ribes*.

315899324



MUNICÍPIO DE OEIRAS

Aviso n.º 23016/2022

Sumário: Conclusão com sucesso do período experimental de Ana Cristina Henriques Santos Neves.

Conclusão com sucesso do período experimental

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da parte preambular da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho que aprovou em anexo a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (abreviadamente designada por LTFP), e artigos 45.º e seguintes da LTFP, torna-se público que, por meu despacho, datado de 30 de junho de 2021, no uso de competências subdelegadas, por Despacho Interno n.º 04/DMAGP/2020, de 31 de julho, foi homologada a avaliação final do período experimental da trabalhadora, Ana Cristina Henriques Santos Neves, com a carreira e categoria de Assistente Técnica, na área funcional Administrativa, colocada na 1.ª posição remuneratória, nível 6 da tabela remuneratória única, correspondente a € 757,01 (setecentos e cinquenta e sete euros e um cêntimo).

De acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP, a trabalhadora concluiu com sucesso o período experimental.

23 de novembro de 2022. — A Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas, *Maria Margarida Ribes*.

315910922



MUNICÍPIO DE OEIRAS

Aviso n.º 23017/2022

Sumário: Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de Letícia Oliveira Alvim Santos.

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em conformidade com o disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, em cumprimento do despacho proferido pelo Senhor Vereador, Armando Agria Cardoso Soares, em 22 de novembro de 2022, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a trabalhadora infra identificada, com recurso à reserva de recrutamento constituída, na sequência do procedimento concursal aberto pelo Aviso (extrato) n.º 11459/2021, de 21 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, para a carreira e categoria de Assistente Operacional, na área de Ação Educativa, integrada na 4.ª posição remuneratória, nível 4 da tabela remuneratória única a que corresponde a remuneração mensal de (euros) 705,00€ (setecentos e cinco euros):

Letícia Oliveira Alvim Santos, com efeitos a 23 de novembro de 2022

O período experimental inicia-se com a celebração do respetivo contrato e tem a duração de 60 dias, aplicável nos termos e condições previstos no artigo 9.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na Cláusula 20.ª dos Acordos Coletivos de Trabalho em vigor no Município.

23 de novembro de 2022. — A Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas, *Maria Margarida Ribes*.

315910939



MUNICÍPIO DE OEIRAS

Aviso n.º 23018/2022

Sumário: Conclusão com sucesso do período experimental de Sandro Miguel Rodrigues Garrido.

Conclusão com sucesso de período experimental

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da parte preambular da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho que aprovou em anexo a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (abreviadamente designada por LTFP), e artigos 45.º e seguintes da LTFP, torna-se público que, por meu despacho, datado de 02 de novembro de 2022, no uso de competências subdelegadas, por Despacho Interno n.º 02/DMAGP/2021, de 18 de novembro, foi homologada a avaliação final do período experimental do trabalhador, Sandro Miguel Rodrigues Garrido, com a carreira e categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Jardinagem, colocado na 4.ª posição remuneratória, nível 4 da tabela remuneratória única, correspondente a € 705,00 (setecentos e cinco euros).

De acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP, o trabalhador concluiu com sucesso o período experimental.

23 de novembro de 2022. — A Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas, *Maria Margarida Ribes*.

315910955



MUNICÍPIO DE OEIRAS

Aviso n.º 23019/2022

Sumário: Conclusão com sucesso de períodos experimentais de Crislane do Carmo Brandão e Eugénia Francisca Mascarenhas Alves Mimoso Encarnação.

Conclusão com sucesso de períodos experimentais

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da parte preambular da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho que aprovou em anexo a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (abreviadamente designada por LTFP), e artigos 45.º e seguintes da LTFP, torna-se público que, por meus despachos, datados de 21 de novembro de 2022, no uso de competências subdelegadas, por Despacho Interno n.º 02/DMAGP/2021, de 18 de novembro, foram homologadas as avaliações finais dos períodos experimentais das trabalhadoras, Crislane do Carmo Brandão e Eugénia Francisca Mascarenhas Alves Mimoso Encarnação, com a carreira e categoria de Assistentes Técnicas, na área funcional Administrativa, colocadas na 1.ª posição remuneratória, nível 6 da tabela remuneratória única, correspondente a € 757,01 (setecentos e cinquenta e sete euros e um cêntimo).

De acordo com os respetivos processos de avaliação, elaborados nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP, as trabalhadoras concluíram com sucesso os períodos experimentais.

23 de novembro de 2022. — A Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas, *Maria Margarida Ribes*.

315910963



MUNICÍPIO DE PALMELA

Aviso n.º 23020/2022

Sumário: Lista unitária de ordenação final de candidatas/os do procedimento concursal de assistente operacional (canalizador/a).

Lista unitária de ordenação final de candidatas/os

Para os devidos efeitos se faz público que, no âmbito do procedimento concursal comum para recrutamento de um posto de trabalho de Assistente Operacional (área funcional Canalizador/a) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (Proc.º 506/2022), aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 74, de 14 de abril de 2022 e publicitado na BEP sob o código de oferta OE202204/0459, se encontra afixada na Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Palmela, sita na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 39-A, 1.º andar, 2950-204 Palmela, a lista unitária de ordenação final das/os candidatas/os, podendo ser consultada todos os dias úteis, em horário de atendimento (das 9:00h às 16:30h). A referida lista poderá também ser consultada na página eletrónica da Câmara Municipal de Palmela — www.cm-palmela.pt.

4 de novembro de 2022. — A Chefe da Divisão de Recursos Humanos, *Joana Isabel de Castro Vicente Ferreira Monteiro*.

315852627



MUNICÍPIO DE PALMELA

Aviso n.º 23021/2022

Sumário: Divulgação da lista unitária de ordenação final de candidatas/os do procedimento concursal de assistente operacional (cabouqueira/o).

Lista unitária de ordenação final de candidatas/os

Para os devidos efeitos se faz público que, no âmbito do procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, para preenchimento de dois postos de trabalho de Assistente Operacional (área funcional Cabouqueiro/a) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (Proc.º 510/2022), aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 70, de 8 de abril de 2022 e publicitado na BEP sob o código de oferta OE202204/0231, se encontra afixada na Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Palmela, sita na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 39-A, 1.º andar, 2950-204 Palmela, a lista unitária de ordenação final das/os candidatas/os, podendo ser consultada todos os dias úteis, em horário de atendimento (das 9:00h às 16:30h). A referida lista poderá também ser consultada na página eletrónica da Câmara Municipal de Palmela — www.cm-palmela.pt.

4 de novembro de 2022. — A Chefe da Divisão de Recursos Humanos, *Joana Isabel de Castro Vicente Ferreira Monteiro*.

315852424



MUNICÍPIO DE PALMELA

Aviso n.º 23022/2022

Sumário: Consolidação definitiva de mobilidade na categoria de Paula Cristina Amaro de Oliveira.

Consolidação definitiva de mobilidade na categoria

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da parte preambular da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, nos termos dos n.ºs 3 a 5 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, acima referida, na sua atual redação, e após acordo prévio entre as partes interessadas, foi consolidada definitivamente a mobilidade na categoria da trabalhadora a seguir indicada, ficando vinculada com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Palmela:

Paula Cristina Amaro de Oliveira — despacho do Vereador Luís Miguel Calha de 13 de outubro de 2022, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2022. A trabalhadora mantém o posicionamento remuneratório anteriormente detido (posição remuneratória 2 e nível remuneratório 7 da carreira e categoria de Assistente Técnica).

7 de novembro de 2022. — A Chefe da Divisão de Recursos Humanos, *Joana Isabel Monteiro*.

315857244



MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

Aviso n.º 23023/2022

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com técnico superior.

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos e para os efeitos previstos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência do procedimento concursal comum, para recrutamento de 1 Técnico Superior (Enfermagem Veterinária), publicado no *Diário da República* n.º 110, 2.ª série de 07 de junho de 2022, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com a Técnica Superior, Valéria João Santos Pessegueiro, com efeitos a 11 de novembro de 2022, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 16, da tabela remuneratória única, com o valor de 1 268,04 euros.

11 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara, *José Jorge Couto Vala*.

315905877



MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

Aviso n.º 23024/2022

Sumário: Abertura de procedimento concursal para recrutamento de dois assistentes operacionais (condutor de pesados e condutor de máquinas pesadas e veículos especiais).

Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado, tendo em vista o preenchimento de dois postos de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional (Condutor de Pesados e Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais).

Nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 2 e 4 do artigo 33.º Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, adiante designada por LTFP, conjugado com o artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022 de 09 de setembro, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de Porto de Mós, na sua reunião do dia 03 de outubro, foi autorizado a abertura dos seguintes procedimentos concursais:

1 — Identificação do procedimento:

1.1 — Procedimento Concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo determinado a termo resolutivo certo, de 1 posto de trabalho:

- a) Carreira/categoria: Assistente Operacional na área funcional de Condutor de Pesados;
- b) Área de atividade: Condução de viaturas pesadas para a Divisão de obras Públicas, Serviços Municipais e Ambiente;
- c) Número de trabalhadores a recrutar: 1;
- d) Caracterização do posto de trabalho a ocupar — Exercer funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos. Tem a seu cargo a condução de veículos automóveis ligeiros e pesados, competindo-lhe proceder à abertura e fecho das caixas de carga, dirigir as operações de carga e descarga, proceder ao acondicionamento, incluindo amarração das mercadorias, zelar pelo cumprimento dos tempos de carga e descarga das mercadorias, adotar os trajetos que lhe forem ordenados e aqueles que se revelem mais benéficos para a organização, pugnar pela boa conservação do veículo, realizar diariamente a verificação dos principais indicadores do estado aparente de funcionamento das viaturas tripuladas, reportando, de imediato, toda e qualquer anomalia detetada, verificar a existência e conformidade de toda a documentação relativa ao veículo e à carga transportada, pugnar pela manutenção em segurança, do veículo, carga e demais instrumentos de trabalho, cabendo-lhe, ainda, a tarefa de mudar pneus e realizar outras pequenas operações de reparação ou diagnóstico quando em trânsito.

e) Local de trabalho: área do concelho de Porto de Mós;

f) Habilitações académicas exigidas: Escolaridade obrigatória (de acordo com a idade), carta de condução da categoria C e certificado de aptidão para motorista (CAM); Os candidatos deverão ser detentores da Escolaridade obrigatória (por referência à data de nascimento), insuscetível de substituição por adequada formação ou experiência profissional;

1.2 — Procedimento Concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo determinado a termo resolutivo certo, de 1 posto de trabalho:

- a) Carreira/categoria: Assistente Operacional na área funcional de Condutor de máquinas pesadas e veículos especiais;
- b) Área de atividade: Condução de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais para a Divisão de obras Públicas, Serviços Municipais e Ambiente;
- c) Número de trabalhadores a recrutar: 1;

d) Caracterização do posto de trabalho a ocupar — Exercer funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos. Conduz máquinas pesadas de movimentação de terras, gruas ou veículos destinados à limpeza urbana ou recolha de lixo, manobra sistemas hidráulicos ou mecanismos complementares das viaturas, zela pela conservação e limpeza das viaturas, verifica diariamente os níveis de óleo e água e comunica as ocorrências normais detetadas nas viaturas, pode conduzir outras viaturas ligeiras ou pesadas, é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.

e) Local de trabalho: área do concelho de Porto de Mós;

f) Habilitações académicas exigidas: Escolaridade obrigatória (de acordo com a idade), carta de condução de categoria C e certificado de aptidão para motorista (CAM; Os candidatos deverão ser detentores da Escolaridade obrigatória (por referência à data de nascimento), insuscetível de substituição por adequada formação ou experiência profissional;

2 — Constituição das relações jurídicas de emprego público:

a) Modalidade: Contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado a termo resolutivo certo, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 3 e na primeira parte do n.º 4, ambos do artigo 6.º em anexo à LTFP;

Formalização de candidaturas:

O prazo para a formalização de candidaturas é de 10 dias úteis, contados da data da publicação do presente aviso.

A publicitação integral do procedimento, a ocorrer no dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso, será efetuada na Bolsa de Emprego Público (BEP), bem como no sítio da Internet do Município de Porto de Mós, em <https://www.municipio-portodemos.pt>.

14 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Jorge Couto Vala*.

315897259



MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

Aviso n.º 23025/2022

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal para recrutamento de um assistente operacional (instalações desportivas).

Homologação da Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos aprovados

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na redação dada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, torna-se público que, por meu despacho datado de 21 de novembro de 2022, foi homologada, a Lista de Ordenação Final dos candidatos aprovados relativa ao procedimento concursal comum de recrutamento para a contratação de 1 Assistente Operacional (instalações desportivas), aberto pelo aviso n.º 110, 2.ª série de 07 de junho de 2022, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, se encontra afixada nas instalações do Município e publicada na página eletrónica do Município.

22 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara, *José Jorge Couto Vala*.

315903202



MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE

Aviso (extrato) n.º 23026/2022

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final para um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, qualidade.

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do signatário de 24 de novembro de 2022, foram afixadas em local visível nos Serviços de Recursos Humanos deste Município e publicada na sua página eletrónica (<https://www.cm-ribeiragrande.pt/municipio/camara-municipal/recursos-humanos/procedimentosconcurrais>), a lista unitária de ordenação final, homologada, dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para contratação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, 1 (um) posto de trabalho, carreira de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior, Qualidade, para a Divisão de Proteção Civil, Segurança e Saúde, aberto através do Aviso (extrato) n.º 12166/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, Parte H, de 17 de junho de 2022.

24 de novembro de 2022. — O Presidente, *Alexandre Branco Gaudêncio*.

315917265



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM

Aviso (extrato) n.º 23027/2022

Sumário: Cessação da relação jurídica de emprego público por motivo de denúncia de contrato —
Ruben Filipe Sousa da Costa.

Cessação da relação jurídica de emprego público, por motivo de denúncia de contrato

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público, por motivo de denúncia de contrato:

Ruben Filipe Sousa da Costa, Assistente Operacional, Posição remuneratória 4, Nível 4, em 17/11/2022.

(No uso de competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno com o registo n.º 27505, de 2021-10-21)

17 de novembro de 2022. — A Chefe de Divisão, *Anabela Duarte Cardoso*.

315895339



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM

Aviso (extrato) n.º 23028/2022

Sumário: Cessação da relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação de vários trabalhadores.

Cessação da relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação de vários trabalhadores

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação:

José André Pereira Gamito, Assistente Operacional — Posição 6 Nível 6, em 01-11-2022;
Lucinda da Conceição Costa Formiga Germano, Assistente Operacional — Posição 4, Nível 4, em 01-11-2022;
Maria Eugénia Rocha Alexandrino Silva, Assistente Técnico — Posição 6 Nível 11, em 01-11-2022.

(No uso de competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno com o registo n.º 27505, de 2021-10-21)

17 de novembro de 2022. — A Chefe de Divisão, *Anabela Duarte Cardoso*.

315895371



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM

Aviso (extrato) n.º 23029/2022

Sumário: Cessação da relação jurídica de emprego público por motivo de exoneração — Hélder António Pereira Nunes.

Cessação da relação jurídica de emprego público, por motivo de exoneração

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público, por motivo de exoneração:

Hélder António Pereira Nunes, Encarregado Operacional, Posição remuneratória 2, Nível 9, em 14/11/2022.

(No uso de competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno com o registo n.º 27505, de 2021-10-21).

17 de novembro de 2022. — A Chefe de Divisão, *Anabela Duarte Cardoso*.

315895403



MUNICÍPIO DE SETÚBAL

Aviso n.º 23030/2022

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com assistente operacional (limpeza de espaços públicos).

**Celebração de Contratos de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado
na Carreira e Categoria de Assistente Operacional**

Na qualidade de Vice-Presidente da Câmara com competências delegadas e subdelegadas nos domínios dos Recursos Humanos, conferidas pelo Senhor Presidente da Câmara através do Despacho n.º 27/2022/GAP de 15 de fevereiro, e na sequência do procedimento concursal comum para ocupação de trinta e quatro postos de trabalho, na carreira geral e categoria de assistente operacional (Limpeza de Espaços Públicos), aberto pelo aviso (extrato) n.º 16218/2020, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 200, em 14/10/2020 e na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE202010/0460, em 14/10/2020, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torna-se público que, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 6.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a trabalhadora abaixo mencionada, na categoria/carreira de Assistente Operacional, área funcional de Limpeza de Espaços Públicos, posicionado na 4.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 4.º da Tabela Remuneratória Única (TRU), aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, atualizada nos termos do Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 07 de dezembro:

Maria Filomena Semedo da Silva, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2022.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato de trabalho e tem a duração de 90 dias, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

A Vice-Presidente da Câmara, no uso de competência delegada e subdelegada pelo Despacho n.º 27/2022/GAP de 15 de fevereiro.

17 de novembro de 2022. — A Vice-Presidente da Câmara, *Carla Guerreiro*.

315915078

MUNICÍPIO DE SILVES**Aviso n.º 23031/2022**

Sumário: Elaboração do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia.

Elaboração do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia

Torna-se público, nos termos dos artigos 76.º, n.º 1, e 191.º, n.º 4, alínea c), do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e do artigo 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal de Silves, em reunião de 21 de novembro de 2022, deliberou proceder à reabertura do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia, tendo aprovado os Termos de Referência que fundamentam a sua oportunidade, fixam os respetivos objetivos e estabelecem o prazo de 2 (dois) anos para a sua elaboração. Mais deliberou a Câmara Municipal de Silves celebrar um contrato para planeamento para a elaboração do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia e aprovar a minuta de contrato.

Torna-se ainda público, nos termos do artigo 88.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que terá início no 5.º dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, um período de 15 dias úteis para participação dos interessados, podendo ser formuladas sugestões e apresentadas informações. Durante este período, os interessados poderão consultar os termos de referência, a minuta da proposta de contrato e a qualificação da elaboração do Plano para efeitos de Avaliação Ambiental Estratégica, na página da Câmara Municipal de Silves (www.cm-silves.pt) e nos locais a seguir identificados:

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, Ordenamento do Território, Edifício dos Paços de Concelho, Silves; e

Junta de Freguesia de Silves, Rua João de Deus, n.º 21, Silves.

A formulação de sugestões, bem como a apresentação de informações, deverão ser feitas por escrito, dirigidas ao Vereador Permanente da Câmara Municipal de Silves com o pelouro do Ordenamento do Território e Urbanismo, utilizando para o efeito o impresso próprio que pode ser obtido nos locais acima referidos ou no *site* institucional da Câmara Municipal de Silves (www.cm-silves.pt).

21 de novembro de 2022. — O Vereador Permanente da Câmara Municipal de Silves, *Maxime Sousa Bispo*.

Deliberação

Deliberar, por unanimidade, a caducidade do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia, resolver o contrato celebrado anteriormente, determinar o arquivamento do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia, por caducidade, aprovar o teor do aviso a publicar em *Diário da República*.

Mais se delibera, determinar o reinício de procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia, aprovando os Termos de Referência e promovendo a sua publicitação, através de um período de consulta pública de 15 dias, contratualizar a elaboração do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia, aprovando a minuta de contrato para planeamento e delegando na Ex.^{ma} Senhora Presidente poderes para a sua outorga e sujeitando o mesmo a um período de consulta pública por um prazo de 15 dias. Bem como, aprovação da minuta do aviso de publicitação da deliberação camarária que determina a elaboração do Plano e a contratualização da sua elaboração, a minuta de contrato para planeamento e o início de um período de consulta pública prévia para a formulação de sugestões e apresentação de informações e qualificar a elaboração do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia como sujeita a Avaliação Ambiental Estratégica.

Mais se delibera, dar conhecimento do teor da presente da deliberação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, nos termos e condições da informação.

21 de novembro de 2022. — O Vereador Permanente da Câmara Municipal de Silves, *Maxime Sousa Bispo*.

615905869



MUNICÍPIO DE SILVES

Aviso n.º 23032/2022

Sumário: Arquivamento do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia.

Arquivamento do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia

Torna-se público, nos termos do artigo 95.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e do artigo 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal de Silves, em reunião de 21 de novembro de 2022, deliberou declarar extinto o procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da Feitoria Fenícia, iniciado por deliberação camarária de 11 de março de 2019 e publicitado através do Aviso n.º 15606/2019, de 28 de março, procedendo à revogação dessa deliberação e determinando o arquivamento do procedimento.

21 de novembro de 2022. — O Vereador Permanente da Câmara Municipal de Silves, *Maxime Sousa Bispo*.

615906557

**MUNICÍPIO DE SINTRA****Anúncio n.º 268/2022**

Sumário: Alteração ao alvará de licença de loteamento n.º 2/1994.

Alteração ao Alvará de Licença de Loteamento n.º 2/1994

Lina Catarino, Diretora do Departamento de Gestão do Território da Câmara Municipal de Sintra, por subdelegação de competências (Despacho n.º 1-DM-PGT/2021, de 14 de dezembro) torna público que se encontra a tramitar nesta Câmara Municipal (Departamento de Gestão do Território) uma alteração da licença da operação de loteamento com registo processo DUR: P2143/2018, ao Alvará de Loteamento n.º 2/1994, sito na Av. da Dinamarca, R. Santiago do Cacém e R. da Régua, em Casal de Cambra, na Freguesia de Casal de Cambra, Sintra, em nome de César Alexandre Ervedosa da Silva, nos termos do disposto no artigo 27.º conjugado com o 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações vigentes, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 112.º do CPA e artigo 13.º e n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Sintra (Aviso n.º 1267/2017 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2017), pelo que se procede à abertura do período de discussão pública, para que todos os interessados se possam pronunciar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com início 8 (oito) dias após a publicação do presente anúncio. Na falta de resposta, no prazo referido, considerar-se-á que nada têm a opor à alteração da licença da operação de loteamento.

Os interessados poderão consultar o projeto de alteração à licença da operação de loteamento, informação técnica elaborada pelos serviços municipais, assim como, pareceres, autorizações ou aprovações emitidos pelas entidades exteriores ao município, documentos que fazem parte integrante do processo de loteamento, no sítio de Internet da Câmara Municipal de Sintra (www.cm-sintra.pt) e no Departamento de Gestão do Território, Divisão de Gestão e Licenciamento AUGI, sito na Praça Dom Afonso Henriques, na Portela de Sintra, podendo ser elaboradas sugestões, observações e reclamações em requerimento dirigido ao Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra, a remeter ao Gabinete de Apoio ao Município, ou através do endereço de correio eletrónico: municipe@cm-sintra.pt.

22 de novembro de 2022. — A Diretora do Departamento de Gestão do Território, *Lina Catarino*.

315908574

**MUNICÍPIO DE SINTRA****Aviso n.º 23033/2022**

Sumário: Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/92.

Alteração ao Alvará de loteamento n.º 5/92

Lina Catarino, Diretora do Departamento de Gestão do Território da Câmara Municipal de Sintra, por subdelegação de competências (Despacho n.º 2-AID/2017), torna público que se encontra a tramitar nesta Câmara Municipal uma alteração da licença da operação de loteamento com registo processo DUR: P1821/2022, em nome de Tiago Carvalho Ferreira, ao Alvará de Loteamento n.º 5/92, sito em Marinhãs, Banzão, Freguesia de Colares, em nome de Mário Raimundo Francisco, nos termos do disposto no artigo 27.º conjugado com o 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações vigentes, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 112.º do CPA e artigo 14.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Sintra (Aviso n.º 1267/2017 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23 de 1 de fevereiro de 2017), pelo que se procede à abertura do período de discussão pública e notificação dos proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento, para que todos os interessados se possam pronunciar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República*. Na falta de resposta, no prazo referido, considerar-se-á que nada têm a opor à alteração da licença da operação de loteamento.

Os interessados poderão consultar a alteração da licença da operação de loteamento, informação técnica elaborada pelos serviços municipais, assim como, os pareceres, autorizações ou aprovações emitidos pelas entidades exteriores ao município, documentos que fazem parte integrante do processo de loteamento, no sítio de Internet da Câmara Municipal de Sintra (www.cm-sintra.pt) e no Departamento de Gestão do Território, Divisão de Gestão e Licenciamento, sito na Praça Dom Afonso Henriques, na Portela de Sintra, podendo ser elaboradas sugestões, observações e reclamações em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, a remeter ao Gabinete de Apoio ao Município ou através do endereço eletrónico: municipio@cm-sintra.pt.

Para constar, se publica o presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

21 de novembro de 2022. — A Diretora do Departamento de Gestão do Território, *Lina Catarino*.

315913125

**MUNICÍPIO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO****Aviso n.º 23034/2022**

Sumário: Divulga a lista unitária de ordenação final para recrutamento de um técnico superior de gestão.

Procedimento concursal comum para constituição de RJEP em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior, da carreira geral de técnico superior — Gestão

Lista unitária de ordenação final homologada

Nos termos do n.º 5, do artigo 28.º da Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final homologada por meu despacho datado de 28 de outubro de 2022 e resultante do procedimento concursal comum, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 8805/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, 29 de abril de 2022, para o recrutamento de 1 posto de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

A lista encontra-se afixada, por aviso, em local visível e público, no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça Dr. Eugénio Dias, 4, 2590-016 Sobral de Monte Agraço e disponível na página eletrónica da Câmara Municipal (www.cm-sobral.pt).

Classif.	Candidato	Nota final
1	Natacha Liliana Nunes Sobral	13,91 valores.
2	Vera Lúcia Coelho Patrão	13,80 valores.

Do presente deverá ser dado publicidade nos termos legais. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

28 de outubro de 2022. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Alberto Quintino*, eng.º

315835869



MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

Aviso n.º 23035/2022

Sumário: Renovação da comissão de serviço dos dirigentes intermédios de 2.º grau da Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento e da Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto.

Manuel João Sampaio Tibo, Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, torna público que, em cumprimento da alínea c), do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que, por despacho de 21 de novembro de 2022 e ao abrigo dos artigos 21.º, 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, aplicada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, foi renovada a nomeação em comissão de serviço, por mais três anos, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2023, dos técnicos superiores, Manuel Fernandes Martins da Silva, para o exercício do cargo de Chefe da Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento e Cristóvão Rodrigues de Carvalho, para o exercício do cargo de Chefe da Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto.

21 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara, *Manuel João Sampaio Tibo*.

315903649



MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS

Aviso n.º 23036/2022

Sumário: Conclusão do período experimental do assistente operacional (asfaltador).

Para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 48.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se publico que o assistente operacional, Pedro Alexandre Santos da Silva Pereira, concluiu em 17 de novembro de 2022, com sucesso o período experimental, com a avaliação final de 13,00 valores (treze valores), na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com este Município, para o desempenho de funções na categoria de assistente operacional (Asfaltador), da carreira geral de assistente operacional.

18 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara, *Pedro Paulo Ramos Ferreira*.

315908088

**MUNICÍPIO DE VAGOS****Aviso n.º 23037/2022**

Sumário: Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Ludovina Marques, Filipe Guerra, Bárbara Biu, Renato Silva e Artur Rosa.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência de procedimento concursal, com:

Ludovina Jesus Santos Marques, com início em 01 de setembro de 2022, na carreira/categoria de Assistente Operacional — Auxiliar de Ação Educativa, com remuneração mensal correspondente ao nível 1 da Tabela Remuneratória Única, 1.ª posição da categoria de Assistente Operacional — Regularização de vínculos precários.

Filipe Seíça Neves Barbado Guerra, com início em 01 de setembro de 2022, e com período experimental de 180 dias, para a carreira/categoria de Assistente Técnico — área administrativa do Serviço Técnico Jurídico da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, com remuneração mensal correspondente ao nível 6 da Tabela Remuneratória Única, 1.ª posição da categoria de Assistente Técnico.

O júri para acompanhamento e avaliação do trabalhador durante o período experimental tem a seguinte composição:

Presidente — Susana Raquel Pereira Jesus, Chefe da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, em regime de substituição;

Vogais Efetivos — André Miguel Miranda Nunes, Chefe de Núcleo, em regime de substituição, e Joaquim José Tavares Santos Rosa, Técnico de Informática do Serviço Técnico ambos do Núcleo de Energia e Manutenção de Infraestruturas;

Vogais Suplentes — Margarita Jesus Mercatudo Domingues, Técnica Superior do Serviço Técnico, e Maria da Graça Sarabando Pimentel, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa ambas da Divisão Administrativa e de Ação Social.

Bárbara Almeida Biu, com início em 01 de outubro de 2022, e com período experimental de 180 dias, para a carreira/categoria de Assistente Técnico — área administrativa do Serviço Técnico Jurídico da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, com remuneração mensal correspondente ao nível 6 da Tabela Remuneratória Única, 1.ª posição da categoria de Assistente Técnico.

O júri para acompanhamento e avaliação do trabalhador durante o período experimental tem a seguinte composição:

Presidente — Maria Elisabete Marques Tavares, Chefe de Núcleo de Aprovisionamento, em regime de substituição;

Vogais Efetivos — Susana Raquel Pereira Jesus, Chefe da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, em regime de substituição, e Marytrini Domingues Malta Jesus, Técnica Superior do Serviço Técnico do Núcleo de Aprovisionamento;

Vogais Suplentes — Amílcar Oliveira Raimundo, Coordenador Técnico da Secção de Aprovisionamento do Núcleo de Aprovisionamento, e Maria de Fátima Jesus Rupino, Assistente Técnica do Serviço Técnico do Núcleo de Aprovisionamento.

Renato Lopes Silva, com início em 01 de outubro de 2022, e com período de estágio/experimental de 6 meses, para a carreira não revista de Especialista de Informática, na categoria de Especialista de Informática do grau 1, nível 2, no Serviço Técnico de Informática, com remuneração mensal correspondente ao índice 480, entre o nível 23 e 24 da Tabela Remuneratória Única.



O júri para acompanhamento e avaliação do trabalhador durante o período experimental tem a seguinte composição:

Presidente — André Miguel Miranda Nunes, Chefe do Núcleo de Energia e Manutenção de Infraestruturas, em regime de substituição;

Vogais Efetivos — Filipa Guerreiro Mota, Chefe do Núcleo de Modernização Administrativa e Atendimento ao Cidadão, em regime de substituição, e Susana Raquel Pereira Jesus, Chefe da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, em regime de substituição;

Vogais Suplentes — Gabriela Alexandra Pinto Cabano, Chefe do Núcleo de Fiscalização Municipal, em regime de substituição, e Lénia Marlene Assena Maltez, Técnica Superior do Serviço Técnico de Modernização Administrativa.

Artur Miguel Trindade Martins Rosa, com início em 10 de outubro de 2022, e com período experimental de 180 dias, para a carreira/categoria de Assistente Técnico — área administrativa do Departamento de Auditoria, com remuneração mensal correspondente ao nível 6 da Tabela Remuneratória Única, 1.ª posição da categoria de Assistente Técnico.

O júri para acompanhamento e avaliação do trabalhador durante o período experimental tem a seguinte composição:

Presidente — Maria de Lurdes Carvalhais Pereira, Chefe do Núcleo de Cultura, em regime de substituição;

Vogais Efetivos — Adriana Gironella Silva Capela, Chefe do Núcleo de Ação Social, em regime de substituição, e António Manuel Costa Castro, Diretor do Departamento de Coordenação, em regime de substituição;

Vogais Suplentes — Carlos Manuel Almeida Reis, Técnico Superior do Gabinete de Turismo e Comunicação, e Maria de Lurdes Jesus Rodrigues Martins, Assistente Técnica do Núcleo de Cultura.

O/A primeiro/a vogal efetivo/a substituirá o/a Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Com competências delegadas (despacho de 21/10/2021).

22 de novembro de 2022. — O Vice-Presidente, *Paulo Sousa*.

315906735



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALDEIA DO MATO E SOUTO

Aviso n.º 23038/2022

Sumário: Conclusão do período experimental de trabalhador da carreira e categoria de assistente operacional.

Conclusão do período experimental de trabalhador da carreira e categoria de Assistente Operacional

1 — Na sequência do procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho para a carreira e categoria de Assistente Operacional, para a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 19099/2021, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 196, de 8 de outubro, conjugado com a oferta n.º OE202110/0128 da Bolsa de Emprego Público, e em conformidade com o artigo 46.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, para os devidos efeitos, torna-se público que, após celebração de contrato com o trabalhador João Manuel Claro Pedro, com início a 16 de maio de 2022, foi cumprido o período experimental com a duração de 90 dias.

1.1 — Após a avaliação do período experimental, o Órgão Executivo homologou, em reunião de 08 de outubro de 2022, a sua conclusão com 16,40 valores, considerando-se concluído com sucesso.

3 de novembro de 2022. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Álvaro Manuel Paulino*.

315845734

**UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALENQUER (SANTO ESTÊVÃO E TRIANA)****Aviso n.º 23039/2022**

Sumário: Consolidação definitiva após período experimental, na carreira/categoria de assistente operacional, do trabalhador João Miguel Neves Lopes, com a respetiva avaliação do júri.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que reunidas as condições previstas os termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, conforme Aviso n.º 13881/2022 saído no *Diário da República*, n.º 133 de 12 de junho na sua redação atual prevista no 1.3 e 1.3.1 e 1.3.2. em que o Júri deliberou atribuir a seguinte avaliação final:

$$CF = (0,60 \times ER) + (0,30 \times R) + 0,10 \times AF)$$

ER-17,00; R-18,00; AF-15,00

CF = 16,60 valores.

A União das Freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana), por deliberação tomada em reunião de 9 de novembro de 2022, sob minha proposta, deliberou aprovar a consolidação definitiva do período experimental, na carreira/categoria de Assistente Operacional do trabalhador, João Miguel Neves Lopes ficando vinculado por tempo indeterminado com contrato de trabalho em funções públicas conforme o Aviso n.º 13881/2022 saído no *Diário da República*, n.º 133 de 12 de junho.

24 de novembro de 2022. — O Presidente da União das Freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana), *Paulo Alexandre Matias Assunção*.

315913685



FREGUESIA DE ARROIOS

Aviso n.º 23040/2022

Sumário: Projeto do Regulamento da Academia da Interculturalidade da Freguesia de Arroios (Lisboa).

Projeto do Regulamento da Academia da Interculturalidade da Freguesia de Arroios (Lisboa)

Maria Madalena Matambo Guerra Domingues Natividade, Presidente da Junta de Freguesia de Arroios (Lisboa), torna público que a Junta de Freguesia de Arroios (Lisboa), na reunião de 10 de novembro de 2022, através da Proposta n.º 344/2022, deliberou aprovar o Projeto de Regulamento da Academia da Interculturalidade da Freguesia de Arroios (Lisboa), e submeter o mesmo a consulta pública, por um período de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente aviso, para efeitos de recolha de observações, reclamações ou sugestões, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Para o efeito, o referido projeto de Regulamento poderá ser consultado na página desta autarquia — <http://www.jfarroios.pt/> —, podendo os interessados remeter as suas sugestões para o seguinte endereço eletrónico: geral@jfarroios.pt.

21 de novembro de 2022. — A Presidente da Junta de Freguesia de Arroios (Lisboa), *Maria Madalena Matambo Guerra Domingues Natividade*.

315899502



FREGUESIA DE BUARCOS E SÃO JULIÃO

Aviso (extrato) n.º 23041/2022

Sumário: Homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um postos de trabalho, carreira e categoria de técnico superior de Serviço Social.

Homologação da Lista de Ordenação Final, referente ao o preenchimento de um posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior de Serviço Social, do mapa de pessoal da Freguesia de Buarcos e São Julião, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, de 23 de junho de 2022.

Em cumprimento do n.º 5, do artigo 28.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos/as ao Procedimento Concursal Comum para o preenchimento de um posto de trabalho, da carreira e categoria de Assistente Técnico, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, cujo Aviso (extrato) n.º 13799/2022, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de julho de 2022, e na BEP, com o código OE202207/0378. A lista unitária de ordenação final homologada encontra-se afixada nas instalações na sede e na delegação da Junta de Freguesia e disponível na página eletrónica da Freguesia.

Publique-se no *Diário da República*.

21 de outubro de 2022. — A Presidente, *Rosa Maria Martins Ferreira Baptista*.

315899195



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMPANHÓ E PARADANÇA

Aviso n.º 23042/2022

Sumário: Lista final para a categoria de assistente técnico.

Lista final para a categoria de assistente técnico

Nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua versão atualizada, torna-se público que foi homologado, a lista de ordenação final dos candidatos, relativamente ao procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente técnico, a que faz referência o Aviso n.º 20797/2022 publicado no *Diário da República*, 2.ª série de 28 de outubro de 2022, da lista unitária de ordenação final, homologada, por despacho de 23 de novembro, pelo Presidente da União das Freguesias de Campanhó e Paradança:

Lista unitária de ordenação final

Nome	Classificação final
Sandra Cristina Ferreira Morais	19,5

23 de novembro de 2022. — O Presidente da União das Freguesias de Campanhó e Paradança, *Joaquim Augusto Silva Pereira*.

315910914



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMPO E SOBRADO

Aviso (extrato) n.º 23043/2022

Sumário: Abertura de procedimento concursal para contratação de quatro assistentes operacionais por tempo indeterminado.

1 — Para efeitos do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06, na sua atual redação, adiante designada por LTFP, conjugado com o artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, torna-se público que, na sequência da deliberação favorável da Junta de Freguesia de 2/11/2022, se encontra aberto o procedimento concursal comum para ocupação dos seguintes postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Referência A — 1 (um) posto de trabalho de Assistente Operacional (higiene e limpeza urbana);
Referência B — 1 (um) posto de trabalho de Assistente Operacional — tratorista;
Referência C — 2 (dois) postos de trabalho de Assistente Operacional — coveiro.

2 — Local de Trabalho: toda a área da União das Freguesias de Campo e Sobrado.

3 — Caracterização dos Postos de Trabalho:

Referência A — Funções específicas de Assistente Operacional na áreas da limpeza de sarjetas e de sumidouros, varredura manual e/ou mecânica, deservagem e limpeza, lavagem e manutenção de mobiliário urbano.

Referência B — Funções específicas de Assistente Operacional na área de condução de tratores e outros veículos destinados à limpeza pública e recolha de resíduos sólidos, manobrando também sistemas hidráulicos ou mecânicos complementares das viaturas.

Referência C — Funções específicas de Assistente Operacional na área dos cemitérios, nomeadamente a inumação e exumação de cadáveres, limpeza e manutenção dos cemitérios.

4 — Requisitos gerais de admissão (definidos no artigo 17.º da LTFP):

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou por lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções.
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

5 — Requisitos específicos — nível habilitacional e área de formação académica e profissional:

Escolaridade obrigatória, nomeadamente: 4.º ano de escolaridade para os nascidos até 31/12/1966, 6.º ano de escolaridade para os nascidos entre 01/01/1967 e 31/12/1980 e 9.º ano de escolaridade para os nascidos a partir de 01/01/1981.

Em todos os procedimentos é admitida a possibilidade de substituição das habilitações exigidas (escolaridade obrigatória) por comprovada experiência e/ou formação profissional na área posta a concurso.

6 — Prazo e formalização das candidaturas: 10 dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

7 — Publicação: Disponível para consulta integral a partir da data da publicação na (BEP).

8 — Quota de emprego para candidatos com deficiência: procede-se nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro:

8.1 — Para efeitos de admissão ao procedimento concursal, de acordo com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, os candidatos com deficiência devem



declarar, quando formalizarem a sua candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência;

9 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17 de novembro de 2022. — O Presidente da Junta da União das Freguesias, *Alfredo Sousa*.

315895241

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARCAVELOS E PAREDE**Aviso (extrato) n.º 23044/2022**

Sumário: Procedimento concursal comum de recrutamento para quatro assistentes técnicos e cinco técnicos superiores.

Procedimento concursal comum de recrutamento para quatro Assistentes Técnicos e cinco Técnicos Superiores, em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carcavelos e Parede, tomada na reunião de 15/11/2022, se encontra aberto pelo prazo de dez dias úteis, a contar do 1.º dia útil da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, procedimento concursal comum de recrutamento para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação imediata de quatro postos de trabalho para o desempenho das funções inerentes à categoria/carreira de assistente técnico e cinco postos de trabalho para o desempenho das funções inerentes à categoria/carreira de técnico superior.

1 — Caracterização dos postos de trabalho:

Referência A — contratação de três Assistentes Técnicos para alocar especificamente ao serviço administrativo geral da junta de freguesia, incluindo apoio aos órgãos autárquicos.

Funções gerais: de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade;

Funções específicas: na área geral — conhecimentos do Código do Procedimento Administrativo; Garantir o atendimento ao público, dando seguimento às solicitações; Efetuar a gestão da administrativa da Componente de Apoio à Família — CAF; Efetuar a gestão administrativa dos Mercados e Feiras; Proceder ao registo e arquivo no âmbito do SICAFE; Emitir as guias de receita nas operações que gerem receita para a Junta de Freguesia; Tratar dos procedimentos inerentes ao recenseamento, de acordo com a legislação em vigor (SIGRE); Dar resposta aos despachos do Executivo, através do *software* existente, atualizando os respetivos registos; Arquivar a documentação inerente a todas as atividades; Rececionar, registar e encaminhar a correspondência; Estabelecer e garantir a aplicação do Plano Geral de Arquivo da Freguesia; Manter atualizada toda a informação a que os processos dos utentes dão origem; Encaminhar anualmente, e referente ao ano estipulado, os documentos e processos para o arquivo morto da Junta de Freguesia, com a exceção dos determinados pelo Executivo, Presidente da Junta ou Coordenador Técnico; Realizar todas as restantes funções, da natureza do serviço e dentro do quadro legal, incumbido por deliberação do Executivo, despacho do Presidente da Junta ou comunicação do Coordenador Técnico.

Referência B — contratação de um Assistente Técnico — Tesouraria: para alocar ao serviço administrativo geral da junta de freguesia, incluindo apoio aos órgãos autárquicos, para além de tarefas ou atribuições que lhe forem cometidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

Funções gerais: de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade;

Funções específicas: Proceder à arrecadação de receitas e ao pagamento de despesas nos termos legais e regulamentares e no respeito das instruções do serviço; Enviar à Contabilidade, diariamente, os mapas necessários à escrituração contabilística dos movimentos; Emitir cheque, sempre na presença da respectiva Ordem de Pagamento; Guardar valores monetários e cheques da Junta de Freguesia; Efetuar os procedimentos de depósito, em instituições bancárias dos valores monetários excedente em Tesouraria; Realizar os reforços de fundo de manuseio, sempre que necessários; Realizar conferências aos movimentos e aos meios monetários diários; Realizar, em conjunto com o trabalhador designado, as conferências de movimentos e valor, nos termos do ponto 2.9 do POCAL; Realizar conferências com a Contabilidade dos movimentos e registos, a fim de detetar situações anómalas; Tratar de todos os assuntos relacionados com o arquivo de documentos e processos relacionados

com a Tesouraria; Realizar todas as restantes funções, da natureza do serviço e dentro do quadro legal, incumbido por deliberação do Executivo ou despacho do Presidente da Junta de Freguesia.

Referência C — contratação de um Técnico Superior — Psicólogo: com mestrado em Psicologia Clínica e inscrito na Ordem dos Psicólogos Portugueses, para alocar à coordenação do Gabinete de Apoio Psicológico para além de tarefas ou atribuições que lhe forem acometidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

Funções gerais: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;

Funções específicas: Coordenação do Gabinete de apoio Psicológico; Realização de consultas de psicologia efetuando análise dos pedidos de apoio e encaminhando de acordo com as necessidades diagnosticadas para outros serviços ou especialidades; Efetuar avaliações psicológicas e acompanhamento psicológico; Colaborar com os agrupamentos de escolas da Freguesia desenvolvendo ações concertadas junto das crianças e jovens; Desenvolver atividades de estímulo cognitivo para a população Sénior da Freguesia; Promover e dinamizar projetos que visem o desenvolvimento de competências junto da comunidade Sénior da UFCP; Desenvolvimento de programas de apoio às famílias da Freguesia.

Referência D — contratação de dois Técnicos Superiores — Ação Social: Com Licenciatura em Serviço Social, para alocar aos Serviços de Ação Social da Autarquia, para além de tarefas ou atribuições que lhe forem acometidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

Funções gerais: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;

Funções específicas: Planear e dinamizar os projetos de intervenção comunitária; Desenvolver e coordenar projetos de cariz social em que a Freguesia se encontre integrada; Desenvolver campanhas de sensibilização e prevenção adequadas ao contexto real e de acordo com as necessidades auscultadas; Serviços de encaminhamento e aconselhamento à população; Promover relações e parcerias no âmbito dos projetos; Dinamizar e planear estratégias para a promoção das atividades dirigidas a grupos específicos; Apoiar os projetos e instituições ao nível de recursos materiais e humanos; Elaborar relatórios das ações desenvolvidas; Elaboração de propostas de intervenção, familiares ou individuais; Visitas domiciliárias; Avaliação periódica do plano de intervenção; Participação no Plano de Integração de Pessoas sem Abrigo; Gestão de casos de pessoas sem-abrigo; Reuniões mensais com a Associação de Cariz Social.

Referência E — contratação de um Técnico Superior — Mercados: Com Licenciatura em Engenharia Alimentar, para alocar aos Serviços de Mercados, para além de tarefas ou atribuições que lhe forem acometidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

Funções gerais: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;

Funções específicas: Coordenação no controlo de qualidade e higiene das instalações dos mercados da Freguesia; Verificação do estado dos equipamentos de refrigeração das instalações dos mercados; Verificação do correto uso e armazenamento dos bens dos concessionários nos espaços comuns; Verificação da manutenção, higiene, limpeza das instalações dos mercados quer por parte dos concessionários quer pelos funcionários de apoio ao funcionamento das instalações; Desenvolvimento e implementação de técnicas de utilização das instalações.

Referência F — contratação de um Técnico Superior — Comunicação: Com Licenciatura em Ciências da Comunicação, para alocar ao Gabinete de Comunicação e Imagem da Autarquia, para além de tarefas ou atribuições que lhe forem cometidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

Funções gerais: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;

Funções específicas: Colaboração na planificação, conceção, execução e avaliação das medidas adotadas no âmbito da estratégia comunicacional da Freguesia; Assegurar a recolha, organização e tratamento da informação sobre a atividade da Freguesia, promovendo a sua divulgação/difusão; Participar na conceção, produção e seleção, de acordo com o modelo determinado, dos elementos de comunicação gráfica, escrita, visual ou multimédia; Desenvolver contactos regulares com a comunicação social, no sentido de promover as atividades organizadas pela Freguesia; Participar em ações de carácter protocolar; assegurar a gestão das redes sociais e do sítio da Internet da Freguesia em articulação com o serviço de informática, mantendo-o regularmente atualizado e dinâmico, promovendo a recolha de informação junto de todos os serviços e gerindo o envio de informação regular na forma de “newsletter” ou outras; Participar no desenvolvimento de ações de melhoria da imagem da Freguesia; Acompanhar a promoção, divulgação e realização dos eventos e iniciativas de natureza cultural, recreativa, educacional e desportiva; Apoio na organização de eventos; Assegurar uma adequada articulação e acompanhamento com os órgãos de comunicação social, local, regional e nacional, com vista à difusão da informação da freguesia.

2 — Local de trabalho: Na área territorial da União das Freguesias de Carcavelos e Parede, Concelho de Cascais

3 — Requisitos habilitacionais exigidos:

Para as referências A e B, Grau de complexidade funcional 2 — 12.º ano de escolaridade, sem possibilidade de substituição.

Para a Referência C, Grau de complexidade funcional 3 — Licenciatura em Psicologia com Mestrado integrado em psicologia clínica, sem possibilidade de substituição por outra formação académica.

Para a Referência D, Grau de complexidade funcional 3 — Licenciatura em Serviço Social, sem possibilidade de substituição por outra formação académica.

Para a Referência E, Grau de complexidade funcional 3 — Licenciatura em Engenharia Alimentar, sem possibilidade de substituição por outra formação académica.

Para a Referência F, Grau de complexidade funcional 3 — Licenciatura em Ciências da Comunicação, sem possibilidade de substituição por outra formação académica.

4 — A versão integral do presente aviso encontra-se publicada na bolsa de emprego público (BEP) acessível em www.bep.gov.pt.

22 de novembro de 2022. — O Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carcavelos e Parede, *Nuno Alves*.

315907626

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARCAVELOS E PAREDE**Aviso (extrato) n.º 23045/2022**

Sumário: Procedimento concursal comum de recrutamento para três técnicos superiores em contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

Procedimento concursal comum de recrutamento para três Técnicos Superiores em contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carcavelos e Parede, tomada na reunião de 15 de novembro de 2022, se encontra aberto pelo prazo de dez dias úteis, a contar do 1.º dia útil da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, procedimento concursal comum de recrutamento para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto para ocupação imediata de três postos de trabalho para o desempenho das funções inerentes à categoria/carreira de técnico superior.

1 — Caracterização dos postos de trabalho:

Referência A — contratação de um Técnico Superior-Educador de Infância, com Licenciatura em Educação de Infância para alocar ao apoio à comunidade escolar e às famílias, para além de tarefas ou atribuições que lhe forem cometidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

Funções gerais: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;

Funções específicas: Manutenção de atividades de tempos livres; Criação de projeto pedagógico para a comunidade escolar e familiar; Desenvolvimento de atividades leitura, artes visuais para as crianças das escolas do agrupamento de escolas de Carcavelos; Apoio às atividades extracurriculares das escolas do agrupamento de escolas de Carcavelos; Apoio nas atividades das interrupções letivas das escolas do Agrupamento de escolas de Carcavelos; Promover atividades de animação/formação em articulação com todos os elementos da comunidade educativa e restantes comunidades da freguesia; Dar apoio ao projeto educativo do Agrupamento de escolas de Carcavelos; Dar apoio às componentes de CAF e AAAP das escolas do Agrupamento de escolas de Carcavelos.

Referência B — contratação de um Técnico Superior — Historiador, com licenciatura em História da Arte e Património para alocar ao apoio à comunidade escolar e às famílias, para além de tarefas ou atribuições que lhe forem cometidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

Funções gerais: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;

Funções específicas: Manutenção de atividades de tempos livres; Criação de projeto pedagógico para a comunidade escolar e familiar; Desenvolvimento de atividades leitura, artes visuais

para as crianças das escolas do agrupamento de escolas de Carcavelos; Apoio às atividades extracurriculares das escolas do agrupamento de escolas de Carcavelos; Apoio nas atividades das interrupções letivas das escolas do Agrupamento de escolas de Carcavelos; Promover atividades de animação/formação em articulação com todos os elementos da comunidade educativa e restantes comunidades da freguesia; Dar apoio ao projeto educativo do Agrupamento de escolas de Carcavelos; Dar apoio às componentes de CAF e AAAP das escolas do Agrupamento de escolas de Carcavelos.

Referência C — contratação de um Técnico Superior-Comunicação e Marketing, com licenciatura em Marketing e Relações-Públicas para alocar ao apoio à comunidade escolar e às famílias, para além de tarefas ou atribuições que lhe forem cometidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

Funções gerais: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;

Funções específicas: Manutenção de atividades de tempos livres; Criação de projeto pedagógico para a comunidade escolar e familiar; Desenvolvimento de atividades leitura, artes visuais para as crianças das escolas do agrupamento de escolas de Carcavelos; Apoio às atividades extracurriculares das escolas do agrupamento de escolas de Carcavelos; Apoio nas atividades das interrupções letivas das escolas do Agrupamento de escolas de Carcavelos; Promover atividades de animação/formação em articulação com todos os elementos da comunidade educativa e restantes comunidades da freguesia; Dar apoio ao projeto educativo do Agrupamento de escolas de Carcavelos; Dar apoio às componentes de CAF e AAAP das escolas do Agrupamento de escolas de Carcavelos.

2 — Local de trabalho: Na área territorial da União das Freguesias de Carcavelos e Parede, Concelho de Cascais

3 — Requisitos habilitacionais exigidos:

Para a Referência A, Grau de complexidade funcional 3 — Licenciatura em Educação de Infância, sem possibilidade de substituição por outra formação académica.

Para a Referência B, Grau de complexidade funcional 3 — Licenciatura em História da Arte e Património, sem possibilidade de substituição por outra formação académica.

Para a Referência C, Grau de complexidade funcional 3 — Licenciatura em Marketing e Relações-Públicas sem possibilidade de substituição por outra formação académica.

4 — A versão integral do presente aviso encontra-se publicada na bolsa de emprego público (BEP) acessível em www.bep.gov.pt.

22 de novembro de 2022. — O Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carcavelos e Parede, *Nuno Alves*.

315907107

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHAMUSCA E PINHEIRO GRANDE**Aviso (extrato) n.º 23046/2022**

Sumário: Conclusão do período experimental de trabalhadores da carreira e categoria de assistente operacional.

Conclusão do período experimental de trabalhadores da carreira e categoria de Assistente Operacional

1 — Na sequência do procedimento concursal comum para ocupação de 11 postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional, para a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 15534/2021, 2.ª série — N.º 160 — 18 de agosto — Referência B, e na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE202108/0386, e em conformidade com o artigo 46.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho na sua atual redação, para os devidos efeitos, torna-se público que, após celebração de contrato de trabalho com António Manuel Correia Teodósio, David Emanuel Pascoal da Silva, Gabriela Filipa Marques Garcia, João Paulo Pereira Marques Tanoeiro, José Manuel Castelo Branco Trincão, José Maria Costa Cardoso, Luís Filipe Soares de Oliveira, Manuel João Soares Lino Fernandes, Maria do Céu dos Prazeres Moedas e Regina Isabel Ouro Valada Garrido, com data de início a 16 de agosto de 2022, foi cumprido o período experimental com a duração de 90 dias.

2 — Após avaliação do período experimental, o Órgão Executivo homologou em reunião do Órgão Executivo a 16 de novembro de 2022, a conclusão com sucesso, dos seguintes trabalhadores:

António Manuel Correia Teodósio, com a classificação de 14,80 valores;
David Emanuel Pascoal da Silva, com a classificação de 14,80 valores;
Gabriela Filipa Marques Garcia, com a classificação de 16,00 valores;
João Paulo Pereira Marques Tanoeiro, com a classificação de 16,00 valores;
José Manuel Castelo Branco Trincão, com a classificação de 16,00 valores;
José Maria Costa Cardoso, com a classificação de 14,80 valores;
Luís Filipe Soares de Oliveira, com a classificação de 16,00 valores;
Manuel João Soares Lino Fernandes, com a classificação de 14,80 valores;
Maria do Céu dos Prazeres Moedas, com a classificação de 14,80 valores;
Regina Isabel Ouro Valada Garrido, com a classificação de 14,80 valores.

23 de novembro de 2022. — O Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande, *Rui Miguel Azevedo Martinho*.

315905147

FREGUESIA DE ENCARNÇÃO

Regulamento n.º 1154/2022

Sumário: Aprova o Regulamento de Cedência e Utilização de Viaturas.

Aprova o Regulamento de Cedência e Utilização de Viaturas

Carlos Manuel Antunes Póvoa, Presidente da Junta de Freguesia de Encarnção, torna público para efeitos do disposto na alínea *h*) do n.º 1, do artigo 16.º e alínea *f*) do n.º 1 do artigo 9.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 139.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que o Projeto de Regulamento de Cedência e Utilização de Viaturas, publicitado através do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 10677 de 25 de maio de 2022, sob o Edital n.º 1/2022, após o decurso do prazo para consulta pública, foi aprovado por maioria, na sessão ordinária de 27 de setembro de 2022, da Assembleia de Freguesia de Encarnção. Mais torna público, que para geral conhecimento se publica este e outros de igual teor, os quais serão afixados nos lugares de estilo desta Freguesia e na página eletrónica (<https://jfencarnacao.pt/>).

17 de novembro de 2022. — O Presidente da Freguesia, *Carlos Manuel Antunes Póvoa*.

Nota justificativa

Dando cumprimento às atribuições e competências conferidas às freguesias, nos termos previstos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Freguesia da Encarnção assumiu promover um conjunto de iniciativas que visam apoiar todas as diferentes instituições, entidades ou organismos locais que desenvolvem atividades de cariz social, recreativo, cultural, educacional ou desportivo.

Assume especial relevância a cedência e utilização da viatura de nove lugares, propriedade da Junta de Freguesia.

Assim, o presente regulamento pretende alcançar uma efetiva conciliação entre a gestão justa e racional da viatura e a satisfação das várias entidades que delas necessitem para o cumprimento do seu objeto estatutário ou plano de atividades, sempre orientada pelo e para o interesse da população da Freguesia.

Preâmbulo

O presente regulamento é enquadrado no disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea *f*) do n.º 1 do artigo 9.º conjugadas com a alínea *h*) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, onde consta que a Junta de Freguesia tem como uma das suas competências materiais: elaborar e submeter à aprovação da Assembleia de Freguesia os projetos e alterações de regulamentos externos da Freguesia, bem como aprovar regulamentos internos. Proceda-se igualmente a uma adequação ao disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à permissão de condução de viaturas oficiais dos organismos e serviços do estado e das autarquias locais por funcionários e agentes que não possuam a categoria de motorista.

Nos termos do artigo 101.º do CPA, o projeto deste regulamento foi submetido à apreciação pública, para recolha de sugestões durante trinta dias.

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

O Presente Regulamento da Cedência e Utilização de Viatura, tem por objetivo organizar e disciplinar a utilização da viatura da Junta de Freguesia, criando normas e procedimentos de conduta que, salvaguardem sempre as questões de segurança do veículo e dos condutores bem como o controlo da despesa orçamental, assegurando, da mesma forma, o cumprimento das obrigações legais.

Artigo 2.º

Âmbito de Aplicação

O presente regulamento aplica-se à viatura de nove lugares, propriedade da Junta de Freguesia de Encarnação.

Artigo 3.º

Autorização de Condução

A condução da viatura só pode ser praticada por quem tiver sido previamente autorizado para tal, nos termos do presente regulamento:

- a) A autorização concedida pode ser retirada a qualquer momento;
- b) As disposições do presente regulamento aplicam-se a todos os condutores.

SECÇÃO II

Critérios de cedência

Artigo 4.º

Uso da viatura

1 — A viatura destina-se a ser utilizada em atividades próprias da Junta de Freguesia, não podendo ser utilizadas para fins particulares.

2 — O Presidente da Junta de Freguesia pode autorizar a utilização da viatura e a correspondente prestação de serviços a outras entidades ou organizações, desde que se verifiquem as seguintes condições:

- a) A sua utilização não inviabiliza atividades da Junta de Freguesia;
- b) O fim da utilização não seja contrário aos interesses e objetivos da autarquia;
- c) A utilização da viatura se insira em fins de solidariedade social;
- d) A utilização da viatura seja de reconhecido interesse público pelos fins culturais, educativos, desportivos ou recreativos que envolve.

3 — A autorização de utilização da viatura referida no número anterior só pode ser concedida caso a caso, sem carácter obrigatório, e a viatura será conduzida por motorista indicado pela entidade solicitadora, com estrito respeito pelo presente regulamento ou outras normas aplicáveis.

Artigo 5.º

Entidades Utilizadoras

A viatura pode ser utilizada ou cedida, nas condições do presente regulamento às coletividades desportivas, culturais e recreativas, instituições de solidariedade social, sempre que dessa utilização resulte benefício para a população desta.

Artigo 6.º

Normas para a cedência

1 — Cada coletividade pode usufruir da utilização da viatura até atingir o limite de 3000 km/ano apenas em território nacional.

2 — A cedência não pode, de modo algum, afetar o serviço da Junta de Freguesia conforme o plano anualmente aprovado ou as iniciativas pontuais organizadas pela mesma.

3 — A viatura pode ser cedida desde que se destine a apoiar a concretização dos fins e objetivos estatutários das instituições, bem como o cumprimento dos seus planos de atividades.

Artigo 7.º**Processamento das Requisições**

1 — Os interessados na utilização da viatura devem apresentar os respetivos pedidos através de email.

2 — A requisição para marcação do dia de utilização terá de ser sempre com uma antecedência mínima de dois dias em relação à data da utilização.

3 — A respetiva autorização é concedida por despacho do Presidente da Junta ou por quem este delegar.

4 — Para o levantamento da viatura é obrigatório proceder ao preenchimento da Ficha de Utilização da Viatura que se encontra no modelo, anexo I ao presente regulamento.

Artigo 8.º**Resposta**

A Junta de Freguesia dará resposta aos pedidos no prazo máximo de 24 horas.

Artigo 9.º**CrITÉRIOS de cedência**

1 — Em caso de acumulação de pedidos para a mesma data, será considerada a respetiva ordem de receção do pedido ou outros fatores relevantes.

2 — No caso de haver mais que um pedido para a mesma data, o critério de atribuição será:

- a) A ordem de entrada nos serviços da Junta de Freguesia;
- b) O número de utilizações já efetuadas, sendo critério preferencial a atribuição a quem tem um menor número de utilizações;

3 — A Junta de Freguesia poderá cancelar a utilização, a todo o tempo, em caso de avaria, ou necessidade urgente de utilização pelos serviços da Junta de Freguesia, informando de tal facto a entidade requisitante com a urgência possível.

Artigo 10.º**Deveres**

1 — A viatura só pode ser conduzida por pessoas habilitadas para tal.

2 — As entidades requisitantes estão obrigadas a cumprir rigorosamente os objetivos definidos para cada utilização, sendo responsáveis, durante o percurso, por qualquer tipo de danos materiais que sejam praticados pelos ocupantes.

3 — As entidades requisitantes devem zelar pela boa conduta social dos passageiros e pelo bom estado geral do interior da viatura, incluindo a sua limpeza e conservação, sendo responsáveis perante a Junta de Freguesia pelo ressarcimento de todos os danos apurados no final de cada viagem.

4 — As entidades requisitantes não podem permitir a entrada nas viaturas de utentes que se encontrem sob influência de álcool ou de estupefacientes ou cujo comportamento seja suscetível de provocar distúrbios.

5 — As entidades requisitantes são responsáveis pelo controlo das bagagens, as quais, para além de não poderem conter materiais inflamáveis, explosivos ou quaisquer outros objetos suscetíveis de provocar danos, deverão ser acomodadas nas bagageiras.

6 — As entidades requisitantes não podem cobrar aos utentes da viatura qualquer preço pela utilização da mesma.

7 — Não é permitido fumar no interior das viaturas.



Artigo 11.º

Encargos

As entidades requisitantes são responsáveis pelo pagamento de encargos com o estacionamento e portagens, sendo que a viatura não dispõe do dispositivo de via verde.

Artigo 12.º

Penalizações

1 — O não pagamento dos encargos devidos, determinará, enquanto perdurar a dívida, ao cancelamento das autorizações já efetuadas e/ou ao indeferimento de novos pedidos.

2 — O incumprimento do disposto no artigo 11.º poderá implicar, após o apuramento dos factos culposos, a cessação de cedência de viatura pelo prazo a determinar pelo Presidente da Junta ou membro do executivo com competência delegada.

Artigo 13.º

Responsabilidade

1 — São obrigações do condutor:

- a) Assegurar todo o transporte de bens e pessoas, inerentes às atividades das entidades requisitantes;
- b) Zelar pela guarda e pelo bom estado de conservação e manutenção da viatura;
- c) Respeitar o itinerário e horários autorizados, salvo em casos de força maior, o que deve ser objeto de adequada justificação;
- d) Suspender a condução no caso de se verificar redução da sua capacidade, anomalia do veículo ou outras condições adversas que o justifiquem;
- e) Não permitir que seja excedida a lotação da viatura legalmente prevista;
- f) Cumprir o Código da Estrada, garantindo a segurança de pessoas e bens;
- g) Exercer os demais poderes conferidos pela lei ou deliberação da Junta de Freguesia;
- h) Cumprir o disposto neste Regulamento;
- i) Verificar se o veículo tem a documentação e acessórios para poder circular;
- j) Participar, em documento próprio e de imediato ao responsável qualquer dano, anomalia ou falta de componentes detetada;
- k) Antes de iniciar a condução verificar o nível do óleo, da água e a pressão dos pneus.

SECÇÃO III

Procedimentos de controlo

Artigo 14.º

Boletim de serviço

1 — Todos os condutores da viatura da Freguesia, deverão, obrigatoriamente, preencher a ficha de utilização da viatura, em formulário fornecido pelo serviço administrativos, com os seguintes dados:

- a) Entidade utilizadora;
- b) Matrícula;
- c) Nome legível do condutor;
- d) Horas de saída e entrada;
- e) Destino;
- f) Finalidade;
- g) Quilómetros no início e no final da viagem;
- h) Dados relevantes/Anomalias Detetadas.

Artigo 15.º

Operações de Controlo

1 — Deve existir uma “Ficha da Viatura” (anexo II), contendo toda a informação essencial à perfeita identificação do seu estado, devendo ser permanentemente atualizada aquando da utilização do bem e após a receção da “Ficha de Utilização” em anexo ao regulamento.

2 — Aquando da chegada da viatura, o funcionário designado para o efeito deverá proceder à verificação da integridade da viatura, e registar a informação da presença de eventuais problemas ou irregularidades na respetiva “Ficha de Utilização” e “Ficha da Viatura”.

3 — O nível de combustível, não poderá baixar ao nível da reserva.

Artigo 16.º

Infrações

1 — Todas as infrações, coimas, multas ou outras sanções que advenham da circulação das viaturas, devem ser analisadas a fim de se averiguar e decidir em relação à responsabilidade das mesmas.

2 — As multas ou infrações podem ser da responsabilidade do condutor ou da Junta de Freguesia.

3 — O pagamento de quaisquer coimas deve ser atribuído ao condutor, sempre que estas resultem de facto imputável ao mesmo.

Artigo 17.º

Sinistros

1 — Para efeitos do presente regulamento, entende-se por sinistro qualquer ocorrência com uma viatura em que daí resultem danos materiais ou corporais.

2 — Em caso de sinistro, o condutor da viatura deve adotar o seguinte procedimento:

- a) Obter todos os dados das viaturas, bens e pessoas envolvidas no sinistro;
- b) Preenchimento no local do acidente da Declaração Amigável de Acidente Automóvel;
- c) Comunicar à Junta de Freguesia a ocorrência com todos os elementos probatórios.

3 — O condutor deverá solicitar obrigatoriamente a intervenção da autoridade policial sempre que:

- a) O condutor da outra viatura não queira preencher e/ou assinar a Declaração Amigável de Acidente Automóvel;
- b) O condutor da outra viatura não apresente, no local e momento do acidente, os documentos válidos e necessários para identificação da viatura, da companhia de seguros e do próprio condutor;
- c) O condutor da outra viatura se ponha em fuga sem se identificar, devendo ser de imediato anotada a sua matrícula e outros dados que permitam a sua identificação, e recolhidos os elementos de prova existentes no local, designadamente a identificação de testemunhas;
- d) O condutor da outra viatura manifeste um comportamento perturbado, designadamente estar sob o efeito do álcool, estupefacientes ou qualquer outra substância psicotrópica;
- e) Do acidente resultem danos corporais;
- f) Do acidente resultem danos materiais muito graves ou graves.

Artigo 18.º

Imobilização da viatura

Em caso de imobilização devem ser acionados os meios necessários, garantindo desta forma, que a função para a qual esta se destina, seja assegurada sem interrupção, nomeadamente:

a) Contactar a companhia de seguros para o número de telefone de assistência em viagem da seguradora contratada e indicada no certificado internacional de seguro automóvel;



b) Contactar o Presidente da Junta de Freguesia ou em substituição, algum dos restantes membros do executivo.

SECÇÃO IV

Disposições finais

Artigo 19.º

Informação e consulta

As entidades requerentes e utilizadoras da viatura têm o direito à informação e consulta do Regulamento da Cedência e Utilização de Viatura.

Artigo 20.º

Lacunas e omissões

Os casos omissos e dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Regulamento serão resolvidos por deliberação do executivo da Junta de Freguesia.

Artigo 21.º

Implementação

Este regulamento entra em vigor 5 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

ANEXO I

Ficha utilização viatura

Instituição/Coletividade: _____
Matrícula: ____ - ____ - ____
Condutor/a: _____
Número identificação do condutor (CC, NIF, etc.): _____
Data saída: ____/____/____ Hora: ____:____
Km saída: _____
Destino: _____
Finalidade utilização / Identificação Itinerário: _____

Data chegada: ____/____/____ Hora: ____:____
Km chegada: _____
Dados relevantes: _____

Assinatura: _____

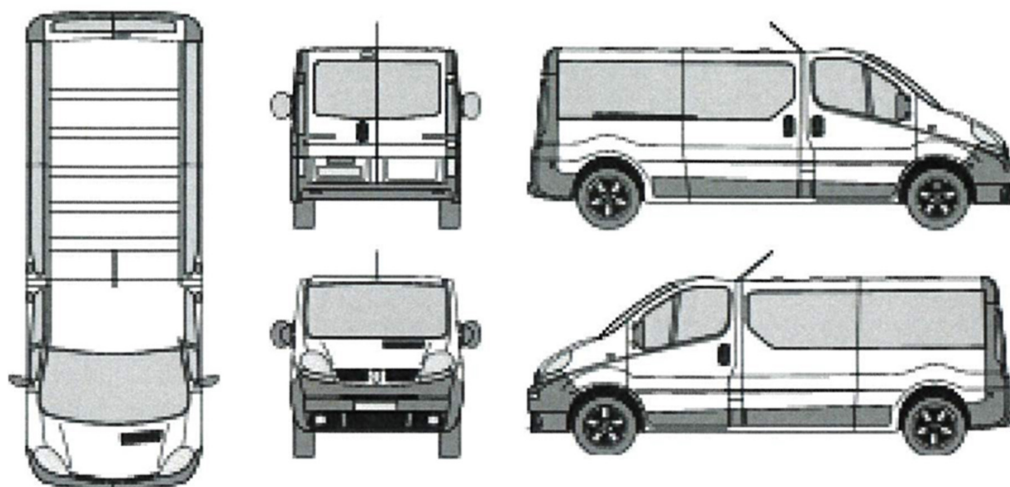
A preencher pela Junta de Freguesia:

Dados relevantes: _____

Assinatura: _____

ANEXO II

Ficha da viatura

**A preencher pelos serviços da Junta de Freguesia:**

Matrícula: ____ - ____ - ____

Marca: _____

Kms: _____

Intervenções na viatura: _____

Última Revisão/intervenção: _____

Próxima Revisão/Intervenção: _____

Dados relevantes: _____

Assinatura: _____

315891231



FREGUESIA DE LOURIÇAL DO CAMPO

Aviso n.º 23047/2022

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para assistente técnico.

Homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para assistente técnico

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia tomada em reunião realizada no dia 19/11/2022, foi homologada a Lista Unitária de Ordenação Final dos Candidatos Aprovados, relativa ao procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 10887/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 27 de maio de 2022, publicitado na BEP — Bolsa de Emprego Público, Código de Oferta OE202205/1053, a qual se encontra afixada em local visível nas instalações da Junta de Freguesia de Lourical do Campo, e foi disponibilizada na página eletrónica em <http://jf-louricaldocampo.pt/>.

23 de novembro de 2022. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Pedro João Martins Serra*.

315909149



FREGUESIA DE MARINHAIS

Aviso n.º 23048/2022

Sumário: Procedimento concursal para recrutamento de dois assistentes operacionais, um na área funcional de cantoneiro de limpeza e um na área de funcional de coveiro.

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 11421/2022, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 108 de 03 de junho de 2022, para os postos de trabalho de carreira/ categoria de assistente operacional:

Área funcional de cantoneiro de limpeza, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com o seguinte candidato:

David Ribeiro dos Santos, com a remuneração correspondente à 4.ª posição remuneratória e com o nível remuneratório 4 da tabela remuneratória única, equivalente a 705,00 €, com efeito a partir de 01 de Dezembro de 2022;

Área funcional de coveiro, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com o seguinte candidato:

Vander Jobe de Paula, com a remuneração correspondente à 4.ª posição remuneratória e com o nível remuneratório 4 da tabela remuneratória única, equivalente a 705,00 €, com efeito a partir de 01 de Dezembro de 2022;

Mais se torna público, para os efeitos previstos nos artigos 45.º, 46.º e 49.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri do período experimental, dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para ocupação de postos de trabalho, da carreira e categoria de supra mencionada, terá a seguinte composição:

Presidente — Carmen Rosália Jesus Louros Neves, Assistente Técnica;
1.ª Vogal Efetiva — Maria Amália Gregório da Silva Nunes, Assistente Técnica;
2.º Vogal Efetivo — Sebastião Carlos Correia, Assistente Operacional.

23 de novembro de 2022. — O Presidente da Junta de Freguesia de Marinhais, *Joaquim António Correia Cardoso*.

315910599



FREGUESIA DE MARINHAIS

Aviso n.º 23049/2022

Sumário: Comunica a lista de candidatos aprovados para o preenchimento de dois postos de trabalho, um na área funcional de cantoneiro de limpeza e um na área de coveiro.

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para o preenchimento de 2 lugares de assistente operacional (um de cantoneiro de limpeza e um coveiro) — Publicado no D. R. 2.ª série, n.º 108 de 3 de junho (Aviso n.º 11421/2022).

Nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021 de 11 de janeiro, torna-se público que a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento referido em título, aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 108, de 3 de junho 2022, se encontra afixada em local visível e público nestes serviços no edifício da Junta de Freguesia e disponibilizada na página eletrónica da Junta de Freguesia, em <http://www.jf-marinhaeis.pt>.

Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados

Classificado (Área Funcional de Coveiro) — Vander Jobber de Paula — 15,00 valores

Classificado (Área Funcional de Cantoneiro de Limpeza) — David Ribeiro dos Santos — 15,00 valores

23 de novembro de 2022. — O Presidente da Junta de Freguesia de Marinhais, *Joaquim António Correia Cardoso*.

315913174

FREGUESIA DE MONSARAZ**Aviso (extrato) n.º 23050/2022**

Sumário: Procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional.

Procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Assistente Operacional

Para efeitos do disposto na subalínea *ii)* da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro (doravante designada por Portaria), e nos termos dos artigos 30.º e 33.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação (doravante designada por LTFP) torna-se público que, por deliberação do Órgão Executivo da Freguesia de Monsaraz, em reunião, realizada a 03 de outubro de 2022, encontra-se aberto por um período de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal para a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Caracterização do posto de trabalho.

1.1 — Carreira/Categoria e número de postos de trabalho: Assistente Operacional/Assistente Operacional — 1 (um) posto de trabalho.

1.2 — Atribuições/Competências/Atividades: Assegurar a manutenção e reparação de espaços verdes e espaços públicos utilizando os equipamentos apropriados (corta sebes, roçadora, motosserra, entre outros); realizar os serviços cemiteriais, nomeadamente: inumações, trasladações e exumações; assegurar a limpeza e manutenção do cemitério e zonas envolventes; assegurar a manutenção e reparação de caminhos rurais; realizar trabalhos de construção civil (execução de suportes de placas de toponímia; bases de caixote do lixo, execução de pontões, reposição de calçada, entre outros); proceder a pequenas reparações de equipamentos e/ou instalações, quando necessário; manusear equipamentos, ferramentas e utensílios manuais e elétricos necessários à execução dos trabalhos; conduzir veículos ligeiros e tratores; realizar o transporte escolar e outros tipos de transporte autorizados; proceder à arrumação, limpeza e manutenção de equipamentos e veículos; utilizar os equipamentos de proteção individual necessários para a realização correta e segura das tarefas; prestar apoio nas atividades realizadas pela Junta de Freguesia e executar as demais atividades enquadradas no conteúdo funcional da carreira e categoria.

1.3 — Local de trabalho: área territorial da Freguesia de Monsaraz, sem prejuízo das deslocações aplicáveis.

2 — Nível habilitacional exigido de acordo com os artigos 34.º e 86.º da LTFP.

2.1 — Exige-se a escolaridade mínima obrigatória, de acordo com a idade, ou seja, aos nascidos até 31/12/1966 é exigida a 4.ª classe; aos nascidos após 01/01/1967 é exigida a 6.ª classe ou 6.º ano de escolaridade e aos nascidos após 01/01/1981 é exigido o 9.º ano de escolaridade (sem prejuízo de eventuais situações já existentes e enquadráveis no âmbito do previsto na Lei n.º 65/2015, de 03 de julho — 12 anos de escolaridade). O nível habilitacional exigido em função da idade é passível de ser substituído por experiência com a duração igual ou superior a um ano e/ou por formação adequada com a duração igual ou superior a 75 horas em área enquadrada nas competências/atribuições/atividades do posto de trabalho, ao abrigo do n.º 2 do artigo 34.º da LTFP.

3 — Apresentação de candidaturas.

3.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas por via eletrónica, mediante o preenchimento de formulário tipo, disponível para o efeito na página eletrónica da Freguesia de Monsaraz em <https://www.monsaraz.pt/> e remetidas para o endereço eletrónico geral@monsaraz.pt, com a seguinte indicação no assunto “Candidatura — Assistente Operacional”.

3.2 — A remessa da candidatura em suporte papel, deve ser efetuada de acordo com os artigos 104.º e seguintes do CPA, conforme previsto no n.º 3 do artigo 13.º da Portaria.



4 — Métodos de Seleção:

4.1 — Os métodos de seleção serão aplicados num único momento, podendo a Junta de Freguesia deliberar pela sua utilização faseada, desde que devidamente fundamentada, conforme previsto no n.º 4 do artigo 19.º da Portaria.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, no procedimento concursal em que o número de lugares a preencher seja de um ou dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação.

6 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

7 — O texto integral encontra-se publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP), acessível em www.bep.gov.pt e na página eletrónica da Freguesia: <https://www.monsaraz.pt/>.

23 de novembro de 2022. — O Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz, *Nuno Isidro Ambrósio Pinto*.

315911481



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PÓVOA DE SANTA IRIA E FORTE DA CASA

Aviso n.º 23051/2022

Sumário: Consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras da trabalhadora Cátia Sofia Castanheira Simões.

Consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras da trabalhadora Cátia Sofia Castanheira Simões

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por deliberação n.º 104 de 2018, da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, procede-se à consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras, na carreira geral de assistente técnica e na categoria de assistente técnica, da trabalhadora Cátia Sofia Castanheira Simões, que concluiu com sucesso o período experimental, tendo uma avaliação final de 15 (quinze) valores.

22 de novembro de 2022. — A Presidente da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, *Ana Cristina Martins Pereira*.

315907261



**UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTIAGO DO CACÉM,
SANTA CRUZ E SÃO BARTOLOMEU DA SERRA**

Aviso n.º 23052/2022

Sumário: Homologa a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum a termo certo para ocupação de um posto de trabalho para a carreira e categoria de assistente operacional.

**Procedimento concursal comum a termo certo para ocupação de 1 posto de trabalho,
para a carreira e categoria de assistente operacional**

Lista Unitária de Ordenação Final

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final relativa ao procedimento concursal comum a termo certo para ocupação de 1 posto de trabalho, para a carreira e categoria de assistente operacional, aberto pelo aviso n.º 17292/2022, publicado na 2.ª série, n.º 170 do *Diário da República* de 2 de setembro de 2022.

Candidatas Aprovadas:

- 1.º Dilar Isabel Alfredo Soda — 14,90;
- 2.º Helice Maria Vilhena Pereira Pinela Gonçalves — 11,70.

Candidata excluída por não ter comparecido à Entrevista Profissional de Seleção:

Tânia Cristina Dias Mendonça.

A Lista encontra-se afixada em local visível e público, no Edifício sede da União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra e publicitada na respetiva página eletrónica, em www.santiagocacem-stacruz-sbartolomeu.pt.

22 de novembro de 2022. — A Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, *Isabel Maria Borges Gonçalves Contente*.

315908014



FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE ANA LOURA

Aviso (extrato) n.º 23053/2022

Sumário: Procedimento concursal comum para contratação por tempo determinado de um assistente operacional (auxiliar de serviços gerais).

Procedimento Concursal Comum para Contratação por Tempo Determinado, de 1 assistente operacional (auxiliar de serviços gerais)

1 — No cumprimento do disposto na alínea *a)*, *ii)* do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e n.º 2 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por meu despacho de 8 de novembro de 2022, se encontra aberto, pelo período de dez dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, e na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal por tempo determinado, para o preenchimento de 1 (um) postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (auxiliar de serviços gerais), previstos e não ocupados no mapa de pessoal desta Junta de Freguesia.

2 — Caracterização dos postos de trabalho, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado:

Limpeza de interiores e exteriores;
Manutenção (pintura) e limpeza dos sanitários, balneários, parques desportivos e lavadouros;
Limpeza e manutenção de espaços ajardinados;
Apoio à escola;
Condução do material circulante da autarquia.

3 — Nível habilitacional exigido: Escolaridade obrigatória ajustável à idade, ou seja, nascidos até 31.12.1966: 4.º ano de escolaridade; nascidos entre 01.01.1967 e 31.12.1980: 6.º ano de escolaridade; nascidos entre 01.01.1981 e 31.12.1994: 9.º ano de escolaridade; nascidos após 31.12.1994: 12.º ano de escolaridade.

4 — Possuir carta de condução e Formação de Transporte Coletivo de Crianças.

5 — As demais informações necessárias constam da oferta publicitada integralmente na Bolsa de Emprego Público (BEP), em www.bep.gov.pt a partir do dia da publicação no *Diário da República*, do presente aviso, podendo ainda ser consultado aviso por extrato no *site* institucional da Junta de Freguesias, conforme referem os n.ºs 1 e 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

23 de novembro de 2022. — O Presidente da Junta, *Joaquim José Véstias*.

315909984

**FREGUESIA DE SÃO MARTINHO****Regulamento n.º 1155/2022**

Sumário: Alteração ao Regulamento do Parque de Estacionamento da Junta de Freguesia de São Martinho.

No uso da competência prevista na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que, na reunião do Executivo da Junta de Freguesia de São Martinho de 13 de julho de 2022 e na Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia de São Martinho de 28 de julho de 2022, foi aprovada a alteração ao regulamento do parque de estacionamento da Junta de Freguesia de São Martinho, que a seguir se transcreve:

Alteração ao Regulamento do Parque de Estacionamento da Junta de Freguesia de São Martinho**Nota Justificativa**

O Regulamento do Parque de Estacionamento da Junta de Freguesia de São Martinho, que foi aprovado pela Assembleia de Freguesia em 27 de junho de 2008, procedeu à regulação da utilização do parque de estacionamento subterrâneo, ordenando o uso, definindo condições de utilização e de taxas.

Atenta a experiência coletada na gestão do Parque de Estacionamento é promovida a presente revisão com o intuito de adaptar as disposições do regulamento à realidade de utilização do parque.

Neste sentido procedeu-se à reavaliação das condições de utilização e funcionamento do parque, possibilitando, através desta alteração, a utilização gratuita por parte dos utentes, durante os primeiros 15 minutos.

Por outro lado, procede à adaptação das disposições relativas à infrações ao presente regulamento ao Regime Geral das Contraordenações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Destaca-se, ainda, a limitação do estacionamento em lugares reservados ao piso -2, e a proibição de entrada de motociclos.

Os custos associados à alteração do presente regulamento, quer do ponto de vista administrativo, de afetação de pessoal próprio da Junta de Freguesia, permitirão a obtenção de benefícios resultantes do melhor aproveitamento do parque de estacionamento.

Deu-se oportunamente cumprimento ao disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não tendo sido constituídos quaisquer interessados no prazo de dez dias fixado para o efeito.

Não havendo interessados constituídos, não há lugar à audiência prevista no artigo 100.º do CPA.

Ainda, nos termos do disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 16.º e na alínea *f*) do n.º 1 do artigo 9.º, ambos do mesmo diploma, compete à Junta de Freguesia elaborar e submeter à aprovação da Assembleia de Freguesia os projetos de regulamentos externos da freguesia.

Assim, no uso das competências previstas pelo n.º 7 do artigo 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 16.º do supramencionado do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeteu-se à apreciação e aprovação da Assembleia de Freguesia a seguinte proposta de alteração ao regulamento.

Regulamento do Parque de Estacionamento da Junta de Freguesia de São Martinho**Artigo 1.º****Objeto**

O presente regulamento procede à alteração ao Regulamento do Parque de Estacionamento da Junta de Freguesia de São Martinho, aprovado pela Assembleia de Freguesia em 27 de junho de 2008.

Artigo 2.º

Alteração ao Regulamento do Parque de Estacionamento da Junta de Freguesia de São Martinho

O n.º 4 do artigo 3.º, o n.º 1 do artigo 7.º, o n.º 1 do artigo 8.º, o n.º 3 do artigo 10.º, o artigo 11.º, a epígrafe do artigo 13.º, o artigo 14.º, o artigo 15.º, o artigo 16.º, e o artigo 18.º, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º

[...]

1 — [...]

2 — [...]

3 — [...]

4 — É proibido o acesso a qualquer tipo de ciclomotores, motociclos, atrelados e autocaravanas.

[...]

18 — Os primeiros 15 minutos, a contar do momento na entrada do parque de estacionamento serão gratuitos.»

«Artigo 7.º

Estacionamento abusivo

1 — Entende-se por estacionamento abusivo, os veículos que:

a) Se encontrarem estacionados por um período igual o superior a 3 dias, sem que o respetivo utente proceda ao pagamento do montante das taxas correspondentes a esse período, com exceção dos veículos cujo estacionamento é pago mensalmente por cartão;

b) Estacionarem fora dos lugares destinados para esse efeito, incluindo nos locais destinados ao estacionamento de veículos de certas categorias.»

«Artigo 8.º

[...]

1 — [...]

a) [...]

b) [...]

c) Fazer uso não autorizado das tomadas de corrente e das instalações elétricas existentes no parque;

d) Introduzir no parque quaisquer substâncias ilegais ou para cuja posse seja necessária autorização legal de que o utente não seja beneficiário e portador;

e) Estacionar no parque veículo de que não seja legítimo proprietário, locatário ou beneficiário legal, a qualquer título, da respetiva utilização.

2 — [...]

«Artigo 10.º

[...]

1 — [...]

2 — [...]

3 — Não existem reservas de lugares de estacionamento para os possuidores de cartão mensal, devendo o estacionamento ser efetuado em qualquer lugar disponível no piso -2.»

«Artigo 11.º

[...]

As reclamações poderão ser registadas em livro próprio existente na Junta de Freguesia de São Martinho.»

«Artigo 13.º

Fiscalização»

«Artigo 14.º

[...]

É da competência do Presidente da Junta a instauração de processos de contraordenação e a aplicação das coimas previstas neste Regulamento.»

«Artigo 15.º

[...]

1 — A determinação da medida da coima far-se-á nos termos do Regime da Contraordenações considerando, sempre a gravidade da contraordenação, a culpa, a situação económica do agente e o benefício económico que este retirou da prática da contraordenação.

2 — (revogado)

3 — [...].»

«Artigo 16.º

[...]

1 — A violação das disposições do n.º 1 do artigo 6.º, do n.º 1 do artigo 8.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º, constitui contraordenação punível com coima de 50,00 EUR (cinquenta euros) a 750,00 EUR (setecentos e cinquenta euros).

2 — O pagamento voluntário da coima é feito pelo valor mais baixo.»

«Artigo 18.º

[...]

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte após a sua publicação no *Diário da República*.»

Artigo 3.º

Aditamento ao Regulamento do Parque de Estacionamento da Junta de Freguesia de São Martinho

É aditado o artigo 13.º-A:

«Artigo 13.º-A

Regime aplicável

Sem prejuízo da responsabilidade civil e ou penal, regulada pelas correspondentes leis, as infrações ao disposto no presente regulamento constituem ilícitos de mera ordenação social.»

Artigo 4.º

Revogação do Anexo II e do Anexo III do Regulamento do Parque de Estacionamento da Junta de Freguesia de São Martinho

O Anexo II e o Anexo III são revogados.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente alteração entra em vigor no dia seguinte após a sua publicação no *Diário da República*.

Artigo 6.º

Republicação

O regulamento do parque de estacionamento da Junta de Freguesia de São Martinho é republicado em anexo.

ANEXO

Regulamento do Parque de Estacionamento da Junta de Freguesia de São Martinho

Artigo 1.º

Objeto e designação

1 — O presente Regulamento destina-se a regular as condições de acesso e utilização do parque de estacionamento subterrâneo para 180 veículos ligeiros (10 reservados para veículos conduzidos por pessoas portadoras de deficiência, identificadas com o respetivo cartão e grávidas) em regime de estacionamento periódico sem reserva de lugar.

2 — A planta e *layout* do parque mostram-se representados no Anexo I, que constitui parte integrante do presente Regulamento.

3 — O Parque de Estacionamento adota a designação de “Parque de Estacionamento da Freguesia de São Martinho”.

Artigo 2.º

Condições Gerais

1 — As disposições do presente Regulamento estarão afixadas e disponíveis para consulta, no posto de pagamento assistido, situada no Parque -1 e no Portal da Junta de Freguesia de São Martinho.

2 — O parque de estacionamento é administrado e explorado pela Junta de Freguesia de São Martinho, que disponibiliza o espaço para o estacionamento dos veículos, efetua a conservação e manutenção das instalações, zela pela sua limpeza e higiene e promove a cobrança das taxas.

3 — A Junta de Freguesia poderá concessionar o parque de estacionamento a empresas.

Artigo 3.º

Princípios de Funcionamento do Parque de Estacionamento

1 — O acesso dos utentes ao parque de estacionamento, bem como a entrada e saída de viaturas é feito pelo Caminho de São Martinho.

2 — Só é permitido o acesso de veículos com altura máxima de 2,15 metros.

3 — É proibido o acesso de veículos que utilizem GPL, como carburante.

4 — É proibido o acesso a qualquer tipo de ciclomotores, motociclos, atrelados e autocaravanas.

5 — Para obter a abertura da barreira do parque, o utente deve retirar o bilhete codificado de acesso, da máquina colocada na entrada do parque, sobre a esquerda do condutor. Este bilhete terá impresso a data e a hora de entrada.

6 — Para abertura da barreira de saída, o utente deverá inserir o bilhete no leitor, após o devido pagamento. O sistema, ao reconhecer o bilhete pago, faz abrir a barreira.

7 — No caso de se deparar com algum problema, deverá contactar o posto de pagamento assistido, através do intercomunicador existente na máquina que controla a saída.

8 — Os veículos só podem estacionar nos lugares identificados com um retângulo pintado no pavimento.

9 — Se não tiver efetuado o devido pagamento ou se não apresentar o recibo na máquina de saída, o utente deverá desobstruir a via de saída.

10 — A não apresentação do respetivo bilhete de estacionamento será resolvida de acordo com os n.ºs 3 e 4 do Artigo 12.º, não dispensando o cumprimento do procedimento descrito no ponto anterior.

11 — Os portadores de cartões deverão validar os mesmos à entrada e à saída do parque.

12 — O pagamento da quantia corresponde à duração da estada no parque será efetuado na caixa de pagamento automático ou no posto de pagamento assistido, antes do utente retirar o veículo do local do estacionamento.

13 — Após o pagamento, o utente dispõe de 10 minutos, para sair com o veículo do parque.

14 — Se não retirar a viatura neste espaço de tempo, validando o bilhete na máquina que abre a barreira de saída, terá de pagar o valor correspondente ao período iniciado.

15 — Um recibo da quantia paga é obtido no ato do pagamento, onde constará a hora limite de saída e a quantia paga.

16 — O período de funcionamento do parque é estabelecido pela Junta de Freguesia e afixado em lugar visível no parque de estacionamento.

17 — As viaturas estacionadas depois do limite fixado para o encerramento do parque só poderão ser retiradas no dia seguinte, depois da respetiva abertura, excepcionando-se as situações de segurança das instalações e os casos autorizados.

18 — Os primeiros 15 minutos, a contar do momento na entrada do parque de estacionamento serão gratuitos.

Artigo 4.º

Circulação no Parque

1 — A circulação no interior do parque de estacionamento é feita em conformidade com as regras estabelecidas pelo Código da Estrada.

2 — A circulação no interior do parque não poderá exceder a velocidade de 10 km/hora.

3 — Os veículos dentro do Parque deverão obrigatoriamente circular com as luzes médias acesas.

4 — Não é permitido o emprego de sinais sonoros dentro dos limites do parque.

Artigo 5.º

Acesso de pessoas

1 — O parque está reservado aos utentes estando o seu acesso e circulação interior interditos a quem não o pretenda utilizar e nele não tenha viatura.

2 — Em caso de acesso indevido, o vigilante providenciará a imediata saída do parque da pessoa ou pessoas em causa, podendo para o efeito solicitar a intervenção da Polícia.

Artigo 6.º

Utilização do Parque

1 — O parque está reservado exclusivamente a estacionamento de veículos automóveis e às operações a ele diretamente respeitantes, sendo proibido:

- a) A lavagem dos veículos, bem como qualquer operação de manutenção e lubrificação destes;
- b) A reparação de veículos, salvo se for indispensável à respetiva remoção ou, tratando-se de avarias de fácil reparação, ao prosseguimento da marcha;
- c) Quaisquer transações, negociações, desempacotamento ou venda de objetos, afixação e distribuição de folhetos, ou outra forma de publicidade, salvo se com a autorização expressa da Junta de Freguesia de São Martinho;
- d) O uso das rampas de acesso entre os níveis, pelos peões, os quais deverão utilizar as passagens e acessos que lhe são reservados;
- e) O acesso de animais.

2 — Os veículos avariados no interior do parque serão rebocados a expensas do utente.

3 — A Junta de Freguesia de São Martinho, poderá desenvolver a sua exploração publicitária afetando os espaços de acesso e de circulação disponíveis desde que não prejudiquem as normas de segurança rodoviária aplicáveis.

Artigo 7.º

Abandono e remoção de veículos

1 — Entende-se por estacionamento abusivo, os veículos que:

- a) Se encontrarem estacionados por um período igual ou superior a 3 dias, sem que o respetivo utente proceda ao pagamento do montante das taxas correspondentes a esse período, com exceção dos veículos cujo estacionamento é pago mensalmente por cartão;
- b) Estacionarem fora dos lugares destinados para esse efeito, incluindo nos locais destinados ao estacionamento de veículos de certas categorias.

2 — No caso de existir estacionamento abusivo, o veículo poderá ser removido de acordo com o código da estrada.

3 — As viaturas abusivamente estacionadas poderão ser bloqueadas como medida de segurança, sendo desbloqueados contra pagamento do tempo que tiverem permanecido no parque, de acordo com a tabela de taxas em vigor.

Artigo 8.º

Segurança Geral

1 — Por razões de segurança será proibido:

- a) Introduzir e/ou guardar no parque substâncias explosivas ou materiais, instrumentos e ou utensílios combustíveis, inflamáveis ou tóxicos, suscetíveis de causarem riscos de incêndio ou explosão;
- b) Fazer fogo;
- c) Fazer uso não autorizado das tomadas de corrente e das instalações elétricas existentes no parque;
- d) Introduzir no parque quaisquer substâncias ilegais ou para cuja posse seja necessária autorização legal de que o utente não seja beneficiário e portador;
- e) Estacionar no parque veículo de que não seja legítimo proprietário, locatário ou beneficiário legal, a qualquer título, da respetiva utilização.

2 — Em caso de incidente de qualquer natureza (incêndio, inundação, corte de energia, paragem de ventilação, etc.) os utentes deverão respeitar e obedecer às orientações dadas pelos responsáveis do parque e/ou pelos serviços de socorro e segurança.

Artigo 9.º

Responsabilidade dos utentes e da Junta de Freguesia de São Martinho

1 — O estacionamento e a circulação no parque são da responsabilidade dos utentes, condutores e proprietários dos veículos, nas condições constantes da legislação vigente.

2 — Os condutores são responsáveis pelos acidentes e prejuízos que provoquem, por inabilidade, negligência ou qualquer outra causa, inclusivamente na sequência de violação das normas do presente regulamento.

3 — Os utentes que provoquem danos em outras viaturas ou nas instalações do parque devem imediatamente dar conhecimento ao vigilante do Parque.

4 — Em caso de imobilização accidental de um veículo numa via de circulação do parque, o seu condutor obriga-se a tomar todas as disposições para evitar os riscos de acidente.

5 — O utente do parque apenas terá direito a estacionar o automóvel e não a guardá-lo ou depositá-lo. O parque de estacionamento funciona para efeitos de Responsabilidade Civil, como extensão da via pública, destinando-se o sistema de controlo de acessos apenas à medição, cobrança e faturação do tempo de permanência de cada veículo.

6 — O pagamento da taxa por ocupação de lugares de estacionamento não constitui a Junta de Freguesia de São Martinho em qualquer tipo de responsabilidade perante o utilizador, designadamente por eventuais furtos, perda ou danos dos veículos parqueados, ou de bens que se encontrem no seu interior.

7 — Excecionalmente poderá ser autorizado o alargamento do horário de funcionamento do Parque, nomeadamente por motivos festivos ou por ocasiões relevantes, sendo essas alterações afixadas por Edital em lugar visível.

8 — Todos os objetos pertencentes a terceiros que forem encontrados abandonados, serão depositados à guarda e devidamente registados sendo entregues a quem provar a respetiva propriedade.

Artigo 10.º

Cartões

1 — Podem ser adquiridos cartões mensais, para ocupação de lugar de estacionamento, para residentes e não residentes e empresas.

2 — São considerados residentes os cidadãos recenseados e que tenham residência permanente na Freguesia de São Martinho, bem como as empresas nela sedeadas.

3 — Não existem reservas de lugares de estacionamento para os possuidores de cartão mensal, devendo o estacionamento ser efetuado em qualquer lugar disponível no piso -2.

4 — A impossibilidade temporária de estacionamento não confere ao utilizador qualquer direito ao ressarcimento do valor pago.

5 — O pagamento mensal do cartão será feito até ao dia 2 do mês a que dizem respeito, na Junta de Freguesia de São Martinho.

6 — A perda do cartão obriga à emissão de um novo, implicando o pagamento de uma taxa fixada pela Junta de Freguesia de São Martinho.

Artigo 11.º

Reclamações

As reclamações poderão ser registadas em livro próprio existente na Junta de Freguesia de São Martinho.

Artigo 12.º

Taxas

1 — As taxas são aprovadas pela Assembleia de Freguesia e encontram-se afixadas na entrada do parque e nos postos de pagamento e são as constantes do “Anexo II”.

2 — É adotado o princípio do fracionamento em períodos máximos de 15 minutos, devendo o utente pagar a fração ou frações do tempo de estacionamento que utilizou, ainda que as não tenha utilizado até ao seu esgotamento.

3 — Nos estacionamentos de curta duração (até 24 horas) em caso de extravio do título de estacionamento será cobrado o valor correspondente à taxa máxima diária de estacionamento do dia em falta.

4 — Nos estacionamentos de longa duração (mais de 24 horas), em caso de extravio do título de estacionamento serão cobradas coimas a serem aprovadas pela Assembleia de Freguesia.

5 — Estão isentos de pagamento de taxas os veículos em missão urgente de socorro ou polícia, as viaturas municipais e as que estejam ao serviço da Junta de Freguesia, bem como os eleitos e funcionários da Junta de Freguesia de São Martinho.

Artigo 13.º

Fiscalização

A fiscalização das disposições do presente Regulamento compete, nos termos gerais, à Junta de Freguesia.

Artigo 13.º-A

Regime aplicável

Sem prejuízo da responsabilidade civil e ou penal, regulada pelas correspondentes leis, as infrações ao disposto no presente regulamento constituem ilícitos de mera ordenação social.

Artigo 14.º

Instauração de processos

É da competência do Presidente da Junta a instauração de processos de contraordenação e a aplicação das coimas previstas neste Regulamento.

Artigo 15.º

Determinação da medida da coima

1 — A determinação da medida da coima far-se-á nos termos do Regime da Contraordenações considerando, sempre a gravidade da contraordenação, a culpa, a situação económica do agente e o benefício económico que este retirou da prática da contraordenação.

2 — (revogado)

3 — A negligência é punível.

Artigo 16.º

Coimas

1 — A violação das disposições do n.º 1 do artigo 6.º, do n.º 1 do artigo 8.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º, constitui contraordenação punível com coima de 50,00 EUR (cinquenta euros) a 750,00 EUR (setecentos e cinquenta euros).

2 — O pagamento voluntário da coima é feito pelo valor mais baixo.

Artigo 17.º

Lacunas e omissões

1 — As dúvidas de interpretação bem como as lacunas do presente Regulamento são resolvidas mediante deliberação da Junta de Freguesia.

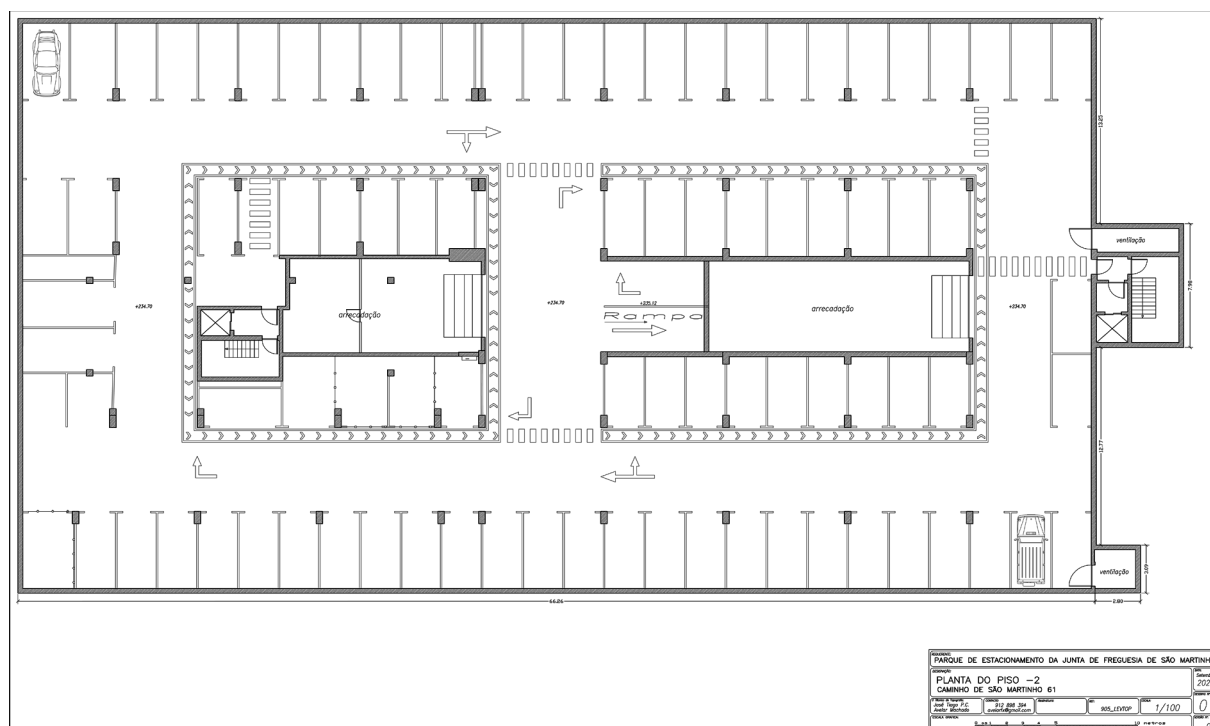
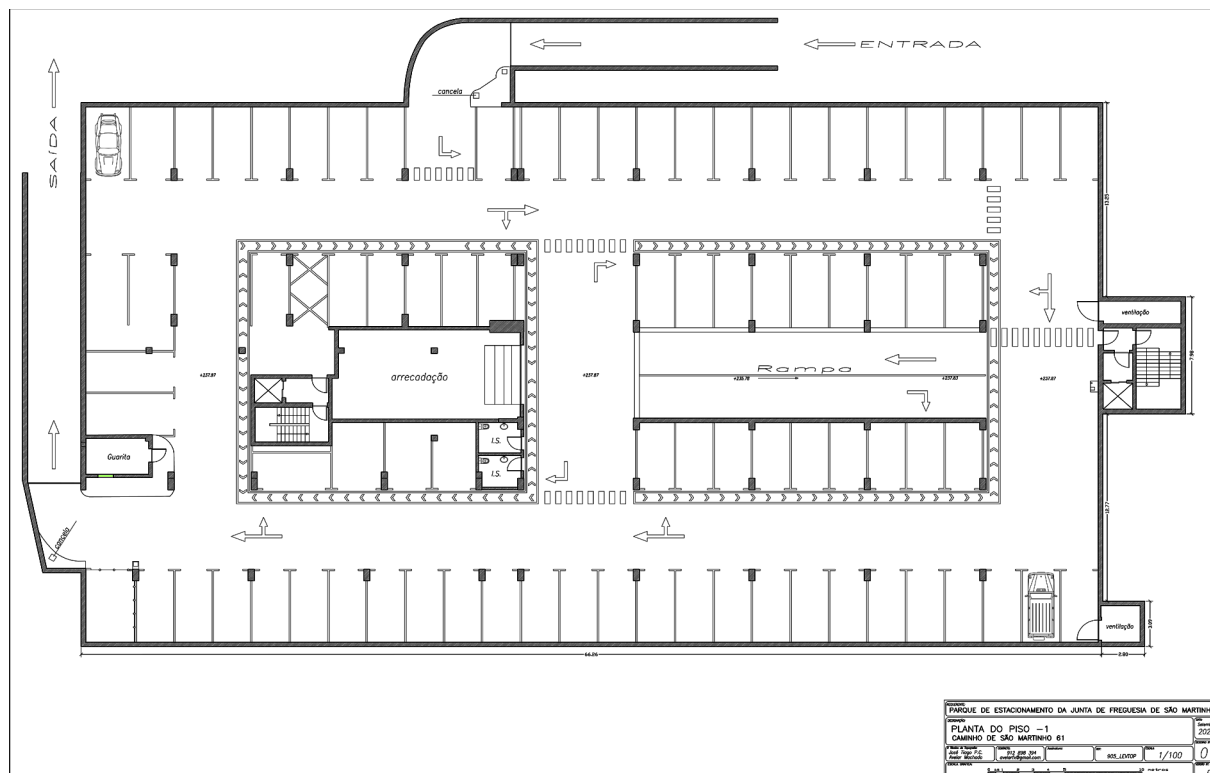
2 — Em todos os casos omissos serão aplicadas as regras previstas na legislação existente, nomeadamente no Código da Estrada.

Artigo 18.º

Vigência

A presente alteração entra em vigor no dia seguinte após a sua publicação no *Diário da República*.

ANEXO I





ANEXO II

(revogado)

ANEXO III

(revogado)

9 de agosto de 2022. — O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, *Marco Paulo Teixeira Gonçalves*.

315603243



FREGUESIA DE VILA NOVA DE MILFONTES

Aviso n.º 23054/2022

Sumário: Homologação das listas unitárias de ordenação final de procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional.

Homologação das Listas Unitárias de Ordenação Final de procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional

Em cumprimento do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 janeiro, torna-se público que as Listas Unitárias de Ordenação Final, acompanhadas das restantes deliberações do júri, do procedimento concursal comum, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional para o vínculo de emprego público por tempo indeterminado e de um posto de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional para o vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto, publicado no *Diário da República* pelo Aviso (extrato) n.º 15950/2022, 2.ª série — n.º 154 — 10 de agosto, retificado no *Diário da República* pela Declaração de Retificação n.º 729/2022, 2.ª série — n.º 159 de 18 de agosto, e na Bolsa de Emprego Público com os códigos de oferta n.º OE202208/0336 e OE202208/0339, respetivamente, foi homologada em reunião de Órgão Executivo no dia 23 de novembro de 2022. A referida Lista encontra-se publicitada em local público e visível, nas instalações da Freguesia de Vila Nova de Milfontes e na página eletrónica (<https://jf-vnmilfontes.pt/pt/>).

24 de novembro de 2022. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Francisco Lampreia*.

315914292



SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE CASTELO BRANCO

Aviso n.º 23055/2022

Sumário: Conclusão com sucesso do período experimental de Nuno Pimenta Oliveira.

Conclusão com sucesso do período experimental de Nuno Pimenta Oliveira

Para os devidos efeitos torna-se público que, nos termos do disposto nos artigos 45.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi homologada pelo Conselho de Administração destes Serviços, em reunião de 03 de outubro de 2022, a conclusão com sucesso do período experimental do trabalhador Nuno Pimenta Oliveira, admitido na sequência de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para a carreira/categoria de Técnico Superior (Engenharia Civil), conforme Aviso n.º 13736/2021, do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 19 de julho.

7 de outubro de 2022. — O Presidente do Conselho de Administração, *Leopoldo Martins Rodrigues*.

315914787



SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE CASTELO BRANCO

Aviso n.º 23056/2022

Sumário: Designação de oficial público dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Designação de Oficial Público dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco

Conforme estabelecido na alínea *b*), do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Presidente da Câmara Municipal designar o trabalhador que serve de Oficial Público para lavrar todos os contratos nos termos da lei.

Assim, ao abrigo das competências acima referidas, foi designada a Dr.ª Helena Raquel Branco Mendes, Técnica Superior do Gabinete Jurídico, para exercer as funções de Oficial Público dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, sendo substituída nas suas faltas e impedimentos pelo trabalhador Raúl António Rodrigues Antunes, Coordenador Técnico da Secção de Compras e Armazém da Divisão Administrativa e Financeira.

17 de outubro de 2022. — O Presidente do Conselho de Administração, *Leopoldo Martins Rodrigues*.

315915037



SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 23057/2022

Sumário: Denúncia de contrato do trabalhador João Tiago Pires Costa Cavalheiro.

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, faz-se público que o Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza) João Tiago Pires Costa Cavalheiro, posicionado na posição 4, nível 4 da tabela remuneratória única, cessou o vínculo de emprego público com estes Serviços Municipalizados em 21/10/2022, por motivo de denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

21 de novembro de 2022. — A Presidente do Conselho de Administração, *Carlota Gonçalves Borges*.

315900084



SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 23058/2022

Sumário: Lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum para ocupação de cinco postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional (cantoneiro de limpeza).

No seguimento do procedimento concursal para contrato por tempo indeterminado de Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza) cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, aviso n.º 16144/2022, de 12/08/2022, bem como na Bolsa de Emprego Público com a referência OE202208/0406, torna-se público, que o Conselho de Administração reunido a 10 de novembro de 2022 deliberou homologar a lista unitária de ordenação final dos candidatos, a qual se encontra afixada na sede destes Serviços e publicitada na página eletrónica em www.smvc.pt, nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019 de 30 de abril, na redação da Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro,

21 de novembro de 2022. — A Presidente do Conselho de Administração, *Carlota Gonçalves Borges*.

315902499



SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 23059/2022

Sumário: Celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado na categoria de assistente operacional.

Em conformidade com o disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal para contrato por tempo indeterminado de Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza) cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, Aviso n.º 16144/2022, de 12/08/2022, bem como na Bolsa de Emprego Público com a referência OE202208/0406, foram celebrados contratos de trabalho por tempo indeterminado, com produção de efeitos a 21 de novembro de 2022, ficando posicionados na Posição 4 e nível 4 da tabela remuneratória única (705,00 €), os seguintes trabalhadores:

Mónica Susana Araújo Vilaça;
Vítor José Torres Pontes;
Ricardo Jorge Fernandes Lopes;
Diogo Henrique Mendes do Rosário Pacheco;
Carlos Daniel Dias Barros.

21 de novembro de 2022. — A Presidente do Conselho de Administração, *Carlota Gonçalves Borges*.

315902036

**ASSOCIAÇÃO DE INFORMÁTICA DA REGIÃO CENTRO (AIRC)****Aviso n.º 23060/2022**

Sumário: Celebração de contratos por tempo indeterminado na carreira (não revista) de especialista de informática com Rosélia Ramalho Lopes Baptista, Pedro Miguel Ribeiro Cruz e Serge Ramos Nunes.

**Celebração de Contratos por Tempo Indeterminado na carreira (não revista)
de Especialista de Informática,
com Rosélia Ramalho Lopes Baptista, Pedro Miguel Ribeiro Cruz e Serge Ramos Nunes**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência e após celebração de contratos decorrentes de Concurso Externo de Ingresso para ocupação de postos de trabalho na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado na carreira (não revista) de Especialista de Informática — área de Desenvolvimento (Engenharia de Software) —, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal da Associação de Informática da Região Centro (AIRC), aberto por Aviso n.º 1181/2022 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 18 de janeiro de 2022, tendo sido autorizado por meu Despacho, de 6 de outubro de 2022, proceder ao recrutamento de candidato(a)s que se encontrem em Reserva de Recrutamento Interna resultante do Concurso Externo publicitado no referido Aviso para ocupação de três (3) postos de trabalho igualmente previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal; e após negociação do posicionamento remuneratório, nos termos previstos na alínea a), do n.º 1, do artigo 38.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (índice 480, correspondendo à remuneração 1 667,55 € ou índice 400, correspondendo à remuneração de 1 389,64 €, quando em estágio de ingresso na carreira, nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março), foram celebrados contratos de trabalho por tempo indeterminado, com início a 2 de novembro de 2022, iniciando-se também nesta data o respetivo período experimental/estágio de 6 meses, com os seguintes candidatos:

Rosélia Ramalho Lopes Baptista
Pedro Miguel Ribeiro Cruz
Serge Ramos Nunes

Para efeitos do estipulado no artigo 46.º conjugado com os n.ºs 3 e 4 do artigo 45.º, ambos do anexo à Lei n.º 35/2014, o júri do período experimental será o mesmo do Concurso Externo de Ingresso supracitado.

21 de novembro de 2022. — O Presidente do Conselho Diretivo da AIRC, *Prof. Doutor José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva*.

315903332

IATV — INSTITUTO DO AMBIENTE, TECNOLOGIA E VIDA**Edital n.º 1825/2022**

Sumário: Procedimento concursal, com a referência IATV/20/D02R, para contratação de doutorado(a), em regime de contrato individual de trabalho a termo incerto, para a área científica de Engenharia Mecânica e dos Materiais.

Concurso para Contratação de Doutorado(a)

O Instituto do Ambiente, Tecnologia e Vida (IATV) torna público que se encontra aberto, pelo prazo de 7 dias úteis, a contar do dia útil imediato ao da publicação do presente aviso de abertura no *Diário da República*, procedimento concursal, com a referência IATV/20/D02R, para a contratação de doutorado(a), em regime de contrato individual de trabalho a termo incerto, ao abrigo do Código do Trabalho, do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, na sua redação atual, do Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro, e demais legislação aplicável, para a área científica de Engenharia Mecânica e dos Materiais, no âmbito do financiamento do Programa Operacional Centro 2020 (operação CENTRO-04-3559-FSE-000142), domínio Temático da Competitividade e Emprego, através do Fundo Social Europeu (FSE), de acordo com os procedimentos abaixo enunciados.

I — Local de trabalho e remuneração mensal:

I.1 — Local de trabalho: As atividades serão realizadas funcionalmente nas infraestruturas Tecnológicas do INTERFACE@UC, em Coimbra, podendo envolver atividades de campo a realizar em instalações adicionais da UC ou de parceiros/clientes, em Portugal e/ou no estrangeiro.

I.2 — Atividades a desempenhar:

a) Planear, dinamizar, gerir e monitorizar as atividades da plataforma tecnológica FIRELAB, estrutura do INTERFACE@UC.

b) Implementação do sistema de acreditação de métodos na plataforma tecnológica FIRELAB e promover a melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade

c) Desenvolver atividades de interface entre a Plataforma tecnológica FIRELAB, o poder local e regional e o setor empresarial regional e nacional.

d) Participar em projetos de investigação nacionais e/ou internacionais, na preparação das candidaturas e respetivo desenvolvimento e implementação.

e) Desenvolver atividades de investigação e desenvolvimento e transferência de tecnologia para a Indústria, relacionados com o desenvolvimento de projetos demonstradores, e projetos de investigação, em contexto industrial.

f) Planear e executar ensaios laboratoriais.

g) Fazer manutenção de equipamento laboratorial.

I.3 — Remuneração mensal ilíquida: €2 153,94, correspondente ao nível remuneratório 33 da Tabela Remuneratória Única, nos termos previstos no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, e no Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro.

I.4 — Duração

O contrato é celebrado a termo incerto com fundamento na execução de serviço determinado, precisamente definido e não duradouro, nos termos previstos na alínea g) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, conjugado com o n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, na sua redação atual, concretamente para a execução do projeto financiado e demais atividades associadas ao desenvolvimento, valorização e transferência do conhecimento científico e novas tecnologias das Plataformas Tecnológicas da UC para as empresas, nos termos do Protocolo estabelecido com a Universidade de Coimbra.

II — Requisitos de Admissão:

II.1 — Ao concurso podem ser opositores(as) candidatos(as) nacionais, estrangeiros(as) e apátridas com 18 anos de idade ou mais.

II.2 — Ser, à data do termo do prazo para apresentação de candidaturas, titular do grau de doutor, na área ou em alguma das áreas científicas para as quais é aberto o concurso, ou em área conexas que, complementada com o percurso científico, mostre capacidade para trabalhar com centralidade em alguma das áreas científicas para as quais é aberto o concurso.

II.3 — Caso não seja falante nativo da língua portuguesa ou inglesa, ser detentor/a das competências linguísticas ao nível C1 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR) em, pelo menos, uma das duas línguas.

II.4 — Os(as) candidatos(as) deverão ter competências comprovadas para a realização das diversas atividades propostas no plano de trabalhos.

II.5 — Capacidade para estabelecer parcerias internacionais com vista à utilização das técnicas de ensaio não disponíveis na Universidade de Coimbra.

III — Formalização de candidaturas

III.1 — Instrução da candidatura: As candidaturas devem ser apresentadas por e-mail para o endereço iatv@uc.pt, devendo obrigatoriamente indicar a referência do procedimento (IATV/20/D02R)

Os documentos devem ser apresentados em formato pdf.

III.2 — Documentos a entregar:

III.2.1 — *Curriculum Vitae*, devidamente datado e assinado, relativo aos últimos cinco anos (ou ao período alargado a que haja lugar por decisão do júri, se requerido pelo/a candidato/a, com fundamento em suspensão da atividade científica por razões socialmente protegidas, nomeadamente, por motivos de licença de parental, doença grave prolongada, e outras situações de indisponibilidade para o trabalho legalmente tuteladas, caso em que o/a candidato/a deve indicar o período de avaliação pretendido e anexar documento comprovativo do fundamento invocado).

O *Curriculum Vitae* deve conter um preâmbulo do qual conste, se existir, o histórico de todas as relações contratuais do/a candidato/a nos últimos cinco anos (ou no período alargado a que tem direito) e respetivos períodos, identificando a categoria detida, a natureza do vínculo e a respetiva área científica e explicitando, com exatidão, o vínculo laboral detido e a instituição onde exerce funções à data da candidatura. Deve ainda incluir uma sinopse fundamentada, que demonstre que o/a candidato/a possui especialidade adequada à área ou áreas científicas para as quais é aberto o concurso.

O/A candidato/a deve ainda organizar o seu *Curriculum Vitae* de forma a responder separadamente a cada um dos critérios enunciados no ponto IV.2. e respetivos subpontos, bem como, sob pena de exclusão, identificar e fundamentar, de entre os trabalhos por si produzidos, quais os 3 a 6 que considera serem as suas mais significativas contribuições na perspetiva de cada critério de avaliação, explicitados em IV.2.

III.2.2 — Cópia dos certificados de habilitações. Os/As opositores/as ao concurso que sejam detentores/as do grau de doutor obtido no estrangeiro devem, até ao termo do prazo de candidatura, sob pena de exclusão:

Comprovar o respetivo reconhecimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, ou, juntar prova de que o requereram, nos termos do referido diploma legal.

A não apresentação do reconhecimento do grau no momento da contratação, nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, é motivo de exclusão.

III.2.3 — Cópia autonomizada (um ficheiro PDF por trabalho) dos 3 trabalhos que o/a candidato/a considera melhor representarem as suas mais significativas contribuições para o avanço do conhecimento na área ou áreas para as quais é aberto o concurso.

III.2.4 — Cópia de todos os demais trabalhos mencionados no *Curriculum Vitae*.

III.2.5 — Carta de motivação.

III.2.6 — Quaisquer outros elementos que o/a candidato/a considere relevantes.

III.3 — Todos os documentos de candidatura indicados no ponto III.2. devem ser apresentados em língua portuguesa ou inglesa, com exceção dos indicados em III.2.4. e III.2.6. que poderão ser entregues noutra língua, se deles não existir versão em português ou inglês. Sempre que os originais dos documentos referidos em III.2.2. e III.2.3. estejam produzidos em língua diferente, deve ser entregue documento de tradução para a língua portuguesa ou inglesa. Excetuam-se os diplomas que possam estar escritos em latim, não sendo necessária tradução.

III.4 — Não serão admitidas candidaturas que não estejam devidamente instruídas ou não preencham os critérios formais de admissão ao concurso, nos termos definidos na legislação vigente e no presente aviso. A apresentação de qualquer documentação exigida fora do prazo estipulado determina igualmente a não admissão ao concurso.

III.5 — O presente concurso cessa com a ocupação dos postos de trabalho ou, quando os postos não possam ser totalmente ocupados, por inexistência ou insuficiência de candidatos/as à prossecução do concurso.

IV — Método e critérios de seleção

IV.1 — Métodos de seleção: Avaliação do percurso científico e curricular [APC (50 %)] e a Entrevista [E (50 %)].

IV.2 — Na avaliação do percurso científico e curricular será considerado o desempenho científico do/a candidato/a nos últimos cinco anos ou no período alargado em avaliação, se aceite pelo júri, na área ou áreas para as quais é aberto o concurso, com a ponderação de 50 %, considerando a produção científica, técnico-científica, tecnológica, cultural ou artística: Relevância, qualidade, atualidade e reconhecimento nacional e internacional da produção científica, tecnológica, com grande ênfase nos trabalhos indicados pelos/as candidatos/as como as suas mais significativas contribuições para o avanço do conhecimento;

IV.3 — A avaliação do percurso científico e curricular é efetuada de acordo com os critérios e ponderações definidos em IV.2., sendo devidamente fundamentada e expressa pelo júri em escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas.

IV.4 — A avaliação da entrevista é efetuada de acordo com os critérios e ponderações definidas em IV.2., sendo devidamente fundamentada e expressa pelo júri em escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, e visa exclusivamente a clarificação de aspetos relacionados com os resultados da investigação dos/as candidatos/as. A entrevista é pública, podendo a esta assistir todos/as os/as interessados/as.

IV.5 — Todos/as os/as candidatos/as que reúnam os requisitos de admissão são sujeitos à avaliação do percurso científico e curricular a realizar de acordo com os critérios e ponderações definidas em IV.2. e IV.3. No entanto, apenas serão admitidos/as à entrevista e nela ordenados/as os/as 4 candidatos/as aprovados/as e melhor posicionados/as na ordenação resultante da avaliação do percurso científico e curricular.

IV.6 — São excluídos do procedimento os/as candidatos/as que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos, não lhes sendo aplicado o método seguinte, caso exista, bem como os/as candidatos/as que aos mesmos não tenham comparecido ou deles tenham desistido.

IV.7 — A classificação final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (APC \times 50 \%) + (E \times 50 \%)$$

V — Processo de seleção

V.1 — Primeira reunião:

V.1.1 — O júri delibera, primeiramente, sobre a admissão e exclusão de candidaturas. No caso de incumprimento, ou cumprimento parcial, de algum dos requisitos definidos no ponto III. do aviso, o júri decide se essa insuficiência impede a consideração da candidatura, ou se, não tendo impacto relevante no processo de avaliação, a candidatura pode mesmo assim ser admitida.

V.1.2 — Após a admissão e exclusão dos/as candidatos/as, o júri inicia os procedimentos relativos à aplicação faseada dos métodos de seleção. O júri aplica, à totalidade dos/as candidatos/as admitidos/as, a avaliação do percurso científico e curricular. Apenas será tido em conta o mérito e, consequentemente, valorada a experiência prévia do/a candidato/a na área ou áreas científicas para as quais o concurso é aberto, de acordo com os critérios de seleção e os parâmetros de avaliação enunciados no presente aviso, abstendo-se o júri de apreciar ou valorar o mérito e experiência do/a candidato/a noutras áreas. A ordenação dos/as candidatos/as em sede de APC resulta da ordenação numérica da classificação atribuída a cada candidato/a.

V.1.3 — A notificação dos/as candidatos/as excluídos/as e dos/as candidatos/as admitidos/as à entrevista, é feita por e-mail.

V.2 — Segunda reunião:

V.2.1 — O júri realiza a entrevista aos/às candidatos/as admitidos/as a este método. A entrevista de cada candidato/a tem a duração máxima de uma hora, podendo, por decisão do Presidente do Júri, ser prolongada por mais meia hora. Apenas será tido em conta o mérito e, consequentemente, valorada a experiência prévia do/a candidato/a na área ou áreas científicas para as quais o concurso é aberto. Compete ao Presidente do Júri conduzir a entrevista, sem prejuízo de haver intervenção dos demais elementos do júri na interação com o/a candidato/a. A entrevista decorre em língua portuguesa, exceto se o/a candidato/a ou algum elemento do júri não a dominar, caso em que o Presidente do Júri pode decidir pelo uso da língua inglesa.

V.2.2 — A não comparência à entrevista na hora e local previamente marcados é motivo de exclusão do concurso. Os/As candidatos/as a quem tenha sido deferida a realização da entrevista por teleconferência e que na hora agendada não se encontrem disponíveis para o efeito por qualquer razão, consideram-se igualmente excluídos/as por não comparência.

V.2.3 — Após a realização das entrevistas e classificação das mesmas, o júri estabelece a classificação final e ordena os/as candidatos/as aprovados/as em ambos os métodos, aplicando a fórmula prevista no ponto IV.7. do aviso.

V.2.4 — A notificação do projeto de decisão final aos/às candidatos/as, que contém a lista com a proposta de ordenação dos/as candidatos/as aprovados/as, bem como a lista dos/as candidatos/as excluídos/as, é efetuada por e-mail.

V.3 — Os/As candidatos/as podem, querendo, pronunciar-se em sede de audiência dos interessados sobre o projeto de decisão final, nos termos previstos no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). A contagem do prazo inicia-se com a notificação do projeto de decisão.

V.4 — Terceira reunião:

V.4.1 — Caso algum/a candidato/a exerça o seu direito de pronúncia em sede de audiência de interessados, o júri realiza uma terceira reunião onde apreciará as alegações apresentadas, sendo as deliberações do júri notificadas aos/às candidatos/as por e-mail.

V.4.2 — Caso o júri entenda que as alegações são procedentes, procederá em conformidade com as deliberações por si tomadas, disso notificando os/as candidatos/as por e-mail.

V.4.3 — Caso o júri entenda que as alegações são improcedentes, depois da notificação aos/às candidatos/as remeterá o processo para homologação pelo dirigente máximo do IATV.

V.5 — Todos/as os/as candidatos/as serão notificados/as da decisão final, por e-mail, podendo o processo de concurso ser consultado pelos/as candidatos/as, mediante prévio agendamento, solicitado através de e-mail enviado para iatv@uc.pt.

O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções. A classificação final resulta da média aritmética das classificações atribuídas por cada membro do júri.

VI — Júri do procedimento

Presidente: Luís Alberto Proença Simões da Silva, Professor Catedrático e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.

Vogais efetivos:

Nuno Ricardo Furtado Dias Mendonça, Investigador Doutorado e Coordenador do Projeto Especial UC Business, da Universidade de Coimbra;

Carlos Alberto da Silva Rebelo, Professor Associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Dulce Maria Esteves Rodrigues, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Vogais suplentes:

Luís Manuel Cortesão Godinho, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;



Aldina Maria da Cruz Santiago, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Nas suas faltas e impedimentos, o/a Presidente do Júri será substituído pelo vogal indicado em primeiro lugar que, em igual caso de impedimento, será substituído pelo vogal a seguir indicado e assim sucessivamente.

Para constar se lavrou o presente aviso de abertura, que vai ser publicado na 2.ª série do *Diário da República*, no website <https://iatv.pt> e no portal EURAXESS Researchers in Motion, <https://www.euraxess.pt>

23 de novembro de 2022. — O Presidente do IATV, *Luís José Proença de Figueiredo Neves*.

315910322



MUNICÍPIO DE ÉVORA

Aviso (extrato) n.º 23061/2022

Sumário: Abertura de procedimento concursal para provimento, em comissão de serviço, do cargo dirigente de coordenador da Unidade de Higiene e Limpeza Pública.

Procedimento concursal para provimento de cargos de direção intermédia

Faz-se público que, na sequência do meu despacho datado de 16 de março de 2022, da deliberação de Câmara datada de 6 de abril de 2022 e da deliberação da Assembleia Municipal datada de 30 de setembro de 2022, e em conformidade com o estabelecido nos artigos 20.º e 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável à Administração Local pela Lei n. 49/2012, de 29 de agosto, determinei a abertura do procedimento concursal abaixo indicado, para recrutamento e seleção do respetivo dirigente, em comissão de serviço por três anos. A publicação do procedimento concursal na BEP — Bolsa de Emprego Público, em www.bep.gov.pt, com indicação dos requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de seleção, efetuar-se-á no dia da publicação do presente aviso, na qual consta a data de início e o prazo de dez dias úteis para apresentação das candidaturas.

Um lugar no Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau (Coordenador da Unidade de Higiene e Limpeza Pública).

9 de novembro de 2022. — O Presidente da Câmara, *Carlos Pinto de Sá*.

315876563



II SÉRIE



**DIÁRIO
DA REPÚBLICA**

Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio eletrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750